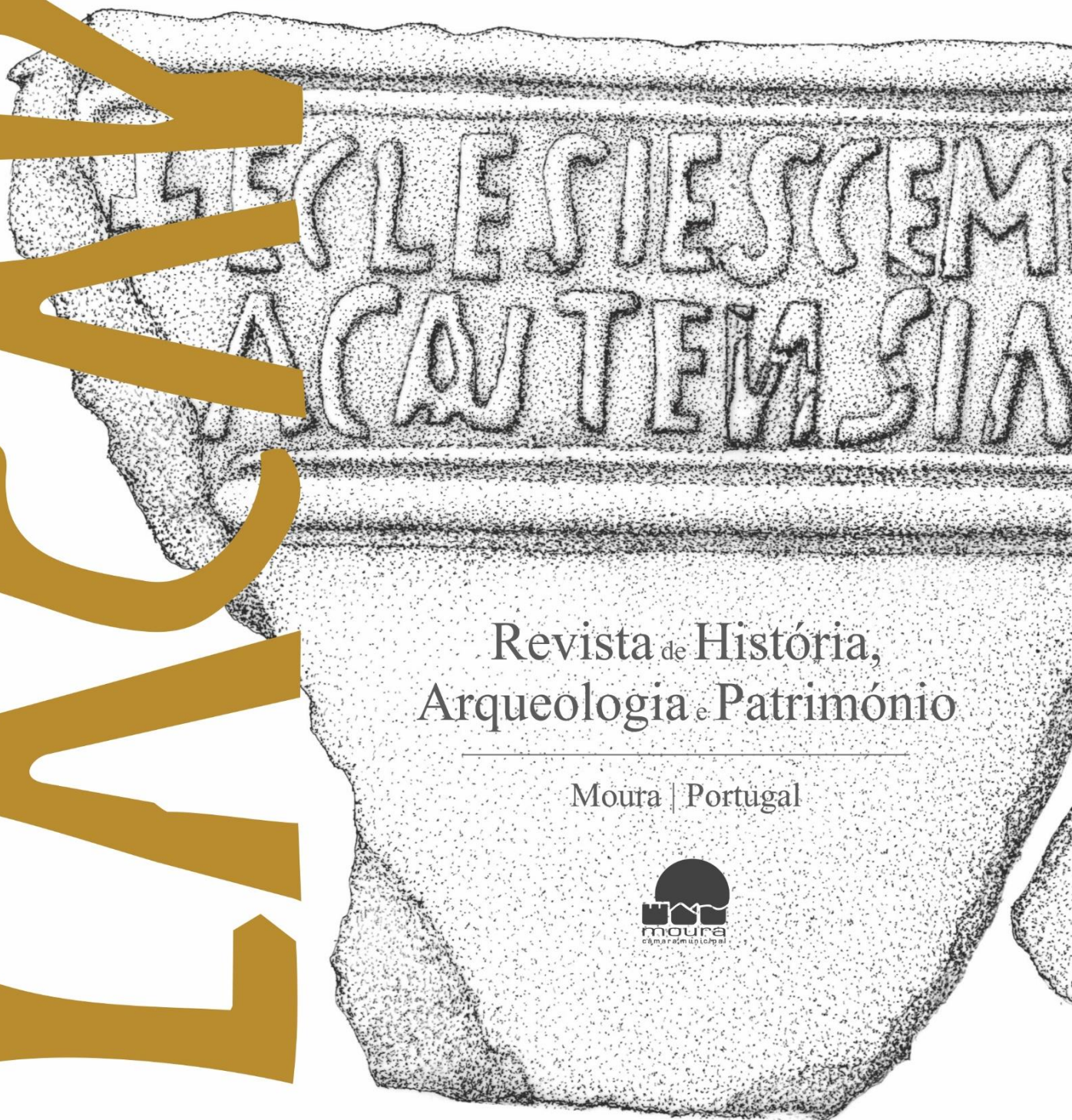


LAVINIA



Revista de História,  
Arqueologia e Património

Moura | Portugal







Revista de História,  
Arqueologia e Património

---

Moura | Portugal



## Ficha Técnica

Título: Lacant - Revista de História, Arqueologia e Património

Autor: Vários

Edição: Câmara Municipal de Moura | Divisão de Cultura, Património e Desporto

Design gráfico: Câmara Municipal de Moura | Gabinete Comunicação e Relações Públicas

Impressão: -

Tiragem: -

Depósito Legal: -

ISSN: - 2184-9587

## Nota de Abertura

A revista Lacant foi uma ideia que esteve bem guardada e agora floresceu, e se mostra ao público na sua primeira edição.

Este projeto, "Lacant - Revista Municipal de História, Arqueologia e Património", provém da vontade e do saber de um conjunto de técnicos desta autarquia, e pretende ajudar a divulgar trabalhos de investigação que têm desenvolvido e que são de interesse para o concelho de Moura. Mas surge também porque estes técnicos consideram ser sua obrigação partilhar com a comunidade, os conhecimentos e as competências que foram adquirindo no âmbito dos trabalhos desenvolvidos.

Pretende colocar o leitor em contacto com a nossa história, com o vasto património arqueológico, mas também com as componentes, cultural, natural e imaterial do nosso território.

Este primeiro número comporta quatro artigos da autoria de técnicos da autarquia e conta ainda com um investigador convidado que tem desenvolvido vários projetos apoiados pela Câmara Municipal de Moura, nomeadamente no Cabeço Redondo, Azougada e Castelo Velho de Safara.

É de extrema importância que a Revista Lacant possa dar voz a outros investigadores, promovendo a publicação de números monográficos dedicados a teses de mestrado/doutoramento. Queremos chegar longe construindo pontes com os que podem vir até nós!

Findo o primeiro número, é já altura de iniciar a construção do segundo. Ficamos a aguardar a leitura de novas descobertas, guiados pelo V. espírito empreendedor e saber.

Lurdes Balola

Vereadora do Pelouro Cultura, Saúde e Educação

# Balanço de 8 anos de investigação sobre a Idade do Ferro no Concelho de Moura

---

Rui Manuel Gusmão Monge Soares

UNIARQ – Centro de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa,

[ruigusmao@hotmail.com](mailto:ruigusmao@hotmail.com)

## Introdução

Regionalmente, o Concelho de Moura insere-se na área superior do Baixo Alentejo, numa zona verdadeiramente de fronteira entre o Alentejo e a Andaluzia Ocidental, bem como de ponto de cruzamento entre as principais vias de circulação destas áreas geográficas <sup>1</sup>.

No que ao estudo da Idade do Ferro no interior do Sudoeste peninsular diz respeito, o Concelho de Moura constitui um dos territórios mais importantes e interessantes. Este facto deve-se a uma invulgar concentração de sítios conhecidos desta cronologia. Com este trabalho<sup>2</sup> pretendo dar conta a um público alargado, que não apenas aos profissionais de arqueologia, dos principais resultados de um percurso de investigação desenvolvido ao longo de 8 anos, durante os quais procurei estudar vários sítios da Idade do Ferro (do século VII a.C. aos inícios do século II a.C.) deste Concelho, em especial os que revelaram ter uma ocupação centrada nos meados do 1º Milénio a.C. (Séculos V e IV a.C.). Os resultados mais pormenorizados poderão ser encontrados em diversos artigos já publicados que serão mencionados oportunamente ao longo do texto.

---

<sup>1</sup> Alarcão, 1990, p. 33-34; Lopes, 2003, p. 72 e 73; Mataloto, 2014, p. 362

<sup>2</sup> As primeiras apresentações públicas do tema aqui tratado ocorreram em forma de comunicação oral, em três ocasiões distintas:

Soares, R. – A Idade do Ferro na Margem Esquerda do Guadiana. UNIARQ – Arqueologia em Construção (Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 8 de Março de 2017).

Soares, R. - A Idade do Ferro no Concelho de Moura. XVII Semana do Património Histórico (Museu Municipal de Moura, 19 de Maio de 2019).

Soares, R. - A Idade do Ferro no Concelho de Moura: cinco anos de investigação. XXI Semana Cultural de Safara (Safara, 8 de Setembro de 2019)

## Breve história da investigação da Idade do Ferro no Concelho de Moura

Sem pretender ser exaustivo, creio ser pertinente efectuar um resumo da história da investigação da Idade do Ferro neste território. O estudo da Idade do Ferro em Moura conhece a sua primeira referência com o achado do famoso Thymiaterion de Safara, o qual foi comprado para o Museu Etnológico (hoje Museu Nacional de Arqueologia) em 1896<sup>3</sup>. Todavia, iniciar-se-ia verdadeiramente apenas com os trabalhos de Fragoso Lima, verdadeiro “Pai” da arqueologia no Concelho, na década de 1940, correspondentes essencialmente ao registo de objectos que se encontravam no Museu de Moura, como o espeto de Safara do sítio das Cortes<sup>4</sup>, e à prospecção e identificação de sítios inéditos, achados em colaboração com a rede que soube montar de numerosos amigos e informantes, entre os quais se destacam o Castro da Azougada, o Cabeço Redondo, o Castro dos Ratinhos e o Castelo Velho de Safara. Destes trabalhos de prospecção conhecemos diversas notícias que foram sendo publicadas no Jornal de Moura<sup>5</sup> e vertidas na sua tese de licenciatura<sup>6</sup>, a qual seria muito mais tarde publicada pela Câmara de Moura, com o título de Monografia Arqueológica de Moura<sup>7</sup>. Além disso, procedeu à escavação do Castro da Azougada, inicialmente em colaboração com Marcelino Fialho Gomes e António Duarte (1942-1943), e, posteriormente, com Manuel Heleno (1944-1948), Director do Museu Etnológico<sup>8</sup>, com uma possível intervenção no ano de 1953<sup>9</sup>, tendo o espólio resultante ficado depositado no Museu de Moura, no primeiro caso, e no Museu Etnológico, no segundo. A fechar esta década, importa referir o artigo de Fragoso Lima publicado em 1947 na *Revista de Turismo* com o título “Castelo de Moura. Castro pré-romano”, o qual suponha a presença neste local de um povoado com cerâmicas semelhantes às do Castro da Azougada<sup>10</sup>.

A intensa actividade arqueológica da década de 1940 seria, no entanto, completamente abandonada na seguinte, em parte devido à carreira profissional de Fragoso Lima que o afastou de Moura (1950 - Liceu Passos Manuel, Lisboa; 1951 - Ponta Delgada, Açores; 1952 – Liceu Alexandre Herculano, Porto; 1953 - Liceu Luís de Camões, Lisboa e Leitorado de Português na Universidade de Santiago de Compostela; 1957

---

<sup>3</sup> Soares 2012, Quadro I

<sup>4</sup> Lima, 1981, p. 120

<sup>5</sup> Lima, 1981

<sup>6</sup> Lima, 1942

<sup>7</sup> Lima, 1988

<sup>8</sup> Lima, 1981 e 1988

<sup>9</sup> Machado, 1965, p. 159

<sup>10</sup> Lima, 1981, p. 162 e 163

- Leitorado de Português em Barcelona<sup>11</sup>, local onde apenas regressou em 1968, para dirigir a Escola Industrial e Comercial de Moura e a Escola preparatória Frei Baltazar Limpo. Infelizmente, dos trabalhos de escavação no Castro da Azougada nada foi publicado, não por culpa de Fragoso Lima que bem tentou publicar os dados (como se verifica na sua correspondência, por exemplo, em Lima, 16 de Setembro de 1947), mas por responsabilidade da aversão que Manuel Heleno, seu mentor, sempre demonstrou à publicação dos dados das escavações que tutelava, tendo apenas publicado em 1956 na revista “*O Arqueólogo Português*” o artigo “*Um quarto de século de investigação arqueológica*”, no qual menciona *en passant* a realização de trabalhos no Castro da Azougada em colaboração com Fragoso Lima<sup>12</sup>.

Já a década de 1960 seria marcada pela jubilação de Manuel Heleno em 10 de Novembro de 1964, o qual deixou o cargo de Director do Museu Etnológico levando consigo o precioso registo de escavação do Castro da Azougada, composto por cadernos de apontamentos de escavação e fotografias, os quais apenas regressariam ao Museu Nacional de Arqueologia 34 anos depois, em 1998<sup>13</sup>. Do ponto de vista da investigação, é apenas possível referir pequenos trabalhos que tocaram o Concelho de Moura, como os desenvolvidos por Wanda Rodrigues no Castro dos Ratinhos<sup>14</sup>, a qual em 1960 apresentou na Faculdade de Letras de Lisboa a sua dissertação de Licenciatura em Ciências Históricas e Filosóficas com o título “*Panorama Geral da Arqueologia no Concelho de Moura*”<sup>15</sup>, trabalho entretanto desaparecido e do qual hoje em dia não se conhece nenhum exemplar<sup>16</sup>. Dos trabalhos de Wanda Rodrigues resultou também o artigo de Fragoso Lima sobre as cerâmicas de ornatos brunidos do Bronze final, por ela recolhidas no Castro dos Ratinhos, e onde já se supunha uma ocupação também da Idade do Ferro<sup>17</sup>. Sobre o Castelo de Moura, regista-se o artigo de Fragoso Lima “*O Castelo de Moura e a Arqueologia*”, publicado em “*A Planície*”<sup>18</sup>. Já em 1965 destaca-se o trabalho de Irisalva Moita sobre o “*Projecto da Carta Arqueológica da Margem Esquerda do Guadiana*”<sup>19</sup>, o qual também não teria continuidade; e o trabalho de João L. Saavedra Machado<sup>20</sup>, no qual referiu por diversas vezes o Castro da Azougada a propósito da actividade de Manuel Heleno no Museu Etnológico, mencionando os anos em que se fizeram escavações e descrevendo a exposição permanente do Museu e os mostradores 56, 63 e 64, nos quais que se encontravam expostas ao público peças do Castro da Azougada<sup>21</sup>. Ao mesmo tempo, é nesta década que começam a surgir os

---

<sup>11</sup> Macias, 1990, p. 11

<sup>12</sup> Heleno, 1956, p. 230 e 231

<sup>13</sup> Cardoso, 2013, p. 133 e 134

<sup>14</sup> Silva e Berrocal-Rangel, 2007a, p. 221

<sup>15</sup> Rodrigues, 1960

<sup>16</sup> Silva e Berrocal-Rangel, 2007a, p. 221

<sup>17</sup> Lima, 1960

<sup>18</sup> Lima, 1963

<sup>19</sup> Moita, 1965

<sup>20</sup> 1965

<sup>21</sup> Machado, 1965, p. 298 e 299

primeiros ecos em crescendo sobre o espólio recuperado nas escavações do Castro da Azougada, não só em Portugal, mas sobretudo em Espanha, onde a investigação da proto-história se encontrava bem mais avançada, nomeadamente nos trabalhos de Garcia y Bellido<sup>22</sup>, Margarida Ribeiro<sup>23</sup> e Schule<sup>24</sup>.

A década de 1970 inicia-se com o falecimento de Manuel Heleno em 23 de Agosto de 1970<sup>25</sup>. Do ponto de vista da investigação, e mais uma vez fora de Portugal, Pierre Rouillard<sup>26</sup>, Blázquez<sup>27</sup>, Schubart<sup>28</sup>, Almagro-Gorbea<sup>29</sup> e Teresa Júdice Gamito<sup>30</sup> publicam trabalhos que mencionam o Castro da Azougada e algum do seu espólio mais distinto que ainda se encontrava inédito, possibilidade provavelmente originada pelo desaparecimento do antigo Director do Museu, o qual havia mantido uma ciosa prioridade científica de mais de vinte anos sobre os dados e os artefactos recuperados nas suas escavações. O Castelo Velho de Safara, descoberto pelos colaboradores de Fragoso Lima, surge pela primeira vez no panorama das investigações da Idade do Ferro no Concelho de Moura, com uma menção por José Morais Arnaud e Teresa Gamito (1974-1977, p. 195), por indicação de António Monge Soares.

Na década de 1980, por iniciativa e coordenação de João Francisco da Mouca é publicada a monografia “Elementos Históricos e Arqueológicos do Concelho de Moura”, onde são recolhidos diversos textos publicados por Fragoso Lima ao longo dos anos<sup>31</sup>, e, após o falecimento de José Fragoso de Lima em 21 de Julho de 1986, é finalmente publicada, em 1988, a “Monografia Arqueológica de Moura”<sup>32</sup>, sob coordenação de Santiago Macias. Verificam-se igualmente diversas publicações que mencionam o Castro da Azougada, desta feita sobretudo por investigadores portugueses, nomeadamente Teresa Gamito<sup>33</sup>, Mário Varela Gomes<sup>34</sup>, André Coffyn<sup>35</sup> e Caetano de Melo Beirão e Mário Varela Gomes<sup>36</sup>. O Castelo Velho de Safara contou com um artigo de António Manuel Monge Soares, Maria de Fátima Araújo e João Peixoto Cabral<sup>37</sup> sobre vestígios da prática de metalurgia recolhidos em prospecção. Ainda nos anos 80, importa referir os trabalhos de escavação no Castelo de Moura em 1980 e 1981, dirigidos por Jorge Pinho Monteiro, Paloma Martín Amorós e José Olívio Caeiro, os quais identificaram a presença de um importante povoado

---

<sup>22</sup> 1960, p. 57 e fig. 27

<sup>23</sup> 1962, p. 398-399

<sup>24</sup> 1969, tafel 111

<sup>25</sup> Cardoso, 2013, p. 134

<sup>26</sup> 1975

<sup>27</sup> 1975

<sup>28</sup> 1975

<sup>29</sup> 1977

<sup>30</sup> 1979

<sup>31</sup> Lima, 1981

<sup>32</sup> Lima, 1988

<sup>33</sup> 1982; 1983; 1986; 1988

<sup>34</sup> 1983

<sup>35</sup> 1985

<sup>36</sup> 1986

<sup>37</sup> 1985

da II Idade do Ferro<sup>38</sup>, não tendo, no entanto, chegado a publicar os dados obtidos, em virtude do precoce falecimento de Jorge Pinho Monteiro em 1982<sup>39</sup>, pelo que uma primeira menção a esses resultados (fundamentalmente a presença comprovada de cerâmicas pintadas da Idade do Ferro, já antes referida por Fragoso Lima em 1947) ocorre pouco depois pela mão de Caetano de Melo Beirão e Mário Varela Gomes<sup>40</sup>.

A década seguinte, destaca-se por em 17 de Julho do ano de 1990 o Castro da Azougada receber finalmente o estatuto de Imóvel de Interesse Público com o Decreto-Lei 29/90 de 17 de Julho<sup>41</sup>, o qual havia sido um objectivo de Manuel Heleno desde 1944<sup>42</sup>. No que diz respeito à investigação, esta década regista a consolidação de Moura como um dos territórios mais interessantes no panorama da investigação da Idade do Ferro no Sudoeste peninsular, com um número crescente de menções bibliográficas a sítios deste Concelho, mais uma vez com as referências a girarem sobretudo em torno ao Castro da Azougada, sendo os trabalhos mais importantes os de Teresa Gamito<sup>43</sup>, Virgílio Hipólito Correia<sup>44</sup>, Pierre Rouillard<sup>45</sup>, Mário Varela Gomes<sup>46</sup>, Luis Berrocal-Rangel<sup>47</sup> e Carlos Fabião<sup>48</sup>. Já o Castro dos Ratinhos é mencionado por Teresa Gamito<sup>49</sup> () e o Castelo Velho de Safara regista dois artigos que se desenvolvem na continuidade do primeiro trabalho de 1985<sup>50</sup> e duas menções por Teresa Gamito<sup>51</sup>, enquanto que o povoado da Idade do Ferro do Castelo de Moura é mencionado por Teresa Gamito<sup>52</sup>, Mário Varela Gomes<sup>53</sup>, Ana Arruda<sup>54</sup>, Santiago Macias<sup>55</sup> e Jorge Alarcão<sup>56</sup>. Por fim, em 1996 o Thymiaterion de Safara e vários materiais provenientes do Castro da Azougada ganham destaque na exposição e correspondente catálogo do Museu Nacional de Arqueologia “*De Ulisses a Viriato: O Primeiro Milénio a.C.*” (Alarcão e Santos, coord.,1996)

A década de 2000 segue em crescendo na linha da década anterior, pelo que sendo fastidioso mencionar todos os múltiplos trabalhos que referem o Concelho de Moura no que à Idade do Ferro diz

---

<sup>38</sup> Monteiro, Caeiro e Amorós,, 1980-1981

<sup>39</sup> Gomes, 1984

<sup>40</sup> 1983, p. 230

<sup>41</sup> Diário da República 163

<sup>42</sup> Heleno, 1944

<sup>43</sup> 1990; 1991; 1996a, p. 109; 1996b

<sup>44</sup> 1996, p.83

<sup>45</sup> 1991

<sup>46</sup> 1992

<sup>47</sup> 1992, p. 296; 1994

<sup>48</sup> 1998

<sup>49</sup> 1990, p. 23-24; 1990-1992

<sup>50</sup> Soares, Araújo, Cabral, 1994; Soares, Araújo, Alves, Ferraz, 1996

<sup>51</sup> 1990, p. 27; 1996, p.116

<sup>52</sup> 1990, p. 23-24

<sup>53</sup> 1992, p. 180

<sup>54</sup> 1994, p.139

<sup>55</sup> 1992; 1994, p. 674

<sup>56</sup> 1996, p. 31

respeito, importa apenas destacar os trabalhos de Mário Varela Gomes<sup>57</sup>, Rui Mataloto<sup>58</sup>, Ana Antunes<sup>59</sup> e Ana Niessen<sup>60</sup> sobre o Castro da Azougada; os trabalhos de António Carlos Silva e Luis Berrocal-Rangel<sup>61</sup> sobre o Castro dos Ratinhos; e os trabalhos de António Monge Soares<sup>62</sup>, de António Monge Soares, Pedro Valério e Fátima Araújo<sup>63</sup> e de Teresa Costa<sup>64</sup> sobre o Castelo Velho de Safara. Também nesta década seria escrita a monografia que tratou os dados obtidos entre 1998 e 2000 nas intervenções da minimização patrimonial da Barragem de Alqueva, nomeadamente nos sítios do Concelho de Moura de Serros Verdes 4, Monte do Judeu, Monte das Candeias 3, Estrela 1 e Monte da Pata 1, tendo esta monografia sido citada ao longo desta década em alguns trabalhos como “*no prelo*”<sup>65</sup>, todavia, só seria dada à estampa em 2013<sup>66</sup>. Por fim, importa referir que em 2007 várias cerâmicas gregas provenientes do Castro da Azougada (7 fragmentos) e do Castelo Velho de Safara (cinco fragmentos) ganham destaque na exposição e correspondente catálogo do Museu Nacional de Arqueologia, intitulado “*Vasos Gregos em Portugal. Aquém das colunas de Hércules*”<sup>67</sup>.

É, pois, com este cenário que partimos para a década seguinte, sendo esta a que fundamentalmente se encontra em análise no trabalho aqui apresentado.

## O Cabeço Redondo: o início de um percurso

O tema que pretendo tratar, *Oito anos de investigação no Concelho de Moura*, inicia-se em 2011 durante o mestrado em arqueologia que me encontrava a realizar na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. O meu trabalho de conclusão de licenciatura havia versado sobre um sítio da Idade do Ferro no Algarve (Monte Molião, Lagos), pelo que chegado ao mestrado foi natural que escolhesse continuar o estudo da mesma cronologia. Todavia, sendo o mestrado um trabalho de maior fôlego, é comum dizer-se que ajuda ao trabalho de investigação escolher um tema com o qual se tenha alguma relação emocional. Desta forma, ponderei desde logo deslocar a minha área de investigação para a Margem Esquerda do Guadiana, no Baixo Alentejo, onde se encontram as minhas raízes familiares. Sendo que desde a minha

---

<sup>57</sup> 2001

<sup>58</sup> 2004, p. 170, 177 e 178

<sup>59</sup> 2005; 2008; 2009a e b

<sup>60</sup> 2010

<sup>61</sup> 2005; 2007a e b; 2010

<sup>62</sup> 2001

<sup>63</sup> 2005

<sup>64</sup> 2010

<sup>65</sup> por exemplo: Antunes, 2005; Costa, 2010

<sup>66</sup> Albergaria e Melro, 2013

<sup>67</sup> Pereira, M. coord., 2007, p. 148 e 149

infância corri os campos desta região acompanhando meu pai, António Monge Soares, também ele arqueólogo, visitando e prospectando diversos sítios arqueológicos, lembrava-me em particular de um sítio da Idade do Ferro do Concelho de Moura com o estranho nome de “Metum”, o qual se dizia ter sido um “palácio-santuário”. Deste sítio tenho uma recordação da minha infância, algures durante os anos 90, em que visitando o local através de uma estrada de terra batida, chegava-se a uma zona de planura a perder de vista que se encontrava lavrada e plantada havia pouco tempo. Ao contrário dos outros sítios arqueológicos que estava acostumado a visitar e prospectar, onde é preciso observar com atenção a superfície do terreno para se conseguir encontrar algum vestígio antigo de cerâmica ou pedra trabalhada, num exercício de paciência nem sempre fácil de manter para um jovem, o “Metum” impressionou-me e ficou na memória, não só por ser referido como tendo sido um “palácio-santuário”, mas porque mal se saía do carro, via-se que os camalhões da lavoura estavam literalmente pejados de grandes fragmentos de cerâmica, bordos, asas e fundos de recipientes de grande tamanho, que recolhíamos enchendo sem dificuldade alguns sacos. Em 2011 quando voltei ao local, em busca do sítio que pretendia estudar no mestrado, o campo já se tinha deixado de lavar e encontrava-se vedado com uma cerca, sendo o terreno agora apenas usado para pasto de gado. Os grandes fragmentos de cerâmica que me lembro de observar ainda se encontravam facilmente na superfície do terreno, mas eram agora de muito pequena dimensão, sem dúvida partidos em virtude das lavouras frequentes dos anos 90.

O sítio arqueológico do Cabeço Redondo corresponde a um edifício do século V a.C., localizando-se na Herdade do Metum (Distrito de Beja, Concelho de Moura, Freguesia de Sobral da Adiça). Esta herdade, integrada no Núcleo Experimental da Direcção Regional de Agricultura e Pesca do Alentejo (D.R.A.P.), com sede na Herdade dos Lameirões, que lhe é contígua, localiza-se na planície que se estende ao longo do interflúvio da Ribeira da Toutalga com a Ribeira de São Pedro, ambas tributárias do rio Ardila que, por sua vez, desagua no rio Guadiana, a Noroeste de Moura. A implantação do Cabeço Redondo no meio da planície do Metum coloca-o a cerca de 260 metros da ribeira de São Pedro e a 380 metros da ribeira de Toutalga, a uma cota média de 165 metros de altura em relação ao nível do mar, encontrando-se rodeado, a Este, pela elevação designada como Monte Molinos, e a Oeste, pela serra da Preguiça. Geologicamente, o Cabeço Redondo encontra-se implantado numa zona de depósitos de terraços fluviais do Quaternário, sendo que estes depósitos aluvionares são constituídos essencialmente por conglomerados de matriz arenítica, os quais formam uma zona aplanada (Piçarra *et al.*, 2007, p. 24). Está referenciado pelo Código Nacional de Sítio (CNS) da base de dados Endovélico da DGPC com o CNS 7092 e pelo processo S-07092, integrando a Folha N° 513 – Lameirões dos Serviços Cartográficos do Exército.

Este sítio arqueológico foi inicialmente identificado por José Fragoso de Lima<sup>68</sup>, que o terá visitado em Abril de 1942, identificando-o como um “...outeiro sozinho em plena planície do Motum.” e que “...todo o seu aspecto indica que não é natural, mas sim feito pelo homem”. Dadas as grandes dimensões do monte artificial de terra, Fragoso de Lima colocava ainda a hipótese de que este escondesse “...algum gigantesco dolmen”, comparando e referindo a similitude das suas dimensões com o dólmen do sítio das Antas, mencionando para este a estimativa de cerca de catorze metros de diâmetro para o seu *tumulus*. Segundo informações por mim recolhidas junto dos trabalhadores da herdade, o monte artificial do Cabeço Redondo impressionava pelas suas dimensões, mas o seu relevo suave permitia que antes da sua destruição em 1990 se tivesse chegado a lavrar e semear em cima da elevação, todavia sem muito sucesso, em virtude da quantidade de pedras enterradas.

Em relação aos materiais arqueológicos, Fragoso de Lima<sup>69</sup> identificou a presença de mós de granito semi-circulares e tijolos de adobe, que o levaram a considerar que se encontrava na presença de um sítio com ocupação coeva do Castro da Azougada. Fragoso de Lima referia, ainda, o conhecimento do Cabeço Redondo por parte da população local, que associava ao Cabeço Redondo diversas lendas que incluíam a existência de “...minas enterradas e guardadas por mouros.”. Apesar de o arqueólogo indicar a autorização e o entusiasmo por parte do então proprietário da herdade, Nuno Limpo Pereira de Lacerda, para efectuar escavações no local, para as quais inclusivamente “dava comida e dormida na Herdade, além de disponibilizar 4 serviçais para cavarem”<sup>70</sup>, estes trabalhos nunca se terão realizado e o sítio terá permanecido esquecido até ao final do mês de Julho de 1990, data em que foi destruído parcialmente, com recurso a máquinas, na sequência de trabalhos agrícolas com o fim de instalar um sistema de rega de tipo “*Pivot*”, cuja marca no terreno é visível em fotografia aérea. Durante essa destruição, procedeu-se ao desmonte da elevação artificial, tendo as suas terras sido simplesmente espalhadas em redor do local onde outrora esta se implantava. Tal como ficou registado no relatório elaborado pela D.R.A.P., durante esses trabalhos de destruição, em virtude do surgimento de vestígios cerâmicos, foram destacados alguns trabalhadores rurais para efectuar a recolha dos materiais arqueológicos que iam surgindo, entre os quais, abundantes asas de secção circular, mós “em quarto de círculo”, um “objecto de bronze semelhante a uma tampa”, pesos ovalados de cerâmica e escória ou adobes vitrificados.

Após a destruição ilegal ter sido denunciada ao Serviço Regional de Arqueologia do Sul por um dos trabalhadores que nela participaram, este espólio foi depositado no Museu Municipal de Moura e o sítio do Cabeço Redondo caiu novamente no esquecimento, até que decorridos 21 anos após a sua destruição,

---

<sup>68</sup> Lima 1988, p. 29 e 32

<sup>69</sup> 1988, p. 29

<sup>70</sup> Ibidem

no âmbito da tese de mestrado que desenvolvi, o Cabeço Redondo foi finalmente intervencionado arqueologicamente, durante o mês de Abril de 2011, através da realização de 2 sondagens perpendiculares (Sondagens 1 e 2), cada uma com 24 m de comprimento, por 1 m de largura, com o objectivo de diagnosticar se a destruição teria sido total ou apenas parcial, ao mesmo tempo que se procuraria delimitar a extensão do sítio, caso se concluísse que a destruição não havia sido total. Por fim, esperava-se que os resultados da escavação permitissem avançar uma caracterização preliminar do tipo de ocupação, da arquitectura e dos artefactos recuperados. Relembro que as informações existentes eram de que existia no local um monte de terra artificial que tinha sido completamente arrasado até ao nível da topografia envolvente. Nada indiciava, portanto, que ainda existisse alguma estratigrafia preservada. Contudo, colocava-se a hipótese que pudessem ter restado as fundações dos muros.

À medida que a escavação foi progredindo, as expectativas iniciais foram largamente superadas. Apesar da destruição de 1990, a complexidade estratigráfica que restou é ainda substancial. A intervenção arqueológica permitiu verificar a existência de, pelo menos, cerca de um metro e trinta centímetros de estratigrafia preservada, ao longo da qual se registou a presença de recipientes cerâmicos completos, fragmentados *in situ*, pisos em argila compactada, estruturas negativas, paredes de adobe, estruturas de combustão e estruturas de base pétreas. Não foi, contudo, possível perceber e delimitar a área de ocupação, uma vez que em toda a extensão das sondagens se verificou a existência de evidências deste tipo de estruturas. Por outro lado, verificou-se também a presença de uma sucessão de construções que se situam umas por cima das outras, separadas por aterros, tendo sido possível delimitar estratigraficamente pelo menos três Fases principais de construção, as quais se subdividem em momentos construtivos e de remodelação com menor importância<sup>71</sup>.

Os resultados destes trabalhos foram assim, para além do respectivo relatório de escavação entregue à Direcção Geral do Património Cultural, vertidos numa tese de mestrado<sup>72</sup>, sendo também objecto de um artigo de resumo<sup>73</sup>, bem como de outros artigos que trataram questões mais particulares, como as faunas recuperadas em escavação<sup>74</sup>; a presença de um eixo em bronze de roda de oleiro recuperado durante a destruição de 1990<sup>75</sup>; a cerâmica grafitada<sup>76</sup>; e as evidências da prática de metalurgia<sup>77</sup>. Foi ainda apresentada uma comunicação<sup>78</sup> no 8º Simpósio de Meteorologia e Geofísica da APMG sobre os trabalhos

---

<sup>71</sup> Soares, 2012; Soares e Soares, 2017

<sup>72</sup> Soares, 2012

<sup>73</sup> Soares e Soares 2017

<sup>74</sup> Cardoso e Soares, 2013

<sup>75</sup> Soares et al., 2013

<sup>76</sup> Soares, 2017

<sup>77</sup> Valério et al., 2015

<sup>78</sup> Caldeira, B.; Soares, R. M.; Borges, J.; Soares, A. M.; Silva, H. - Aplicação do radar de penetração no solo (GPR) para interpretação de estrutura monumental do século V a.C.. 8º Simpósio de Meteorologia e Geofísica da APMG (Ericeira, 18 a 20 de Março de 2013).

de geofísica efectuados no local, com recurso à técnica de georadar e realizada uma análise dos carvões de madeira recuperados em escavação, cujo relatório permanece ainda inédito<sup>79</sup>.

## O Castro da Azougada: 60 anos depois

Após a conclusão do mestrado em 2012, tornei-me Bolseiro de Investigação da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) de um projecto de investigação da Idade do Ferro no Estuário do Tejo. Entretanto, concorri a um Bolsa de Doutoramento FCT que me permitisse continuar os estudos, a qual apenas consegui ganhar em 2015 (SFRH/BD/111511/2015), tendo iniciado a mesma em 1 de Outubro desse ano. Mais uma vez, pretendia regressar ao Alentejo, desenvolvendo e alargando o tema iniciado no mestrado, desta vez com o título “*Os meados do 1º Milénio a.C., entre a Margem Esquerda do Guadiana e a Serra de Aracena*”, no âmbito do qual pretendia não só estudar colecções inéditas de materiais de diversos sítios da Idade do Ferro que se encontravam depositados em vários Museus, mas também realizar escavações arqueológicas em alguns dos sítios mais importantes para o tema em análise. Como tal, e por forma a obter uma base legal sobre a qual suportar os trabalhos de campo e laboratório que seria necessário desenvolver, submeti um Plano de Investigação Pluri Anual à Direcção Geral do Património Cultural, com o título “*A Idade do Ferro na Margem Esquerda do Guadiana*”, o qual foi aprovado e posteriormente iniciado no dia 1 de Junho de 2016. No plano que havia delineado, pretendia prosseguir as escavações no Cabeço Redondo logo em Julho desse ano. Todavia, por razões burocráticas, e apesar de ter submetido atempadamente um pedido de autorização à direcção da Herdade do Metum para proceder aos trabalhos, não foi possível obter um despacho favorável a tempo, pelo que, face à real possibilidade de não conseguir realizar trabalho de campo nesse ano, atrasando o plano de estudos que havia delineado, decidi alterar a ordem da planificação e tentar obter autorização para escavar no Castro da Azougada (Moura). Para o efeito, contactei o Sr. Eng. Pedro Garcia Domingos, proprietário da Herdade do Ameixial e da Sociedade Agro-Pecuária “Castro da Azougada”, onde o sítio se localiza, o qual gentilmente autorizou os trabalhos, desde sempre apoiando e mostrando-se interessado no desenrolar da investigação que dirigi.

O Castro da Azougada (usualmente designado apenas por Azougada) implanta-se num pequeno cabeço de topo aplanado e vertentes muito inclinadas, excepto do lado Este, encontrando-se sobranceiro ao rio Ardila, próximo da sua junção com o rio Guadiana. Está referenciado pelo Código Nacional de Sítio

---

<sup>79</sup> Queiroz, 2012

(CNS) da base de dados Endovélico da DGPC com o CNS 2537 e pelos processos 2002/1(363) e 7.16.3/14-10(1), integrando a Folha 501 dos Serviços Cartográficos do Exército.

Este sítio arqueológico foi descoberto e parcialmente escavado em várias campanhas por José Fragoso de Lima, em colaboração com Manuel Heleno, entre os anos de 1942 e 1948 e eventualmente no ano de 1953<sup>80</sup>, das quais infelizmente não possuímos um registo documental satisfatório que permita contextualizar adequadamente os achados. Estas intervenções colocaram a descoberto uma ocupação com uma arquitectura de compartimentos pétreos construídos em torno de um pátio central, das quais resultou a recolha de um abundante conjunto de materiais, actualmente sem contexto estratigráfico, onde se destaca a cerâmica grega dos séculos V e IV a.C., cerâmica de engobe vermelho de produção local, cerâmica pintada, numerosos metais e cossoiros, alguns vidros, osso trabalhado e líticos, encontrando-se este conjunto depositado no Museu Nacional de Arqueologia e no Museu Municipal de Moura. Logo desde 1944, em virtude da sua importância, Manuel Heleno expressou o desejo de classificar o sítio<sup>81</sup>, vontade que só se viria a materializar em 17 de Julho do ano de 1990, quando o Castro da Azougada recebeu finalmente o estatuto de *Imóvel de Interesse Público* com o Decreto-Lei 29/90 de 17 de Julho<sup>82</sup>.

Sobre o conjunto de materiais recuperado nas escavações antigas, este foi parcialmente estudado por alguns autores, encontrando-se a visão de conjunto mais actualizada sobre o sítio e os seus materiais em alguns trabalhos que, entretanto, publiquei<sup>83</sup>. O Castro da Azougada foi sempre parcamente estudado, tendo sido dada especial relevância ao seu espólio mais rico (por exemplo, os metais), sendo frequentemente referida e tecidas considerações a seu respeito. Este panorama foi algo alterado com o trabalho de Ana Antunes<sup>84</sup>, a qual estudou quase todo o conjunto de recipientes cerâmicos, excepto algumas peças perdidas tanto no Museu Nacional de Arqueologia, como no Museu de Moura, e toda a cerâmica grega, a qual viria a ser quase inteiramente estudada em um trabalho mais recente<sup>85</sup>, exceptuando-se a parte do conjunto depositado no Museu de Moura.

Passados mais de 60 anos desde a última intervenção arqueológica realizada por Fragoso Lima, durante o mês de Setembro de 2016 procedi a uma nova escavação. Esta pequena intervenção realizou-se com poucos meios e, portanto, os objectivos que procurava atingir eram necessariamente limitados. Procurou-se assim investigar uma zona identificada em 1946 como uma “torre” ou “templo”<sup>86</sup>, por forma a tentar compreender a função distinta que os anteriores investigadores haviam percepcionado sobre esta

---

<sup>80</sup> Machado, 1965

<sup>81</sup> Heleno, 1944

<sup>82</sup> Diário da República 163

<sup>83</sup> Soares, 2012, p. 11-20, figs. 11-16; Soares, 2017

<sup>84</sup> 2008; 2009a

<sup>85</sup> Ferreira, 2019

<sup>86</sup> Heleno, 1946, p. 5 e 6

estrutura. Para tal, apenas se realizou uma limpeza superficial dos sedimentos depositados desde a década de 1940, não se tendo escavado estratigrafia antiga. Como tal, os escassos elementos de cultura material recuperados corresponderam apenas a pequenos fragmentos de cerâmica que pouco acrescentaram ao conhecimento crono-cultural do sítio.

Do ponto de vista da arquitectura, os resultados não confirmaram nenhuma função diferenciada para as estruturas localizadas no local sondado, mas pareceram apontar para a existência eventual de diferentes fases construtivas sobrepostas. Além disso, o levantamento topográfico das estruturas pétreas que se encontravam visíveis à superfície permitiu corrigir o “croquis” feito pelos escavadores dos anos 40, obtendo-se assim uma visão mais aproximada da disposição das estruturas então colocadas a descoberto.

Paralelamente aos trabalhos de escavação neste sítio, procedi também ao estudo e revisão de todos os materiais provenientes do Castro da Azougada que se encontravam à guarda do Museu Nacional de Arqueologia e do Museu Municipal de Moura, por forma a poder produzir uma visão global fundamentada sobre todo o conjunto de materiais recuperados na década de 1940, daí tendo já resultado dois trabalhos sobre faunas em colaboração com Mariana Nabais<sup>87</sup>.

## O Cabeço Redondo: o continuar da investigação

Em 2017, não sendo possível prosseguir satisfatoriamente os trabalhos no Castro da Azougada por dificuldades logísticas, procurei tentar investigar novamente o Cabeço Redondo, para o qual desta vez foi possível obter despacho favorável atempado.

Com os trabalhos de 2011 não foi possível delimitar a área de ocupação, uma vez que em toda a extensão das sondagens foi verificada a existência de estruturas. Por outro lado, os níveis de ocupação mais antigos foram atingidos apenas num breve troço da sondagem 2, o que levou a que os momentos iniciais da construção do edifício do Cabeço Redondo se encontrem muito parcamente caracterizados ao nível da cultura material e da sua arquitectura, justificando-se deste modo a realização de novos trabalhos no local. Foram, pois, estes objetivos por atingir que justificaram a necessidade de novos trabalhos de escavação e prospecção no local em 2017, realizados durante os meses de Julho e Setembro desse ano. Realizou-se então uma nova intervenção arqueológica, com as designadas sondagens 3, 4 e 5, desta vez com a intenção de alargar a sondagem de 2011, por forma a escavar o interior de um compartimento que se parecia formar com o prolongamento de alguns dos muros então identificados, bem como procurar encontrar o limite Oeste

---

<sup>87</sup> Nabais e Soares, 2017a e b

da área construída. Durante estes trabalhos foi possível obter a colaboração da empresa SPN Engenharia e Geofísica, a qual procedeu à realização de uma campanha de detecção remota com recurso a termografia aérea e fotogrametria aérea da área envolvente às sondagens arqueológicas, tendo os resultados sido apresentados publicamente em duas ocasiões distintas<sup>88</sup>.

No que diz respeito à sondagem 3, alguns dos muros detectados em 2011 (U.E.[29]; U.E.[43] e U.E.[158]) sugeriam a presença de um compartimento, facto que levou a que no pedido que apresentámos para a escavação de 2017 nos propusemos a intervencionar esta área, com o objectivo de escavar o interior deste compartimento, onde esperávamos atingir os níveis mais antigos da ocupação detectada em 2011. Assim, como resultado desta nova sondagem, encontrou-se o prolongamento das referidas estruturas, as quais formavam de facto um compartimento. Todavia, para além de um compartimento, o prolongamento das U.E.[29] e U.E.[43] formava também um amplo corredor, o qual supomos poderá corresponder a uma solução construtiva semelhante à conhecida em outros edifícios sidéricos, destinada a permitir o acesso a vários compartimentos. Ao interior deste compartimento e corredor, correspondia um simples pavimento de argila compactada (U.E.[33]), o qual possuía, em determinadas zonas, pequenas manchas de um sedimento esbranquiçado muito fino, eventualmente correspondendo a cal do revestimento das paredes, caída sobre o pavimento. Lamentavelmente, a destruição ocorrida em 1990 produziu nesta zona do edifício uma vala profunda, realizada com maquinaria pesada cujas marcas ficaram impressas no sedimento, a qual obliterou completamente o que seria o interior deste compartimento, bem como os níveis estratigráficos mais antigos que lhe estavam subjacentes. Não foi assim possível saber qual seria a extensão deste compartimento, nem delimitar a extensão desta vala, dado que a mesma se prolonga para Norte e Este, extravasando os limites da sondagem.

Já na sondagem 4, a sua reduzida dimensão não permite tecer grandes considerações, para além do importante facto de que os restos de pequenas estruturas pétreas detectadas parecem indicar que seria este o limite da área construída, possibilitando assim começar a delimitar a área com vestígios arqueológicos que precisam de ser preservados. Por fim, a sondagem 5, localizada a alguns metros da sondagem 4, destinou-se a confirmar a inexistência de estratigrafia arqueológica, facto que se verificou.

Todo o espólio recuperado em escavação e prospecção é coincidente com uma ocupação de cronologia sidérica, mais propriamente com o período denominado Pós-Orientalizante, durante o século V a.C.. O conjunto artefactual é constituído maioritariamente por recipientes cerâmicos, dos quais não se

---

<sup>88</sup> NEVES, S.; SOARES, R. - Prospecção geo-arqueológica com recurso a termografia aérea no sítio do Cabeço Redondo (Sobral da Adiça, Moura). X Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular (Zafra, 9 a 11 de Dezembro de 2018).  
NEVES, S.; SOARES, R. – Integração de vários métodos geofísicos para detecção de Património soterrado no Cabeço Redondo (Moura). XIII Congresso Ibérico de Arqueometria (Faro, Universidade do Algarve, 16-19 de Outubro de 2019)

apresentam grandes novidades em relação ao panorama anteriormente conhecido<sup>89</sup>, tendo ainda sido recolhidos alguns líticos e metais (ferro, cobre e chumbo). Foram também encontrados fragmentos de tijolos de adobe, raros carvões e restos de fauna mamalógica e malacológica. As novidades mais importantes a nível artefactual registaram-se pela via da prospecção realizada, a qual permitiu a recuperação de vestígios de metalurgia do cobre, nomeadamente uma grande quantidade de restos de metalurgia e fundição de cobre.

O conjunto artefactual parece limitar-se cronologicamente ao século V a.C., sendo que a presença de raras peças de cronologia mais recuada, como uma pequena máscara hatórica de bronze, deverá prender-se com fenómenos de acumulação próprios destes ambientes áulicos e com a natural sobrevivência no tempo de determinados objectos com carácter de luxo. Os vestígios do trabalho de cobre recuperados reforçam as práticas metalúrgicas já anteriormente identificadas no local<sup>90</sup> e levantam a possibilidade de estarmos perante importações ou produção local deste metal, enquanto um ponderal de chumbo recuperado em prospecção reforça a possibilidade de que no Cabeço Redondo existiria a necessidade de pesar ou controlar matérias preciosas de baixo peso.

O tipo de ocupação detectada e os indícios analisados revelam a presença não de um povoado, mas de um edifício, marcado pela construção de paredes de adobe e de muros de base pétrea, erguidos em altura em paredes de adobe, possivelmente revestidas com argamassas de cal, sendo os pisos efectuados em argila compactada. A presença de uma elevada frequência de adobes queimados e vitrificados recuperados no enchimento da grande vala de destruição de 1990, revelam uma provável origem nos níveis da fase final de ocupação do sítio (os primeiros a serem destruídos pelas máquinas, por lógica estratigráfica) e indiciam a existência de um grande incêndio de amortização final. Por fim, a prática da metalurgia do bronze no local, indiciada pelos inúmeros fragmentos de restos de fundição, pelos vários fragmentos de lingotes de cobre e pela existência de materiais com alguma importância económica e ritual, como uma máscara hatórica, elemento decorativo de um braseiro de bronze do século VII a.C., revelam a riqueza e relevância económica e social do sítio.

Todos estes factores permitem enquadrar a ocupação detectada no Cabeço Redondo como pertencente ao fenómeno construtivo designado como “complexos monumentais pós-orientalizantes”. Esta evidência denota a importância científica, histórica e cultural, da continuidade da investigação no Cabeço Redondo e, talvez mais importante no curto prazo, a necessidade da tomada de medidas urgentes que permitam a salvaguarda e preservação dos vestígios que se comprovou, ainda restam conservados no local. A definição de um perímetro de reserva permanente, idealmente vedado aos trabalhos agrícolas, seria o

---

<sup>89</sup> Soares, 2012

<sup>90</sup> Valério et al., 2015

cenário minimamente desejável. A tomada de medidas de salvaguarda, seria no caso do Cabeço Redondo, facilitada, dado que este se encontra implantado em terrenos cujo proprietário é o Estado Português, pertencendo a Herdade do Metum à estação agrícola experimental dos Lameirões, sob tutela do Ministério da Agricultura. O prolongar das escavações arqueológicas no futuro permitirá não só o estudo científico deste fenómeno construtivo, até agora único em Portugal na sua característica de monumentalidade, mas igualmente acautelar a preservação dos vestígios que restaram após a destruição do Cabeço Redondo.

Para além dos trabalhos de escavação, procedi igualmente ao estudo do conjunto de materiais proveniente deste sítio, que se encontrava à guarda do Museu Municipal de Moura desde a destruição de 1990, tendo também já apresentado publicamente os resultados preliminares da intervenção de 2017<sup>91</sup>.

## O Castelo Velho de Safara

Em 2018 abriu-se a possibilidade de, em parceria com Mariana Nabais, que me desafiou para iniciar uma investigação com outro fôlego, no Castelo Velho de Safara. Este projecto pretendia iniciar uma escola de trabalho prático de campo em arqueologia, que designámos por South-West Archaeology Digs (SWAD), trabalhando em colaboração com a University College of London e possibilitando desta forma ensinar aos alunos de arqueologia as diversas componentes práticas do trabalho arqueológico, ao mesmo tempo que nos fornecia os meios que possibilitavam a investigação deste sítio.

O Castelo Velho de Safara, situa-se na Herdade do Monte do Cabeço do Pião, freguesia de Safara, concelho de Moura, distrito de Beja. Encontra-se a NO do Monte do Cabeço do Pião e está referenciado pelo Código Nacional de Sítio (CNS) da base de dados Endovélico da DGPC com o CNS 12841. Integra a Folha 502 da Carta Militar Portuguesa dos Serviços Cartográficos do Exército. Localiza-se na margem esquerda do curso Médio do Guadiana, numa plataforma terminando em esporão rochoso, na junção da Ribeira de Safara, subsidiária das ribeiras de Safarejo e Santo Aleixo, com a margem esquerda do rio Ardila. Encontra-se a NO do Monte do Cabeço do Pião, cujo acesso se realiza desde a estrada nacional 385 que parte de Safara para a Amareleja. O povoado possui condições naturais de defesa, a Norte e Este, pois assenta sobre um planalto sobranceiro ao caudal principal do rio Ardila, desnivelado também para o pequeno curso fluvial. Além disso, possui muralhas, ainda bem preservadas e visíveis no local, tanto na forma de taludes, como de muros pétreos. Detém boas condições de visibilidade, devido à sua altitude de

---

<sup>91</sup> SOARES, R. - Resultados da intervenção de 2017 no Cabeço Redondo (Sobral da Adiça, Moura). X Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular (Zafra, 9 a 11 de Dezembro de 2018).

cerca de 165m, sem, contudo, se destacar na paisagem. Arqueologicamente, o Castelo Velho de Safara pode ser definido como um grande povoado fortificado implantado num esporão rochoso na confluência da ribeira de Safara com o rio Ardila.

Do ponto de vista da investigação, refira-se que o sítio não aparece mencionado nos trabalhos de Irisalva Moita<sup>92</sup> sobre a Margem Esquerda do Guadiana, nem de Fragoso Lima sobre o Concelho de Moura<sup>93</sup>, sendo no entanto a este último e aos seus colaboradores que se deve a descoberta do sítio<sup>94</sup>. Todavia, os primeiros estudos arqueológicos realizados e publicados sobre este povoado devem-se a António Monge Soares, que ali efectuou recolhas de superfície nos anos 70, bem como a limpeza de um corte estratigráfico de cerca de 6m<sup>2</sup>, realizado a partir de um desmoronamento ocorrido na zona mais alta do sítio, numa plataforma do esporão rochoso. Os artefactos recolhidos, bem como as análises metalográficas e químicas de escórias e cadinhos, permitiram lançar hipóteses sobre a história deste povoado<sup>95</sup>. O corte estratigráfico permitiu estabelecer duas fases de ocupação do sítio: uma durante o Calcolítico Final e outra, mais longa, da Idade do Ferro e extensível até ao século I a.C., já em domínio romano. Não foram identificados materiais arqueológicos referentes à Idade do Bronze, pelo que se presume ter existido um hiato na ocupação, correspondente em termos sedimentares a duas camadas estéreis com cerca de 25cm de espessura, sob as quais assentavam os materiais calcolíticos e o afloramento rochoso<sup>96</sup>. De acordo com estas fases, importaria indagar sobre o carácter efectivo destas ocupações, sendo improvável, de acordo com os dados existentes para o Alentejo, que o povoado primordial já possuísse as dimensões do perímetro da Idade do Ferro, quando terá sido mais densamente povoado<sup>97</sup>.

Posteriormente, os materiais recuperados em prospecção por António Monge Soares foram alvo de um estudo aprofundado na tese de mestrado elaborada por Teresa Costa<sup>98</sup>, bem como algumas considerações mais recentes que tive oportunidade de tecer a propósito do sítio<sup>99</sup>.

É pois com este cenário que o Castelo Velho de Safara foi assim intervencionado por mim e por Mariana Nabais pela primeira vez no âmbito do projecto de investigação (PIPA-DGPC) “A Idade do Ferro na Margem Esquerda do Guadiana”, através da escola de campo de arqueologia South-West Archaeology Digs (SWAD), com o importante apoio da University College London, da Câmara Municipal de Moura, da União de Freguesias de Safara e Santo Aleixo da Restauração, da ADC Moura e da empresa Empark. Esta

---

<sup>92</sup> 1965

<sup>93</sup> 1981 e 1988

<sup>94</sup> Soares, 2001, p. 57

<sup>95</sup> Soares, Araújo, Cabral, 1985; Soares, Araújo, Cabral, 1994; Soares, Araújo, Alves, Ferraz, 1996; Soares, 2001; Soares, Valério, Araújo, 2005

<sup>96</sup> Soares *et al.*, 1985, p. 90

<sup>97</sup> Soares, 2001, p. 63

<sup>98</sup> 2010

<sup>99</sup> Soares, 2012, p. 7, 8 e 30; Soares 2017, p. 181 e 184

intervenção teve como objectivos principais efectuar um registo das estruturas que se encontram visíveis e em degradação no local, bem como realizar uma sondagem que permitisse caracterizar as diferentes fases de ocupação deste povoado. Os resultados da intervenção de 2018 permitiram assim colocar em evidência um troço da muralha que rodeia o povoado, alguns compartimentos e atingir níveis de cronologia Romano Republicana.

Considerando a falta de intervenção arqueológica prévia neste povoado, os trabalhos incidiram na escavação de uma área designada em função das condições do terreno, tendo em vista obter uma leitura estratigráfica que permitisse caracterizar as diversas fases de ocupação do sítio. Os trabalhos arqueológicos que realizámos em Junho de 2018 permitiram identificar a existência de uma arquitectura onde se distingue a presença de uma muralha com pequenos compartimentos adossados, paralelamente à qual se encontrou uma rua que estrutura a circulação nesta zona do povoado.

No que diz respeito ao espólio recolhido, este é coincidente com três cronologias já anteriormente identificadas, nomeadamente o Calcolítico, a II Idade do Ferro e o período Romano Republicano, existindo também alguns elementos (2 numismas) que implicam a existência de actividade humana em cronologias mais recentes (ceitil medieval e um vintém de D. Manuel I (1495-1521)). No entanto, estas evidências não constituem prova de uma ocupação permanente, dado que não se encontraram outros elementos que remetam para esta cronologia, à excepção de alguns pequenos fragmentos de telhas, cuja origem pode ser eventualmente atribuível a antigos trabalhos agrícolas no sítio. O tipo de ocupação detectada e a cultura material recuperada caracterizaram a fase final de ocupação do povoado, correspondente à segunda metade do século I a.C., enquanto comprovaram também a existência de uma ocupação no local correspondente ao Calcolítico e à II Idade do Ferro.

Os objectivos da primeira escavação sistemática realizada no Castelo Velho de Safara foram cumpridos, na medida em que revelaram os níveis de abandono do sítio datados da época Romano Republicana através da remoção das camadas mais superficiais. No que toca à apresentação pública destes primeiros resultados, esta foi já efectuada em dois momentos distintos<sup>100</sup>.

---

<sup>100</sup> Soares, R.; Nabais, M. - Resultados das primeiras escavações no Castelo Velho de Safara (Moura): a ocupação Romano Republicana. *Guadiana – um rio e dois territórios: perspectivas em torno da epigrafia latina e seu contexto arqueológico* (Faculdade de letras da Universidade de Lisboa, 14 a 15 de Novembro de 2018).

Soares, R.; Nabais, M. - Resultados das primeiras escavações no Castelo Velho de Safara (Moura). *X Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular* (Zafra, 9 a 11 de Dezembro de 2018).

A intervenção seguinte, realizada em Junho e Julho de 2019, com continuação em Janeiro de 2020, visou uma melhor compreensão desta última fase de ocupação, bem como o aprofundamento da sondagem por forma a atingir as cronologias mais antigas, além do seu alargamento para a zona exterior à muralha, com o objectivo de tentar determinar a sua cronologia. Como resultado desta segunda intervenção, foi possível compreender que a muralha se construiu sobre níveis datados do século IV a.C. e que a zona do interior do povoado, onde se identificou uma rua, registava diversos momentos de ocupação em cronologia romano republicana, fundamentalmente durante o século I a.C.. Os resultados desta intervenção não foram ainda apresentados publicamente, nem se procedeu ao continuar dos trabalhos que estavam previstos para o Verão de 2020, em virtude dos confinamentos resultantes do desenvolvimento da pandemia de COVID-19 que se instalou com maior intensidade em Portugal a partir de Março de 2020.

## O Castelo de Moura

Desde 2015, paralelamente aos trabalhos de campo que desenvolvi, foi necessário proceder também ao estudo de materiais depositados em vários Museus. Um dos conjuntos mais importantes corresponde ao recuperado por José Gonçalo Valente nas escavações que dirigiu em 2011 na zona do Posto de Recepção ao Turista do Castelo de Moura, o qual generosamente disponibilizou o conjunto para estudo no âmbito do meu doutoramento, tendo sempre participado de forma entusiástica na discussão dos dados da sua intervenção.

O Castelo de Moura corresponde a um povoado de grande dimensão, o qual possui uma intensa ocupação da Idade do Ferro que se inicia e atinge o apogeu durante o século IV a.C.. Este povoado implanta-se sobre a colina do Castelo de Moura, um local de defensabilidade evidente, o qual beneficia inclusivamente de uma nascente de água abundante, situando-se a uns meros três quilmetros do Castro da Azougada e a cerca de vinte quilmetros do Castelo Velho de Safara, partilhando com estes sítios evidências de uma ocupação coincidente pelo menos durante os inícios do século IV a.C., como mais adiante veremos. Está referenciado pelo Código Nacional de Sítio (CNS) da base de dados Endovélico da DGPC com o CNS 152 e integra a Folha 501 da Carta Militar Portuguesa dos Serviços Cartográficos do Exército. Este sítio foi

pontualmente escavado por diversos investigadores, tendo daí resultado um importante conjunto de materiais arqueológicos de várias cronologias, em especial no que aqui interessa, do século IV a.C.<sup>101</sup>.

Entre os materiais, recuperados na intervenção de 2011, destacam-se as importações, com várias dezenas de fragmentos de cerâmica grega, onde abunda a cerâmica ática de figuras vermelhas, como os pratos do grupo do pintor de Viena 116 e, mais raramente, um *skyphos* possivelmente atribuível ao grupo do Pintor Fat Boy, bem como dois fragmentos aparentemente um de um lado A e outro do lado B de um *krater* atribuível ao Pintor do Tirso Negro, onde se destaca a cabeça de um sátiro em frente a um cacho de uvas, numa cena de banquete. Encontram-se ainda vários fragmentos de cerâmicas áticas de verniz negro, como páteras das formas 21 e 22 e um fragmento de um bordo da forma Jehasse 116<sup>102</sup>. No que diz respeito às restantes cerâmicas, destacam-se pela sua padronização e abundância alguns fragmentos de ânforas de produção local/regional, com forma e pastas distintas das verificadas no século anterior em sítios como o Cabeço Redondo e em El Castañuelo; alguidares de perfil em “S” e numerosa cerâmica pintada, em especial algumas formas como potes e talhas, pintados de tons vermelho-vinhoso em faixas combinadas com traços ondulantes e/ou semi-círculos concêntricos repetitivos, tigelas e pratos carenados<sup>103</sup>.

Estranhamente, no Castelo de Moura não se identificaram até agora os típicos recipientes estampilhados, os vasos fenestrados ou a cerâmica Kuass, identificados por exemplo no Castelo Velho de Safara<sup>104</sup>. Creio que este facto poderá constituir uma marca cronológica, eventualmente significando que poderá existir um hiato na ocupação do Castelo de Moura, eventualmente entre o século IV a.C. e os finais do II/inícios do I a.C., carecendo obviamente esta sugestão de uma investigação mais apurada, a qual não foi até agora possível de realizar.

Por fim, importa referir que os resultados preliminares deste estudo foram apresentados publicamente em Novembro de 2016, no IX Encontro de Arqueologia do Sudoeste peninsular<sup>105</sup>.

## O Thymiterion de Safara

Como forma de encerrar este breve relato das actividades que tenho desenvolvido, parece importante referir o artefacto que inaugurou o conhecimento da Idade do Ferro no Concelho de Moura e

---

<sup>101</sup> Beirão e Gomes, 1983, p. 230; Arruda, 1994, p.139; Macias, 1994, p. 674; Monteiro, Caeiro e Amorós, 1980-1981; Alarcão, 1996, p. 31; Soares, 2012, p. 8-11

<sup>102</sup> Soares, 2017, Fig. 11

<sup>103</sup> Soares, 2017, Fig. 12

<sup>104</sup> Costa, 2010

<sup>105</sup> Valente, G.; Soares, R., - A Idade do Ferro no Castelo de Moura: resultados das sondagens para instalação do Posto de Recepção ao Turista. IX Encontro de Arqueologia do Sudoeste peninsular. (Tróia, 4 a 6 de Novembro de 2016). Comunicação em painel (*poster*)

sobre o qual já pude tecer algumas considerações<sup>106</sup>. Sendo apenas uma questão de pormenor na investigação que tenho desenvolvido, não poderia deixar de comentar o Thymiaterion<sup>107</sup> de Safara, pela importância que marcou na investigação do Sudoeste peninsular. Inicialmente publicado por José Leite de Vasconcelos<sup>108</sup>, que o comprou para o Museu Etnológico<sup>109</sup>, esta peça permite supor a existência de uma ocupação sidérica dos séculos VII-VI no concelho de Moura, tendo sido por diversas vezes mencionado na literatura arqueológica<sup>110</sup> e por vezes referido como pertencente ao Castelo Velho de Safara<sup>111</sup>. Na realidade, a questão da sua origem não parece ser pacífica, tendo sido sobre este aspecto que o meu trabalho de investigação incidiu, dado que, como foi possível constatar, José Leite de Vasconcelos, em dois pequenos papéis de notas, registou que o Thymiaterion teria sido encontrado na década de 1870, durante escavações na vinha de António de Brito<sup>112</sup>, sita em Safara<sup>113</sup> (). Esta vinha, assim mencionada, não parece corresponder ao sítio do Castelo Velho de Safara, dado que este sempre se encontrou completamente arborizado com montado, como sucede ainda hoje em dia (Costa, 2010, Figs.1-22), não sendo crível que, dada a sua localização, alguma vez nele tivesse sido plantada uma vinha. Pensamos que o local de proveniência correcta se deverá localizar, provavelmente, numa área mais próxima da aldeia de Safara, constituindo, portanto, uma ocupação sidérica ainda inédita e de paradeiro incerto. Apesar de conhecermos o nome do proprietário (António de Brito), não foi ainda possível detectar a localização do referido terreno, pois embora se encontre registado que a sua família esteve relacionada, por exemplo, com terras em Moura (Herdade do Alvarinho)<sup>114</sup> e no Sobral da Adiça (Herdade do Touril)<sup>115</sup>, e talvez até tivesse alguma relação com a Herdade dos Montes Juntos<sup>8</sup>, não foi ainda possível encontrar um registo de que fosse proprietário de terras em Safara, não me tendo, todavia, sido ainda possível pesquisar de forma sistemática e aprofundada o arquivo da Conservatória do Registo Predial de Moura, nem tão pouco pesquisar quais as propriedades que pertenceriam aos seus familiares, os quais também não podem deixar de ser considerados na investigação da possível origem deste artefacto arqueológico.

---

<sup>106</sup> Soares, 2012, p. 7 e 8

<sup>107</sup> Recipiente com funções espirituais e religiosas utilizado como queimador de substâncias aromáticas, como por exemplo, o incenso.

<sup>108</sup> 1924, p. 34 e 35

<sup>109</sup> Soares, 2012, Quadro I

<sup>110</sup> Vasconcelos, 1924, p. 34 e 35; Almagro-Gorbea, 1977, p. 245-47; Correia, 1986; Gomes, 1992, p. 263-D; Graells Fabregat, Jiménez Ávila e Nicolás Mascaró, 2014

<sup>111</sup> Gamito, 1988, p. 26 e 27; Costa, 2010, p. 105

<sup>112</sup> Parece possivelmente poder corresponder ao Capitão António de Brito Pimenta de Almeida, ou ao seu irmão, o Tenente Rafael Antonio de Brito, os quais tinham ainda um outro irmão, o Alferes Francisco de Brito. Em Novembro de 1846, estes três personagens históricos de Moura e de Safara, no âmbito das lutas entre liberais e absolutistas, surgem associados à Herdade do Montes Juntos: “...*Novembro começou a reunir se grande numero de dessidentes deste movimento politico na herdade dos Montes Juntos, apoiados pelo Sr. Antonio de Brito Pimenta d’Almeida. A 19 de Dezembro tomarão todos, menos o Sr. Brito, e seus irmãos, a direcção do Rosal da Christina na raia de Hespanha.*” (Matta, 1991)

<sup>113</sup> Vasconcelos [s/d]

<sup>114</sup> Livro Nº B-2, descrição Nº 745. Conservatória do Registo Predial de Moura.

<sup>115</sup> Livro Nº B-15, descrição Nº 5909. Conservatória do Registo Predial de Moura.

Uma outra possível localização para a origem do Thymiaterion revela-se pela existência de um espeto de bronze recuperado, segundo Fragoso Lima (1981, p. 242), em Safara no sítio das “Cortes”<sup>116</sup>, durante trabalhos de abertura de um caminho em 1944, o qual corresponde a um artefacto com cronologia semelhante. Na Carta Cadastral é possível verificar a existência na zona das Cortes, a sul de Safara, de uma área com o sugestivo topónimo de “Vinhas Velhas”, não tendo havido ainda, todavia, a possibilidade de investigar o local. Estranhamente, Manuel Heleno que visitou o Museu de Moura em 1944 e descreveu os materiais que nele observou, registou um único espeto do Museu, como pertencente à “Herdade da Sertã”<sup>117</sup><sup>118</sup>, sítio que não parece corresponder à zona das “Cortes” referida por Fragoso Lima (localizada a Sul de Safara), dado que se localiza a Norte de Safara, em zona contígua à Herdade do Pião<sup>119</sup>, que se situa a Este. Embora pouco mais se conheça sobre o sítio onde o espeto foi recuperado, não é, contudo, de desprezar a possibilidade de o Thymiaterion poder provir do local onde se encontrou o referido espeto, dada a sua proximidade de Safara (em qualquer dos casos comentados) e à coincidência cronológica de ambos. Desejo, contudo, ressaltar o facto de as hipóteses de pesquisa não se encontrarem ainda totalmente esgotadas, estando a análise deste tema ainda em progresso.

Em jeito de encerramento no que toca ao assunto do Thymiaterion, creio ser interessante referir uma lenda popular da Aldeia de Safara, segundo a qual existe uma “Bezerra de Ouro” enterrada no Castelo Velho de Safara. Uma história semelhante havia já sido recolhida por Fragoso Lima em 1942, sobre um sítio chamado “Cerca do Castelo da Bezerra de Ouro”, o qual todavia se situa em Santo Aleixo (Aldeia vizinha de Safara), cuja lenda refere que “Todas as noites de S. João aparece lá uma bezerra de ouro, que é uma princesa encantada”<sup>120</sup>. Lendas semelhantes que envolvem “Bezerras”, “Ouro” e por vezes também a noite ou o dia de S. João, associadas a eventos “mágico-religiosos” não são exclusivas desta região e ocorrem em outros pontos do Alentejo<sup>121</sup> e do resto do país<sup>122</sup><sup>123</sup>, provavelmente encontrando um suporte imaginário favorável, na tradição judaico-cristã registada na bíblia, em que um ídolo (um bezerro dourado)

---

<sup>116</sup> Verificável nas edições mais antigas das Cartas Militares Nº 513 e 514, a área designada por “Cortes” corresponde à zona de terras planas e férteis localizada a Sul de Safara

<sup>117</sup> A propósito do estranho topónimo desta Herdade, “Sertã” ou “Certã”, que significa ou pode ser descrita como “uma frigideira pouco profunda”, é interessante verificar que se trata de uma descrição que também se poderia aplicar aos braseiros de bronze orientalizantes que surgem frequentemente nos mesmos ambientes cronológicos e culturais que os espetos de bronze. Seria curioso se tivesse sido a descoberta de semelhante recipiente a causa da estranha denominação da Herdade. Em todo o caso, este é apenas um mero exercício especulativo sem nenhum fundamento.

<sup>118</sup> Heleno, 1944, p. 12

<sup>119</sup> Herdade onde, curiosamente, se situa o Castelo Velho de Safara.

<sup>120</sup> Lima, 1988, p. 61

<sup>121</sup> P. ex., as lendas populares semelhantes partilhadas pelo Pego das Pias e pelo Pego da Laima, em Odemira, relacionadas com bezerros, a noite e o dia de S. João e uma “grade de ouro”

<sup>122</sup> Milheiro, 2002, p. 39

<sup>123</sup> Também em outros locais, ainda que sem lendas associadas ou conhecidas, têm aparecido peças idênticas ou muito semelhantes ao Thymiaterion de Safara, por exemplo, em Mourão (Correia, 1986) ou em Espanha (Graells Fabregat, Jiménez Ávila e Nicolás Mascaró, 2014), além de um exemplar ainda inédito de que tenho conhecimento, aparentemente proveniente do Cerro Furado (Baleizão, Beja).

foi criado por Araão quando Moisés subiu o monte Sinai para receber os mandamentos de Deus<sup>124</sup>. Uma segunda referência ocorre quando o reino de Israel é dividido e o rei Jeroboão I, que fica com uma parte do reino sem ser de descendência real, cria dois bezerros dourados para o povo adorar<sup>125</sup>. Por fim, é possível citar uma terceira passagem, no livro de Neemias, com referência a que “fundiram para si um ídolo na forma de bezerro e disseram: 'Este é o seu deus, que os tirou do Egito’”<sup>126</sup> ().

Creio que nunca será possível saber se a história do Thymiaterion de Safara será a origem da lenda da Bezerra de Ouro do Castelo Velho de Safara<sup>127</sup>, todavia, a propósito da formação deste tipo de lendas parece-me oportuno relatar uma história que ocorreu durante os trabalhos de escavação no Castro da Azougada em 2016, quando a equipa de escavação, findo os trabalhos diários, se deslocava a um café situado em Moura. Sendo nós, presença assídua durante as semanas em que duraram os trabalhos, e como as funcionárias reparassem nas roupas sujas da escavação, uma delas rapidamente adivinhou que éramos arqueólogos. Após uma explicação dos trabalhos que estávamos a desenvolver, esta funcionária logo nos explicou que na sua aldeia, o Sobral da Adiça, há muitos anos também tinham andado uns arqueólogos a escavar um cemitério antigo próximo da aldeia, e assegurava que tinham encontrado uma panela cheia de moedas de ouro. Quando lhe perguntei se o tal cemitério por acaso se situava no sítio dos Carapinhais e se esses arqueólogos que acharam a panela com moedas não teriam sido acompanhados e ajudados por um sobralense chamado “Sr. Choca” (alculha de António Rosa Tubal Baptista), a surpresa desta senhora foi total: como podia eu conhecer a localização onde a história se havia passado e o seu conterrâneo, que à data em que falávamos já havia falecido? Na verdade, o cemitério a que se referia era a Necrópole da Idade do Bronze dos Carapinhais, escavada de 2000 a 2002, e publicada por meu pai<sup>128</sup>, cujos trabalhos de escavação foram os primeiros em que, então com cerca de 14 anos, pude participar activamente enquanto ajudante voluntário. Esta história tem assim de facto uma base verídica, o achamento de “painéis de barro” (os recipientes cerâmicos<sup>129</sup>) num “cemitério” (necrópole de cistas<sup>130</sup>), contudo, a parte das “moedas de ouro dentro da panela”, corresponde obviamente a uma invenção<sup>131</sup>, talvez contada pelo Sr. Choca para entreter os seus conterrâneos, constituindo sem dúvida o início de uma potencial lenda em formação. Esta pequena história é assim ilustrativa da facilidade com que se poderá ter formado a lenda da Bezerra de Ouro de

---

<sup>124</sup> Êxodo 32:1-8

<sup>125</sup> I Reis 12:28-32

<sup>126</sup> Neemias 9:16-21

<sup>127</sup> É um facto comprovado e documentado pela investigação arqueológica que por vezes topónimos e, por associação, as memórias populares, podem migrar de lugar e sofrer diversas mutações ao longo do tempo, por vezes acabando associados a sítios que pouco ou nada têm que ver com a sua origem.

<sup>128</sup> Soares, Deus e Correia, 2007; Soares et al., 2009

<sup>129</sup> Soares, Deus e Correia, 2007, p. 189, fig. 10

<sup>130</sup> *Idem*, Fig. 2 a 6

<sup>131</sup> Note-se que durante a Idade do Bronze da Península Ibérica, época de que data esta necrópole, ainda não existiam moedas, as quais só surgem no registo arqueológico muitos séculos depois.

Safara, eventualmente resultante do achado do Thymiaterion em trabalhos agrícolas na década de 1870, o qual corresponde a um bovídeo fabricado em bronze, metal cujas propriedades formam corrosão ou *patine* verde, mas que se for polido apresenta efectivamente um aspecto ou cor dourada.

## Conclusões

O Concelho de Moura, em virtude da sua situação geográfica, limitado a Oeste pelo grande Rio Guadiana e cruzado por um dos seus mais importantes afluentes, o rio Ardila, encontra-se em uma verdadeira encruzilhada de caminhos que cortaram o interior do Sudoeste peninsular durante o 1º Milénio a.C.. Este factor de mobilidade, aliado à abundância de água dos rios, ribeiras e do aquífero de Moura-Ficalho, bem como as férteis terras agrícolas, pontuadas nas zonas de serra por alguns recursos metalíferos, possivelmente será a justificação da concentração neste território de tantos sítios ocupados durante a Idade do Ferro, localizados a cerca de 20 quilómetros uns dos outros, em especial no que aos meados do 1º Milénio a.C. diz respeito.

Não sendo este nem o tempo, nem o espaço adequado, para apresentar conclusões definitivas, resta indicar que o trabalho final que procurará unir e dar sentido ao conjunto dos dados obtidos corresponde à tese de doutoramento que irá ser entregue brevemente na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, esperando-se que tal suceda ainda durante este ano pandémico de 2021.

## Agradecimentos

A realização do trabalho de que este artigo dá conta não teria sido possível sem uma série de pessoas e instituições deste Concelho que merecem ser lembradas, nomeadamente: os Srs. Presidentes da Câmara de Moura que ao longo dos anos generosamente apoiaram os vários trabalhos de escavação, Santiago Macías e Álvaro Azedo; José Gonçalo Valente pela generosidade, amizade e camaradagem; José Finha, pela ajuda nas questões de algumas personagens históricas de Moura; a Junta de Freguesia de Sobral da Adiça e seu presidente, Bruno Monteiro; a União de Freguesias de Safara e Santo Aleixo e seu presidente, Francisco Candeias; a equipa de arqueologia da Câmara, arqueóloga Vanessa Gaspar, Mário Romero, Rogério, Marta Coelho e Luísa Almeida, pela amizade, ajuda e ânimo que me transmitiram durante os longos dias de estudo de materiais; o Museu Municipal de Moura, Marisa Bacalhau e Dina Batarda; os guardas e funcionários do Castelo de Moura e do Museu Alberto Gordillo, pelo ânimo com que alegraram as jornadas de estudo; a equipa de topografia da Câmara, Dra. Helena Ramiro que realizou os levantamentos topográficos de todos os sítios intervencionados; a ADC Moura e seu director, António Filipe Sousa; a Sociedade A Monumental Sobralense e sr. José Rosa; a Casa do Povo de Safara e a Ana, a Júlia e o Francisco; a Herdade do Ameixial, a Sociedade Agro-Pecuária Castro da Azougada e o Sr. Pedro Garcia; a Herdade dos Lameirões e seus encarregados, Eng. Francisco Borges e Eng. Rosarinho, e os funcionários, D. Maria Mestre e o Sr. Luís, guardião da Herdade do Metum. Ainda que não sejam menos importantes, vários outros nomes ficam por mencionar, sobretudo amigos de Moura, do Sobral e de Safara que conheci ao longo deste percurso. A todos o meu obrigado.

## Referências bibliográficas

- ALARCÃO, J. de (1990) – Vestígios romanos do Concelho de Moura. In *Moura na época romana*. Catálogo. Moura: Câmara Municipal. p. 31-39
- ALARCÃO, J. de (1996) - Os círculos culturais da 1ª Idade do Ferro no Sul de Portugal. In VILLAR, F.; ENCARNACÃO, J. d', eds. - *La Hispania prerromana*. Salamanca: Universidad, p. 19-36
- ALARCÃO, J.; SANTOS, A. coord. (1996) – De Ulisses a Viriato: O primeiro milénio a.C.. Museu Nacional de Arqueologia. Lisboa
- ALBERGARIA, J.; MELRO, S. (2013) – Ocupação proto-histórica na margem esquerda do Guadiana. Évora: EDIA
- ALMAGRO-GORBEA, M. (1977) - El Bronce Final y el Periodo Orientalizante en Extremadura. Madrid: CSIC.
- ANTUNES, A. (2005), *Castro da Azougada – conjunto cerâmico. Em torno da Idade do Ferro Pós-Orientalizante da margem esquerda do Baixo Guadiana*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Tese de Mestrado, exemplar policopiado.
- ANTUNES, A. S. (2008) – “Castro” da Azougada (Moura, Portugal): percursos do PósOrientalizante no Baixo Guadiana. In JIMENEZ AVILA, F.J. coord. - *Actas do Colóquio. Sidereum Ana I. El Rio Guadiana en el Época Post-Orientalizante, Mérida, 24-26 de Maio de 2006, Anejos de Archivo Español de Arqueologia*. Madrid: C.S.I.C. 46, p. 327-351
- ANTUNES, A. (2009a), *Um conjunto cerâmico da Azougada: em torno da Idade do Ferro Pós-Orientalizante da margem esquerda do Baixo Guadiana. O Arqueólogo Português. Suplemento 5*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia.
- ANTUNES, A. S. (2009b) – Castro da Azougada (Moura, Portugal): sacralidade e dinamismo comercial no Baixo Guadiana durante o Pós- -Orientalizante. In *Simposio Internacional de Arqueología de Mérida. Santuarios, oppida y ciudades: arquitectura sacra en el origen y desarrollo urbano del Mediterráneo Occidental*, 4, Mérida, 2005. Mérida: Instituto de Arqueologia de Mérida, p. 131-142
- ARNAUD, J. M.; GAMITO, T. J. (1974-1977) – Cerâmicas estampilhadas da Idade do Ferro do Sul de Portugal. I – Cabeço de Vaiamonte – Monforte. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 3:7/9, p. 165-202
- ARRUDA, A. M. (1994) – Panorama das importações gregas em Portugal. *Huelva Arqueologica*. Huelva. 13:1, p. 129-154
- BEIRÃO, C. M.; GOMES, M. V. (1983) – A necrópole da Idade do Ferro do Galeado

(Vila Nova de Milfontes). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 4, 1, p. 207-266

BEIRÃO, C. M.; GOMES, M. (1986) – Grafitos da Idade do Ferro do Centro e Sul de Portugal. *Actas del III Coloquio sobre Lenguas y Culturas Paleohispanicas* (Lisboa, 1980). Salamanca: Universidad de Salamanca. p. 465-502

BERROCAL-RANGEL, L. (1992) – Los Pueblos Célticos del Suroeste de la Península Ibérica. Madrid: Editorial Complutense. BERROCAL-RANGEL, L. (1994a) – El altar prerromano del Castrejón de Capote: ensayo etno-arqueológico de un ritual céltico en el Suroeste Peninsular. Madrid: Universidad Autónoma

BERROCAL-RANGEL, L. (1994) – El altar prerromano del Castrejón de Capote: ensayo etno-arqueológico de un ritual céltico en el Suroeste Peninsular. Madrid: Universidad Autónoma

BERROCAL-RANGEL, L.; SILVA, A C. (2005) – O Castro dos Ratinhos (Moura), povoado do Bronze Final do Guadiana: primeira campanha de escavações (2004). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. volume 8. número 2. 2005, p. 129-176

BERROCAL-RANGEL, L.; SILVA, A C. (2007a) – O Castro dos Ratinhos (Barragem de Alqueva, Moura) da descoberta em meados do Século XX, à valorização científica e patrimonial no início do Século XXI. *Vipasca, Arqueologia e História*. N.º 2. 2ª série. 2007. p. 184-194

BERROCAL-RANGEL, L.; SILVA, A C. (2007b) – O Castro dos Ratinhos (Moura, Portugal). Um complexo defensivo no Bronze Final do sudoeste peninsular. In BERROCAL-RANGEL, L. e MORET, P., eds. – *Paisajes Fortificados de la Edad del Hierro*. Madrid: R. A. H. 169- -190

BERROCAL-RANGEL, L.; SILVA A. C. (2010) – O Castro dos Ratinhos (Barragem do Alqueva, Moura): Escavações num povoado proto-histórico do Guadiana, 2004- 2007. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 6

BLÁZQUEZ, J.M. (1975) - *Tartessos y los orígenes de la colonización fenicia en Occidente*. Salamanca

BEIRÃO, C. M.; GOMES, M. V. (1983) – A necrópole da Idade do Ferro do Galeado (Vila Nova de Milfontes). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 4, 1, p. 207-266

BEIRÃO, C. de M.; GOMES, M. V. (1986) – Grafitos da Idade do Ferro do centro e sul de Portugal. *Actas do III Colóquio sobre Lenguas y Culturas Paleohispanicas*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, p. 465-499

CARDOSO, J. (2013) – Manuel Heleno (1894-1970). O arqueólogo e o professor universitário à luz de documentação inédita. *Al-Madan*. II Série. 18, pp. 131–146

CARDOSO, J.; SOARES, R. (2013) – Faunas mamalógicas do sítio pós-orientalizante do Cabeço Redondo (Sobral da Adiça, Moura). Escavações de 2011. Al-Madan. II Série. 18, pp. 87–92

COFFYN, A. (1985) - Le Bronze Final Atlantique dans la Péninsule Ibérique. Paris: Boccard

CORREIA, V. (1986) – Um bronze tartéssico inédito: o touro de Mourão. *Trabalhos de Arqueologia do Sul*. Évora: Instituto Português do Património Cultural. Nº1, p. 33- 48

CORREIA, V. (1996) – Os povoados da 1ª Idade do Ferro do Sul de Portugal. In ALARCÃO, J., ed. - De Ulisses a Viriato. Lisboa: Instituto Português de Museus/Museu Nacional de Arqueologia. p. 82-87

COSTA, T. (2010) - O Castelo Velho de Safara (Moura): Elementos para o seu estudo. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Tese de Mestrado [Policopiado]

FABIÃO, C. (1998) – *O Mundo Indígena e a sua Romanização na área céltica do território hoje português*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Tese de Doutoramento, exemplar policopiado

FERREIRA, D. (2019) - La cerámica griega en la fachada atlántica de la Península Ibérica. Universidade Complutense de Madrid. Tese de doutoramento

GAMITO T. (1979) - Aspects of settlement, economy and society in Southern Portugal from 600 BC till the Roman Conquest. M. Phil Thesis presented to the University of Cambridge. Cambridge. Manuscrito inédito.

GAMITO, T. J. (1982) - A Idade do Ferro no Sul de Portugal. Problemas e perspectivas. *Arqueologia*. Porto. 6, p. 65-78

GAMITO, T. J. (1983) – Os “Barris Ibéricos” de Portugal. *Conímbriga*. Coimbra. Vol. XXII, p. 195-208

GAMITO, T. J. (1986) – Os espetos de Bronze do Sudoeste peninsular, sua interpretação sócio.ideológica. *Conímbriga*. Coimbra. Vol. XXV. P. 23-39 XXII, p. 195-208

GAMITO T. (1988) - Social complexity in Southwest Iberia (800-300 B.C.), the case of Tartessos. *British Archaeological Reports*. Oxford 1988

GAMITO, T. J. (1990) – O concelho de Moura na Proto-História. In Moura na época romana. Moura: Câmara Municipal. p. 7-30. Catálogo

GAMITO, T. J. (1991) – The Celts in Western Iberia. Actes du IXe Congrès international d'études celtiques Première partie. Les Celtes au IIIe siècle avant J.-C. *Etudes Celtiques*, vol. 28, p. 173-194

- GAMITO, T. J. (1990-1992) – A cerâmica de retícula brunida do Castro dos Ratinhos (Moura). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S.4. 8/10, p. 277-297
- GAMITO, T. J. (1996a) - O Castro de Segóvia e a componente céltica em território português. In ALARCÃO, J., ed. - In ALARCÃO, J., ed. - De Ulisses a Viriato. Lisboa: Instituto Português de Museus/Museu Nacional de Arqueologia, p. 107-111
- GAMITO, T. J. (1996b) - A cerâmica estampilhada. In ALARCÃO, J., ed. - De Ulisses a Viriato. Lisboa: Instituto Português de Museus/Museu Nacional de Arqueologia, p. 112-117
- GARCÍA y BELLIDO (1960) - Inventario de los jarros púnicos tartessicos, *Archivo Español de Arqueología* 33, n.º 101-102, p. 44-63
- GOMES, M. V. (1983) – El “smithing god” de Azougada (Moura). *Trabajos de Prehistoria*. Madrid. 40, p. 199-220
- GOMES, M. V. (1984) – In Memoriam. *O Arqueólogo Português*. Série IV, 2, p. 7-14
- GOMES, M. V. (1992) – 2ª Parte – Proto-história do Sul de Portugal. In SILVA, A. C. F.; GOMES, M. V. – Proto-História de Portugal. Lisboa: Universidade Aberta
- GOMES, M. V. (2001) – Divindades e santuários púnicos, ou de influência púnica, no Sul de Portugal. In Actas do Colóquio Internacional “Os púnicos no Extremo Ocidente: (Lisboa, 27 e 28 de Outubro de 2000)”. Lisboa: Universidade Aberta. p. 99-148
- HELENO, M. - Caderno nº 1. Excursão a Moura, Outubro 1944. [Manuscrito]. 1944. Acessível na Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, Portugal. Arquivo Manuel Heleno
- HELENO, M. - Diário das escavações feitas no Castro da Azougada e Outeiro de São Bernardo (Moura) Outubro de 1946. [Manuscrito]. 1946. Acessível na Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, Portugal. Arquivo Manuel Heleno
- LIMA, J. F. (1942) – Monografia arqueológica do concelho de Moura. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Dissertação de Licenciatura em Ciências Históricas e Filosóficas
- LIMA, J. F. – [Carta] 1947 Setembro 16 [a] Manuel Heleno. Acessível na biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, Portugal. Arquivo Manuel Heleno

LIMA, J. F. (1960) - Castro de Ratinhos (Moura, Baixo-Alentejo). *Zephyrus*. Salamanca. 11, p. 233-237

LIMA, J. F. (1963) – O Castelo de Moura e a Arqueologia. *A Planície*. Separata. Moura. Setembro-Novembro

LIMA, J. F. (1981<sup>2</sup>) – *Elementos Históricos e Arqueológicos do Concelho de Moura*. Moura: Biblioteca Municipal. 2ª Edição (2003)

LIMA, J. F. (1988) – *Monografia arqueológica do concelho de Moura*. Moura: Câmara Municipal. Texto de 1942

LOPES, M. C. (2003) – A cidade romana de Beja. Percursos e debates acerca da civitas de Pax Ivulia. Anexos de Conimbriga. Coimbra. 3

MACHADO, J. L. S. (1965) – Subsídios para a História do Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcellos. Lisboa: MNAE

MACIAS, S. (1990) – Dr. José Fragoso de Lima. Biografia. In *Moura na época romana*. Catálogo. Moura: Câmara Municipal. p. 11-13

MACIAS, S. (1992) - Moura – um projecto de investigação em arqueologia medieval e moderna. *Penélope*. 7, p. 127-134

MACIAS, S. (1994) – Escavações arqueológicas no castelo de Moura. Primeiros resultados. In CAMPOS CARRASCO, J.M.; PÉREZ MACÍAS, J.A.; GOMÉZ, F. eds. - *Actas del Encuentro Internacional de Arqueologia del Suroeste*. Arqueologia en el entorno del Bajo Guadiana (Huelva e Niebla, 25 a 27 febrero de 1993). Huelva: Universidad de Huelva. p. 673-705

MATALOTO, R. (2004) - Um “monte” da Idade do Ferro na Herdade da Sapatoa – Ruralidade e povoamento no 1º Milénio a. C. do Alentejo Central. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. (Trabalhos de Arqueologia; 37)

MATALOTO, R. (2014) - A propósito de um conjunto de glandes plumbeae: o Castelo das Juntas (Moura) no contexto do episódio Sertoriano das Guerras Civis na margem esquerda do Guadiana. In Fabião, C.; Pimenta, J. (2014) *Atas do Congresso Conquista e Romanização do Vale Do Tejo*. *Cira Arqueologia*, 3, p. 343-384

MATTA, J. (1991) - Anais de Moura. Câmara Municipal de Moura

MILHEIRO, A. (2002) – S. Miguel de Acha – Memórias da Cultura Tradicional, Idanha-a-Nova. Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, p. 39

- MOITA, I. (1965) – A carta arqueológica da margem esquerda do Guadiana e o Museu de Serpa (projecto). Actas do III Colóquio Portuense de Arqueologia, Porto, 29-31 de Maio de 1964. *Lucerna*. 4, p. 140-152
- MONTEIRO, J. P.; CAEIRO, J. O.; AMORÓS, P. M. (1980-1981) – Estudo arqueológico do Castelo de Moura. Processo S-00152. Acessível no Arquivo do IGESPAR. Policopiado
- NABAIS, M.; SOARES, R. (2017a) – Zooarchaeological evidence from the Iron Age site of Castro da Azougada (Moura, Portugal). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. V. 20, p. 61–69
- NABAIS, M.; SOARES, R. (2017b) – Os ossos trabalhados do Castro da Azougada. II Congresso da Associação dos Arqueólogos Portugueses (Lisboa, 22 a 26 de Novembro de 2017). Lisboa, p. 929-941
- NIESSEN, A. (2010) - Mapas por Microscopia de Raman. Caso de estudo: cerâmicas arqueológicas portuguesas da Idade do Ferro provenientes do Castro de Azougada. Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Nova de Lisboa. Dissertação de Mestrado em Conservação e Restauro
- PEREIRA, M. [coord.] (2007) - Vasos Gregos em Portugal (Aquém das Colunas de Hércules). Catálogo de exposição. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia
- PIÇARRA, J. M.; OLIVEIRA, V.; SILVEIRA, A.B.; BARBOSA, B. (2007) – *Notícia explicativa da Folha 44-A Amareleja*, Carta Geológica de Portugal, Departamento de Geologia do Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação, Lisboa
- QUEIROZ, P. (2012) - Estudo antracológico do Cabeço Redondo, Sobral da Adiça, Moura. *TERRA SCENICA – TERRITÓRIO ANTIGO*. Relatórios, 33
- RIBEIRO, M. (1962) – Contribuição para o Estudo da Cerâmica Portuguesa. *Revista Guimarães*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento. Vol. LXXII, n. 3-4, p. 392-417
- RODRIGUES, W. (1960) – Panorama geral da Arqueologia no Concelho de Moura
- Faculdade de Letra da Universidade de Lisboa. Dissertação de Licenciatura em Ciências Históricas e Filosóficas
- ROUILLARD, P. (1975) – Les coups attiques a figures rouges du IV<sup>e</sup> S. en Andalousie. *Melanges de la Casa de Velázquez*. Paris. 11, p. 21-49
- ROUILLARD, P. (1991) – Les grecs et la Péninsule Ibérique du VIII<sup>e</sup> au IV<sup>e</sup> siècle avant Jésus-Christ. Paris: Diffusion de Boccard
- SCHUBART, H. (1975) – Die Kultur der Bronzezeit im Sudwesten der Iberischen Halbinsel. Berlin: Walter de Gruyter & Co

SCHÜLE, W. (1969) - Die Meseta-kulturen der Iberischen Halbinsel. Berlin, Walter de Gruyter & Co

SOARES, A. M. (2001) – O Castelo Velho de Safara. Notícia preliminar. *Vipasca*. Aljustrel. 10, p. 57-64

SOARES, A. M.; ARAÚJO, M. F.; CABRAL, J. M. P. (1985) – O Castelo Velho de Safara: vestígios da prática da metalurgia. *Arqueologia*. Porto. 11, p.87-94

SOARES, A. M.; ARAÚJO, M. F.; CABRAL, J. P. (1994) – Vestígios da prática de metalurgia em povoados calcolíticos da bacia do Guadiana, entre o Ardila e o Chança. In *Arqueologia en el entorno del Bajo Guadiana*. Huelva: Universidad de Huelva e Junta de Andalucía, p. 165-200

SOARES, A. M.; ARAÚJO, M. F.; ALVES, L.; FERRAZ, M. T. (1996) – Vestígios Metalúrgicos em contextos do Calcolítico e da Idade do Bronze no Sul de Portugal. In *Miscellanea em Homenagem ao Professor Bairrão Oleiro*. Lisboa: Edições Colibri, p. 553-79

SOARES, A. M.; VALÉRIO, P.; ARAÚJO, M. F. (2005) – Um novo vestígio da prática da metalurgia no Castelo Velho de Safara (Moura). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 8:2, p. 215-24

SOARES, A.; DEUS, M.; CORREIA, J. (2007) – Necrópole dos Carapinhais (Sobral da Adiça, Moura). *Vipasca. Arqueologia e História*. Aljustrel. 2ª Série, 2, p. 180-190

SOARES, A. M.; SANTOS, F.; DEWULF, J.; DEUS, M.; ANTUNES, A. (2009) – Práticas Rituais no Bronze do Sudoeste – Alguns Dados. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras, Câmara Municipal.17, p. 433-456

SOARES, R. M. (2012) – *O Cabeço Redondo. Um edifício da Idade do Ferro Pós-Orientalizante na Herdade do Metum (Moura)*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Tese de Mestrado

SOARES, R. (2017) - A cerâmica grafitada e o seu contexto, entre a margem esquerda do Guadiana e a Serra de Aracena. *Revista Onuba*. 5, p. 171-193

SOARES, R.M., VALÉRIO, P., SOARES, A.M.M. e ARAÚJO, M.F. (2013) - Rodas de oleiro no Pós-Orientalizante. Primeiros achados em território português no Cabeço Redondo (Sobral da Adiça, Moura). In J. Jiménez Ávila, M. Bustamante e M. García Cabezas (eds.): *Actas del VI Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular*. Villafranca de los Barros: 1133-1156

SOARES, R.; SOARES, A. M. (2017), “O Cabeço Redondo (Moura): um edifício monumental e singular na margem esquerda do Guadiana. *Sidereum Ana III, El Río Guadiana y Tartessos*(Mérida, 19–21 de setiembre 2012). p. 421-441

VALÉRIO, P.; SILVA, R.; SOARES, A.; ARAÚJO, M.; GONÇALVES, A.; SOARES, R. (2015) - Combining X-ray based methods to study the protohistoric bronze technology in Western Iberia. Nuclear Instruments and Methods in Physics Research Section B: Beam Interactions with Materials and Atoms, V/358, 117-123

VASCONCELOS, J. L. (1924) – Figuras de bronze antigas do Museu Ethnologico  
Português: Toiro de bronze de Safara. O Archeólogo Português. Lisboa. 1, 26, p. 19-42.

VASCONCELOS, J. L. [s/d] - Aquisições e inventário de peças - lista de peças  
compradas. [Manuscrito] [s/d]. Acessível na Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, Portugal. Fundo José Leite de Vasconcelos

# Cerâmicas com decoração polícroma do castelo de Moura

— verde e manganés e corda seca —

Parte 1 - Escavações de 1980-81

---

José Gonçalo Valente

Câmara Municipal de Moura, DCPD

[jose.valente@cm-moura.pt](mailto:jose.valente@cm-moura.pt)

## Introdução

Esta primeira parte do estudo sobre cerâmicas islâmicas com decoração policroma do castelo de Moura, incide sobre quinze fragmentos provenientes das escavações no Castelo de Moura, dirigidas por Jorge Pinho Monteiro, entre os anos de 1980 e 1981.

Essas campanhas foram levadas a cabo na sequência da intenção demonstrada pela Câmara Municipal em desenvolver “um projecto de aproveitamento do perímetro do Castelo, prevendo a construção de uma circular intra-muros para automóveis e o ajardinamento do recinto (...) bem como o aproveitamento das ruínas do convento do século XVI para pousada”<sup>1</sup>. Procurava-se assim salvaguardar, e talvez proceder à musealização das estruturas postas a descoberto, bem como definir a sequência estratigráfica do sítio.

Para alcançar esse propósito, o arqueólogo abriu duas grandes sondagens de 4x4m. Uma delas na alcáçova e outra nas imediações da denominada torre de “Salúquia”.

O desaparecimento precoce de Jorge Pinho Monteiro, no início de 1982, ditou a interrupção de um projecto de investigação que se adivinhava promissor.

Os meticolosos e detalhados cadernos de campo que nos deixou, não fazem qualquer referência a níveis do período islâmico anteriores ao século XII. Pelo que somos levados a concluir que a maior parte das peças que aqui apresentamos, surgiram fora dos seus contextos originais.

---

<sup>1</sup> Monteiro; Caeiro; Amorós, 1980

## Moura entre os séculos VIII e XI: breve enquadramento histórico.

Até há bem pouco tempo, a única referência conhecida a Moura, em fontes do período islâmico, era a feita por Ibn al-Faradi que, no século XI ou ainda nos finais do século X, refere “o castelo de Mūra, na província de Beja”<sup>2</sup>.

No entanto, trabalhos arqueológicos recentes permitem novas interpretações quanto ao nome da cidade e levantam outros problemas quanto a topónimos referidos em época islâmica. Quatro fragmentos de dolia localizados na cidade – um numa escavação de acompanhamento de obra na Primeira Rua da Mouraria, os outros 3 provenientes das reservas do Museu Municipal, recolhidos aquando da construção do centro paroquial de Moura, na Rua de Aroche, vieram lançar novas pistas sobre a existência de espaços religiosos e sobre o nome da localidade, na Alta Idade Média<sup>3</sup>. Como traço comum a todas elas, temos a inscrição «Eclesiae Sancte Mariae Lacantensis in Agripi».

Alicia Canto, debruçou-se sobre duas das peças, atribuindo-lhes uma datação do século VI e avançando com uma proposta de interpretação de que “Lacalt(sic) que designa a la iglesia, fuera el nombre de la Moura romana e Agripi un microtopónimo, el nombre del lugar o barrio concreto donde la iglesia se ubicaría”<sup>4</sup>. Partindo desta possibilidade, é publicado, em 2014, o primeiro trabalho<sup>5</sup> que explora a hipótese de fazer corresponder a Moura o topónimo islâmico (Laqant), do qual está próximo foneticamente e para o qual se têm esboçado várias teorias. As referências a Laqant surgem, quase sempre, com a exceção do oriental Yāqūt, em textos antigos, reportando-se a acontecimentos cuja cronologia não ultrapassa o período califal<sup>6</sup>.

E o que nos dizem esses textos relativamente a Moura?

Apontam-na como sendo capital de uma *kūra*, logo desde o século VIII, assumindo particular destaque em vários episódios turbulentos dos primórdios do domínio islâmico, em especial no quadro das revoltas *muladis* do século IX<sup>7</sup>. Já no século X, após a pacificação de todo o al-Andaluz, sabemos que o califa Abd-al-Rahman III nomeia como comandantes do “distrito” Abd al-Malik b. al-casī e, anos mais tarde, Abd al-Rahmān b. Muhammad b. al-Nazzām<sup>8</sup>.

---

<sup>2</sup> Lopes, 1925

<sup>3</sup> Macias et alii, 2016, p.172

<sup>4</sup> Canto, 1997, p.156

<sup>5</sup> Macias et alii, 2014, pp.167-177

<sup>6</sup> Idem, 2013, p.49

<sup>7</sup> Ibidem, pp.49-51

<sup>8</sup> Macias et alii, 2014, p.175

Após o período califal as referências a Laqant praticamente desaparecem das fontes escritas. Excepto al-Razi, que a refere ainda como sendo capital de *kūra*: «en el jumada de este año [362 h., ou seja, entre outubro de 972 e outubro de 973), salió el sahib al-radd Abd al-Malik ibn Ibn al-Mund-ir Ibn Sacid a las coras occidentales – que son: Ferris, Laqant, Sevilla, Niebla, Carmona, Morón, Ecija y Sidonia – en visita de inspección (...)»<sup>9</sup>. O mesmo al-Razi faz ainda referência ao sítio de Totalica, onde existiria «uma minera de mui boa prata e mui branca» a qual era explorada em “segredo” pelos seus habitantes<sup>10</sup>. A correspondência quase exacta entre o topónimo antigo e o actual Toutalga que dá nome a um curso de água, parece indicar que a sua localização seria no termo de Moura, muito possivelmente na zona da Serra da Adiça<sup>11</sup>.

A mudança de nome da povoação acontece, provavelmente, no século XI, quando Ibn al-Faradi<sup>12</sup>, se refere a ela como “Mūra, castelo da cora de Beja”. Estas alterações nos nomes das povoações são bastante comuns para o período em questão verificando-se, por exemplo, no caso de Ocsónoba - Faro<sup>13</sup>.

Após a fragmentação do califado em pequenos reinos/*taifas*, Moura ficaria incluída na de Sevilha onde, ao que parece, continuou a desempenhar papel com alguma importância. A placa comemorativa, ainda hoje visível no Castelo, que faz referência ao facto de al-Mutadid, em 1052<sup>14</sup>, ter mandado erigir o minarete da mesquita, parece indicar que, de facto, o território se manteria relevante para os seus governantes.

Estamos assim perante uma povoação que, entre os séculos VIII e XI, parece ter tido alguma importância no contexto regional. Os constantes tumultos ao longo de todo o período emiral, demonstram sobretudo a existência de um território com recursos naturais (agrícolas e mineiros) em quantidade suficiente para garantirem a existência, numa primeira fase, de uma elite local com capacidade económica para enfrentar, militarmente, as tentativas centralizadoras dos emires de Córdoba. O facto de se ter mantido enquanto cabeça de um vasto território durante o período califal, com “comandante” indicado directamente pelo Califa, indicia que a sua importância se deverá ter mantido e perdurado até, pelo menos, meados do século XI, quando ainda se justificava a intervenção directa do governante da taifa de Sevilha, al-Mutadid, na construção do minarete da sua mesquita.

---

<sup>9</sup> Ibidem, p.176

<sup>10</sup> Coelho, 1989, vol.1, p.48

<sup>11</sup> Torres, 1992, p.194

<sup>12</sup> Lopes, 1925

<sup>13</sup> Macias et alii, 2016, p.51

<sup>14</sup> Ibidem, p.26

## As cerâmicas

A já referida pacificação do território, alcançada por Abd-ar-Rahman III, que culminará, em 926, com a constituição do califado de Córdoba, parece contribuir de forma determinante para acelerar o, até aí, lento processo de “islamização” da sociedade do al-Andalus<sup>15</sup>.

A cultura material acaba por ser um dos elementos que melhor nos permitem atestar estas dinâmicas. As peças do período islâmico com decoração policroma, em que se incluem as mais comumente conhecidas como decoradas em “verde e manganês” e em “corda seca” parcial são, inequivocamente, o grupo mais distintivo das cerâmicas de produção no al-Andalus até esse momento. Normalmente apontadas como sendo um indício da crescente islamização do nosso território, a sua iconografia traduz a afirmação do poder político dos Omiadas<sup>16</sup> e a sua grande difusão, testemunha o seu sucesso.

As primeiras produções a recorrer a esta técnica, poderão ser enquadráveis no período emiral, mais concretamente no final do século IX, mas apenas se generalizam a partir do século X, já no período califal, atingindo o apogeu no século XI durante o período das taifas<sup>17</sup>.

Neste conjunto que apresentamos, predominam as formas abertas, nomeadamente as tigelas, de corpo semiesférico, por vezes achatado, assentando em pé baixo em anel ou plano, por vezes moldurado. As temáticas decorativas variam entre as de natureza geométrica, fitomórfica, epigráfica ou pseudo epigráfica. Os dois exemplares de formas fechadas, correspondem a fragmentos de jarras.

## Paralelos e cronologia

O fragmento de tigela (C.M./9088), possuidor de pé baixo e em anel, com decoração que consiste em bandas concêntricas preenchidas por pontos, alternando as decoradas em verde turquesa com bandas de cor branca, reproduz técnica decorativa, bastante comum e com significativa amplitude cronológica. Susana Gómez Martínez<sup>18</sup> inclui esta forma, com pé moldurado, na tipologia 3Ac, com cronologia posterior à segunda metade do século X, mas mais frequente em contextos do século XI. Em Silves, na camada 5 do castelo, correspondente ao século X, foi recolhida peça com decoração semelhante à nossa, embora sem coincidência formal<sup>19</sup>. Em Palmela, um exemplar, com decoração e forma semelhantes, foi encontrado em

---

<sup>15</sup> Macias, 2005, p.808

<sup>16</sup> Gómez et alii, 2009, p.21

<sup>17</sup> Gómez et alii, 2018, p.22

<sup>18</sup> 2006, p. 361 e pp. 601-602

<sup>19</sup> Gomes, 1998, p.45

contexto do século IX-X<sup>20</sup>. Já em Niebla, fragmento de tigela, com bandas concêntricas bicromáticas preenchidas a ponteadado negro, mostra também rebordo demarcando o fundo<sup>21</sup>. Em Beja, na rua do Sembrano, a peça com decoração e forma idênticas é atribuída uma datação entre os séculos X-XI<sup>22</sup>. Em Évora, na intervenção arqueológica realizada no Museu Arqueológico, encontramos paralelo decorativo no prato EVR.T/96/291, datado dos séculos X-XI<sup>23</sup>. Ainda em Évora, no Salão Central Eborense, temos um paralelo decorativo datado dos séculos X-XI<sup>24</sup>. A elevada qualidade da técnica e dos acabamentos empregues nesta peça, claramente diferenciados relativamente a todos os outros exemplares, poderão ser indicadores de uma cronologia Califal, mais concretamente da transição entre os séculos X e XI, tal como referido por Susana Gómez Martínez<sup>25</sup>. Não podemos, contudo, excluir a possibilidade de a aparente qualidade dos acabamentos estar somente relacionada com o tipo de sedimento em que, durante séculos, estiveram enterradas<sup>26</sup>.

Os fragmentos de tigelas, catalogados com os números C.M.-23.3-F.379 e C.M./23053, apresentam decoração também ela composta por bandas de círculos concêntricos, executados a verde, embora com a particularidade de a primeira mostrar semicírculo delineado a negro, sobre a banda mais exterior e a segunda mostrar vestígios também de um semicírculo mas partindo, neste caso, da banda mais próxima do interior da peça. Nestes fragmentos as bandas circulares de cor verde, contornadas a negro, encontram-se separadas por ponteadado naquela mesma cor. Em Niebla duas tigelas em tudo semelhantes às nossas, mostram também, o mesmo tipo de decoração, com a única diferença de apresentarem motivo triangular, em vez de semicircular, sendo ambas atribuídas ao século XI<sup>27</sup>. No caso do fragmento C.M./23053, é possível que as bandas concêntricas combinassem com outro motivo decorativo, podendo envolver representações de carácter zoomórfico, tal como o exemplar proveniente do lado oriental da escavação da torre albarrã de Silves, com cronologia dos século IX-X<sup>28</sup>. A decoração fitomórfica constitui uma outra variante, de que surge um caso em Niebla<sup>29</sup> e dois no Castelo Velho de Alcoutim<sup>30</sup>, sendo nestes dois últimos locais atribuídos ao século XI. Um outro exemplo surge em Silves, proveniente da alcáçova e incluído nos séculos X-XI<sup>31</sup>. Em Mértola envolvem motivos geométricos interpretados como diamantes ou

---

<sup>20</sup> Fernandes, Carvalho, 1997, p.330, fig.28

<sup>21</sup> Perez et al, 1993, p.59, fig.12

<sup>22</sup> Casmarrinha, 2013, p.107

<sup>23</sup> Filipe, 2012, p.110

<sup>24</sup> Basílio, 2019, p.212

<sup>25</sup> Gómez et alii, 2018, p.22

<sup>26</sup> Gómez, 2006, p.590

<sup>27</sup> Perez et alii, 1993, p.60, figs.13 e 14

<sup>28</sup> Gomes, 1999, p.987

<sup>29</sup> Perez et alii, 1993, p.59, fig.12

<sup>30</sup> Catarino, 1998, p.1098, est.XII/6 e p.1132, est.XLVI/4

<sup>31</sup> Gomes, 1998, p.48

pirâmides, sendo-lhes atribuída uma cronologia do século XI<sup>32</sup>. Em quase todos os casos anteriormente referidos, as peças surgem acompanhadas de semicírculos aplicados sobre o bordo, executados a negro ou onde o negro e o verde alternam. Tendo em conta as limitações que a dimensão dos fragmentos nos colocam, apontamos para uma datação entre os séculos X-XI.

Os fragmentos de tigelas decoradas com motivos fitomórficos, possivelmente flor (C.M./9024-1) e bolbo de lótus (C.M./9070-3) compõem, normalmente, os motivos centrais de peças também decoradas com bandas concêntricas. No caso da peça C.M./9024-1, formalmente integrável na tipologia 3Ac, definida por Susana Gómez<sup>33</sup>, o motivo decorativo triangular, sugerido pelo que resta da decoração, poderia fazer parte de um conjunto de quatro padrões idênticos que preencheriam o fundo. Encontramos bom paralelo decorativo e formal, em Mértola, em peça atribuída ao século XI, que mostra motivo central composto por linhas sinuosas, preenchidas por ponteadado negro, muito semelhante à decoração de peças em corda seca parcial<sup>34</sup>. O exemplar C.M./9070-2, mostra decoração floral representando, possivelmente, lótus vista de cima, envolta por motivo ramiforme, inserindo-se também em cronologia semelhante. O mesmo se passando com o fragmento C.M./9067, que contém no seu interior motivos fitomórficos e que, muito provavelmente, se encontrariam rodeados por bandas concêntricas, preenchidas por ponteadado, como nos parecem indicar vestígios dessa decoração numa das extremidades do fragmento.

O fragmento de fundo S.N-1 pelas semelhanças formais, nomeadamente, ao nível da forma do pé, com o exemplar C.M./9067, leva-nos a atribuir cronologia semelhante. Este tipo de pé baixo e em anel encontra paralelos em Silves em peça do século X, e em uma outra já correspondente à Taifa de Silves, ou seja, ao segundo e terceiro quartel do século XI<sup>35</sup>.

Já a tigela mostrando decoração que consiste em "cordão da eternidade" (C.M. 23-3-F-260), inserido em cartela, representa motivo dos mais difundidos em todo o al-Andaluz. Este é um motivo que conhece, também, grande amplitude cronológica. Segundo André Bazzana<sup>36</sup>, este inspirar-se-ia, originariamente, no mosaico romano e bizantino, enquadrando outros motivos, mas poderá remontar ao mundo helenístico<sup>37</sup>. No mundo muçulmano abandona o papel secundário e passa ele próprio a constituir motivo central da temática decorativa<sup>38</sup>. Em Silves surge numa tigela, no nível mais antigo, atribuídos aos séculos VIII-IX<sup>39</sup>. Em Mértola constitui, igualmente, motivo bastante abundante, utilizado tanto em formas

---

<sup>32</sup> Gómez, 1993, p.124, fig.42

<sup>33</sup> 2006, p. 361 e pp. 601-602

<sup>34</sup> Gómez, 1993, p.121, fig.35

<sup>35</sup> Gomes, 1999, p.1626, fig.VII.28

<sup>36</sup> 1991, p.353

<sup>37</sup> Gomes, 1988, p.172

<sup>38</sup> Bazzana, 1991, p.353

<sup>39</sup> Gomes,1988, p.182

abertas como fechadas. Num exemplar de jarra surge inserido em cartela e é formado por três cabos<sup>40</sup>. Aparece também em jarrinhas, sempre inserido em cartela<sup>41</sup>. Em ambos os casos a atribuição cronológica recai sobre a segunda metade do século X.

Nas tigelas, este motivo é visível em dois casos: um junto ao bordo<sup>42</sup> e noutro como motivo central, muito semelhante ao nosso, numa tigela formalmente idêntica à de Moura<sup>43</sup>. Ambas são atribuídas ao Século XI.

Representação comparável à anterior surge também em tigela de fundo plano, igualmente como motivo central, inserido em cartela, mas dada como pertencente à segunda metade do século X<sup>44</sup>. Um outro exemplar de fundo plano, proveniente de Niebla, apresenta a decoração junto ao bordo e é datada do século XI<sup>45</sup>.

Mais escassos parecem ser os exemplares presentes em locais do Algarve Oriental, onde apenas no Castelo das Relíquias, apareceu um exemplar de infusa, com decoração simbolizando os "cordões da eternidade"<sup>46</sup>. Estes são compostos por três cordões sinusoidais, inseridos em cartela disposta na vertical, surgindo associados com palmetas. A autora atribui este exemplar aos séculos X-XI, fazendo-o corresponder à forma 10C.2 de Rosseló Bordoy<sup>47</sup>.

No Castro da Cola, em Ourique, o "cordão da eternidade" aparece representado ainda que de forma esquemática, num exemplar de tigela atribuído à segunda metade do século X, primeira metade do século XI<sup>48</sup>.

O também denominado "cordão da felicidade", aparece representado sobre o bordo de jarro ou jarra (C.M./9086). Este tipo de decoração, associado à forma em questão, parece restringir-se aos séculos IX-X, sendo a partir deste período, progressivamente substituída pela decoração em corda seca parcial<sup>49</sup>. Também em Silves este motivo, quando representado sobre a superfície exterior de jarros e jarras, é atribuído aos séculos IX-X<sup>50</sup>.

---

<sup>40</sup> Gómez, 1993, p.116, fig.8

<sup>41</sup> Ibidem, p.117, figs.15, 16

<sup>42</sup> Ibidem, p.119, fig.27

<sup>43</sup> Ibidem, p.122 fig.36

<sup>44</sup> Ibidem, p.126, fig.46

<sup>45</sup> Macias, Bedia, 1993, p.60, fig.16

<sup>46</sup> Catarino, p.1162, est. LXXVIII/8

<sup>47</sup> Ibidem, p.798

<sup>48</sup> Gómez, 1998, P.63, Nº7

<sup>49</sup> Idem, 1993, p.118

<sup>50</sup> Gomes, 1999, p.987

O fragmento de parede, decorado com motivo reticulado, executado a negro de óxido de manganés, representando, muito possivelmente, interior de bolbo de lótus (S.N.3), é relativamente vulgar em contextos do século XI, nomeadamente em Évora<sup>51</sup> e Mértola<sup>52</sup>.

O fragmento de fundo correspondente a tigela de fundo plano (S.N.2), talvez levemente convexo, com decoração composta possivelmente por oito triângulos, onde se inscrevem flores de lótus alternando os representados a verde com contorno a negro, com os inteiramente executados nesta última cor, encontra bom paralelo numa tigela de Mértola. Esta última é muito semelhante à peça de Moura tanto a nível formal como decorativo, inclusivamente o reverso, que apresenta vibrato melado, sendo atribuída à segunda metade do século X<sup>53</sup>. Também proveniente do mesmo local, bordo de jarra ou jarro, mostra decoração composta por banda horizontal de lótus, contrapostos, em esquema triangular, sendo atribuída a produções do século X, inícios do XI<sup>54</sup>. Em Silves peça de fundo plano, de perfil hemisférico achatado, é atribuída ao período Califal, ou seja, século X<sup>55</sup>. Da Arrochela, também em Silves, provém peça com decoração em que alternam triângulos e bolbos de lótus, exumada em camada correspondente aos séculos IX-X<sup>56</sup>. Embora a disposição dos motivos seja diferente, a associação dos mesmos leva-nos a considerá-la como, possivelmente, contemporânea da peça de Moura. Também Retuerce Velasco e Zozaya<sup>57</sup> colocam esta forma nos inícios e meados do Período Califal, fazendo-a corresponder à forma 3/1-5.

O fragmento de bordo de tigela, com restos de decoração pseudo-epigráfica na superfície interior (C.M./9070-1), encontra semelhanças com exemplares provenientes da zona da Arrochela, em Silves, atribuídos aos séculos X-XI, que recorrem a motivos e técnica decorativos semelhantes, sendo o bordo de uma delas (Q5/E15/C2-33) também de perfil semicircular<sup>58</sup>. Em Mértola, em tigela com decoração epigráfica executada junto ao bordo, pode ler-se a expressão Kamila, sendo esta também atribuída aos séculos X-XI<sup>59</sup>.

A técnica denominada "corda seca parcial", utilizada em formas abertas, é normalmente atribuída aos finais do século XI ou inícios do XII<sup>60</sup>. No Castelo de Silves, um fragmento de jarro recolhido em contextos do século IX, mostra decoração que recorre à técnica supracitada<sup>61</sup>. Em Alcácer do Sal, exumou-

---

<sup>51</sup> Filipe, 2012, p.110

<sup>52</sup> Gómez, 2006, p.1738

<sup>53</sup> Gómez, 1993, p.125, fig.44

<sup>54</sup> Ibidem, p.119, fig.23

<sup>55</sup> Gomes, 1998, p.45, fig.1

<sup>56</sup> Gomes, 1999, p.1492

<sup>57</sup> 1991, p.315-321

<sup>58</sup> Gomes, 1998, p.49, fig.3

<sup>59</sup> Idem, 1993, p.119, fig.26

<sup>60</sup> Gómez, 1998, p.125

<sup>61</sup> Gomes, 1988, p.197

se um jarro quase completo, em níveis do século IX-X, que recorre à referida técnica<sup>62</sup>. Já em Mértola abundam os exemplos, aplicados sobretudo em formas fechadas, têm cronologia situada entre os séculos XI e XII<sup>63</sup>.

A tigela C.M./9070-4, mostra decoração que consiste em bandas concêntricas, sendo uma delas executada com a técnica da "corda seca" delimitando o fundo do corpo da peça. O nosso exemplar, mostra ainda a utilização dos motivos decorativos e paleta cromática, correspondente aos exemplares que utilizam a técnica verde e manganês, o que parece enquadrar-se nas primeiras produções de "corda seca", atribuídas por alguns autores ao século XI<sup>64</sup>. A representação dos círculos concêntricos, remete-nos, portanto, para uma datação do século XI.

A peça C.M./9068, recorre também a igual técnica. Tratar-se-ia de forma fechada, provavelmente uma jarra. A decoração consiste em "cordão da eternidade" composto por três cabos, inseridos em cartela de que restam vestígios numa das extremidades. Encontramos bom paralelo em jarro exumado no castelo de Alcácer do Sal, em contextos dos séculos IX-X<sup>65</sup>. O "cordão" representado nessa peça, que recorre à técnica da "corda seca parcial", é muito semelhante ao figurado no nosso fragmento. Em Silves, na camada correspondente ao século IX, recolheu-se um fragmento de jarro que recorre a técnica idêntica para fazer representar motivo ondulado, possivelmente, representando o "cordão da eternidade"<sup>66</sup>.

## Conclusões

Esta análise aos 15 fragmentos recuperados nas escavações de 1980-81, não nos permite a elaboração de grandes conjecturas relativamente ao que seria Moura durante os séculos X-XI. No entanto, há um conjunto de hipóteses que merecem ser mencionadas. Permite-nos, desde logo, constatar que Moura estaria integrada na rede de circuitos de comercialização deste tipo de cerâmica. A relevância das cerâmicas "verde e manganês" enquanto bem de "luxo, não poder ser menosprezada, sobretudo se tivermos em consideração que a rede de trocas comerciais seria ainda incipiente durante este período, e dedicada a um número de produtos relativamente limitado<sup>67</sup>. Reforçam-se assim os indícios sobre a existência de um sector da população de Moura, detentor de capacidade económica significativa que, aliás, já nos era indiciada pelos textos e pela epigrafia.

---

<sup>62</sup> Paixão et alii 2001, p.204, fig.5

<sup>63</sup> Gómez, 1998, p.125

<sup>64</sup> Ibidem, p.124

<sup>65</sup> Paixão et alii, 2001, p.204, fig.5

<sup>66</sup> Gomes, 1988, p.197

<sup>67</sup> Gómez, 2006, p.711

As cerâmicas de Moura, encontram paralelos sobretudo em centros urbanos como Lisboa, Évora, Silves, Mértola, Beja ou Niebla. Há, no entanto, uma destas cidades que adquire particular relevância na reconstituição de eventuais redes de trocas existentes durante os séculos X-XI. Falamos, claro, no papel de charneira desempenhado pelo porto fluvial de Mértola, entre as rotas marítimas-fluviais e as terrestres, dedicadas à redistribuição dos recursos endógenos<sup>68</sup>. A semelhança dos materiais de Moura em relação aos encontrados em Mértola é assinalável e demonstrativa de que o território continuou a manter-se estruturado, em torno das mesmas rotas e povoações desde, pelo menos, a II Idade do Ferro.

Por determinar ficam ainda os eventuais centros produtores das peças de Moura. Esperamos abordar esta temática no trabalho de síntese que se sucederá à publicação dos conjuntos de cerâmica com decoração policroma, recuperados nas várias campanhas de escavações arqueológicas realizadas no Castelo de Moura.

---

<sup>68</sup> Gómez, 2006, p.695

## Catálogo:

**Referência** - CM/9088

**Proveniência** – Castelo de Moura

**Cronologia** – Séculos X-XI

**Matéria** – Cerâmica

**Forma** - Tigela, fragmento contendo porção de fundo e corpo.

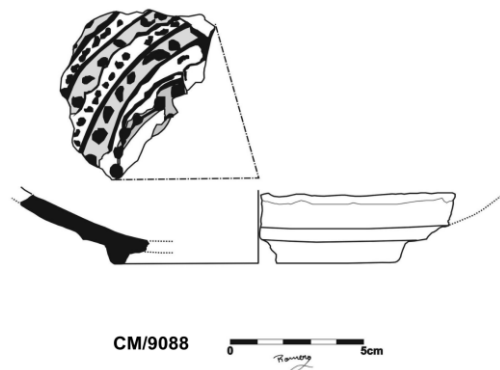
**Decoração** - Ambas as superfícies foram cobertas com esmalte branco, muito aderente e brilhante. O interior encontra-se preenchido por série de bandas concêntricas ponteadas, alternando as de tonalidade verde com as que apenas mostram o esmalte subjacente.

**Pasta** - Rosada, com núcleo bege, muito bem depurada, homogênea e compacta, com elementos não plásticos de grão fino a finíssimo.

**Dimensões** – Diâmetro do fundo: 107mm; Altura: 23 mm; Largura: 73 mm; Espessura máxima: 9 mm; Espessura mínima: 6 mm;

**Depósito** - Museu Municipal de Moura.

**Bibliografia** - Macias et alii, 2013, p.110



**Referência** - CM-23-F-379

**Proveniência** – Castelo de Moura

**Cronologia** – Século XI

**Matéria** – Cerâmica

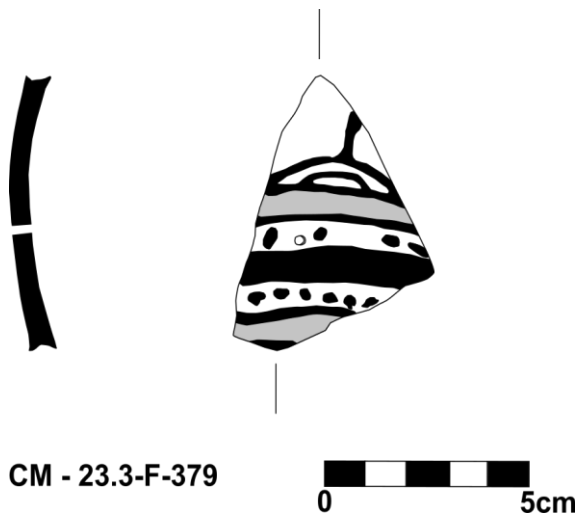
**Forma** - Tigela. Fragmento contendo porção de parede.

**Decoração** - Apenas o interior se encontra coberto por esmalte branco, sobre o qual se representaram bandas concêntricas que, de forma alternada, são preenchidas a verde, negro ou apenas mostrando o esmalte branco subjacente. Sobre estas últimas aplicou-se ponteadado negro. É ainda observável um semicírculo, delineado a negro de manganés e preenchido a verde, de onde parte traço executado a negro.

**Pasta** - Rosada, muito homogênea e compacta, com elementos não plásticos de grão fino a finíssimo.

**Dimensões** – Altura:63.4mm; Largura:46.5mm; Espessura Mínima:5mm; Espessura máxima: 6mm.

**Depósito** - Museu Municipal de Moura.



**Referência** - CMI23053

**Proveniência** – Castelo de Moura

**Cronologia** – Século XI

**Matéria** – Cerâmica

**Forma** - Tigela. Fragmento contendo porção de parede.

**Decoração** - O exterior foi coberto com vidrado castanho melado. O interior da peça foi coberto com esmalte branco, sobre o qual se representam série de bandas concêntricas, delineadas a negro e preenchidas a verde, separadas por banda da cor do esmalte subjacente, sobre o qual se aplicou ponteadado negro.

**Pasta** - Rosada, muito bem depurada, compacta e homogênea, com elementos não plásticos de grão finíssimo a fino.

**Dimensões** – Altura: 30 mm; Largura: 56 mm; Espessura mínima:5mm; Espessura máxima:6mm.

**Depósito** - Museu Municipal de Moura.

**Bibliografia** - Macias et alii, 2013, p.110



**CMI23053**

**Referência** - CM/9024-1

**Proveniência** – Castelo de Moura

**Cronologia** – Século XI

**Matéria** – Cerâmica

**Forma** - Tigela. Fragmento contendo porção do corpo e do fundo.

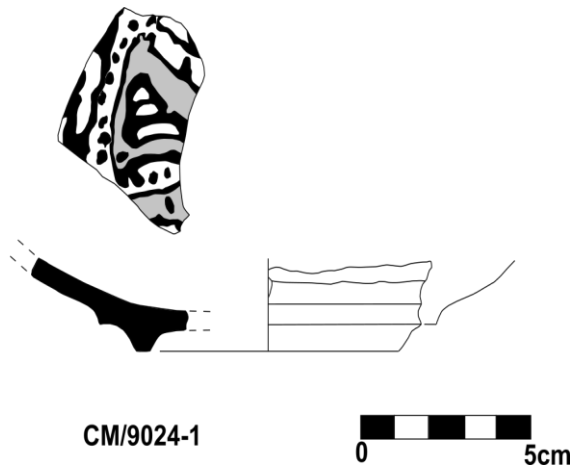
**Decoração** - Superfície externa coberta por engobe branco, pouco aderente. No interior, a decoração consiste em motivo de forma subtriangular delineado a negro de manganés e preenchido a verde. No interior deste é também visível um motivo, também de forma triangular, subdividido em três secções no interior. Este conjunto é envolvido por ponteadado negro

**Pasta** - Rosada com núcleo bege, muito homogênea e compacta, com elementos não plásticos de grão finíssimo.

**Dimensões** – Diâmetro do fundo: 88mm; Altura:22.9mm; Largura: 44.4mm; Espessura Máxima:6mm; Espessura Mínima:4.2mm

**Depósito** - Museu Municipal de Moura.

**Bibliografia** - Inédito.



**CM/9024-1**

**Referência** - CM/9070-3

**Proveniência** – Castelo de Moura

**Cronologia** – Século XI

**Matéria** – Cerâmica

**Forma** - Tigela. Fragmento contendo porção do corpo.

**Decoração** - A superfície exterior encontra-se coberta por vidrado melado, brilhante e bem distribuído. No interior, sobre esmalte branco, aderente e de boa qualidade, encontra-se representado motivo fitomórfico contornado a negro e preenchido a verde.

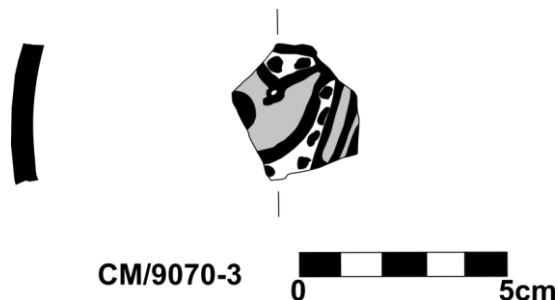
**Pasta** - Bege, muito homogênea e compacta, com elementos não plásticos de grão fino a finíssimo.

**Dimensões** – Altura:32.9mm; Largura:30mm;

Espessura Máxima:5mm; Espessura Mínima:4.8mm

**Depósito** - Museu Municipal de Moura.

**Bibliografia** - Inédito



CM/9070-3

**Referência** - CM/9070-2

**Proveniência** – Castelo de Moura

**Cronologia** – Século XI

**Matéria** – Cerâmica

**Forma** - Tigela. Fragmento contendo porção do corpo.

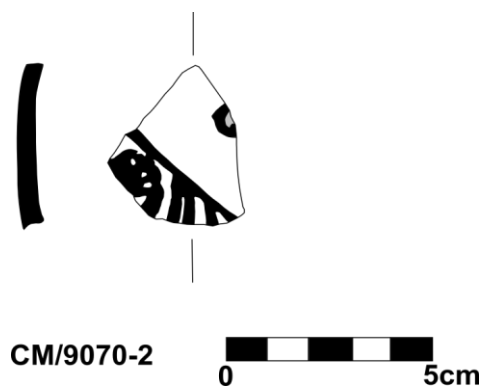
**Decoração** - No interior podemos observar motivos fitomórficos, executados a negro e verde, sobre esmalte branco.

**Pasta** - rosada, com núcleo bege, muito homogênea e compacta, com elementos não plásticos de grão fino a finíssimo.

**Dimensões** – Altura:40mm; Largura:31.3mm; Espessura Máxima: 5.1mm; Espessura Mínima: 4.6mm

**Depósito** - Museu Municipal de Moura.

**Bibliografia** - Inédito



CM/9070-2

**Referência** - CM/9067-1

**Proveniência** – Castelo de Moura (1980-81)

**Cronologia** – Século XI

**Matéria** – Cerâmica

**Forma** - Tigela. Fragmento com porção do corpo e do fundo.

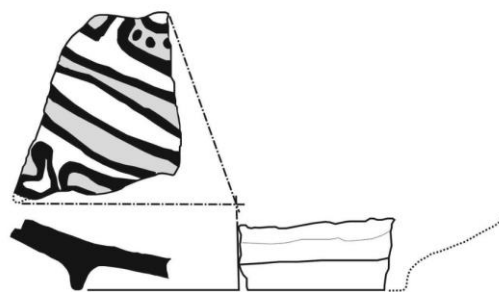
**Decoração** - Superfície exterior coberta por vidrado melado. O interior encontra-se coberto por esmalte branco, sobre o qual podemos observar decoração fitomórfica, que consiste em conjunto de bandas paralelas, delineadas a negro e preenchidas a verde, uma delas também com ponteados, dispostas perpendicularmente em relação ao centro da peça.

**Pasta** - Rosada, com núcleo bege, muito homogênea e compacta, com elementos não plásticos de grão fino a finíssimo.

**Dimensões** – Altura:18mm; Largura: 72mm; Espessura máxima: 7mm; Espessura mínima: 5mm

**Depósito** - Museu Municipal de Moura.

**Bibliografia** - Macias et alii, 2013, p.110



CM9067-1



**Referência** - S.N 1

**Proveniência** – Castelo de Moura

**Cronologia** – Século XI

**Matéria** – Cerâmica

**Forma** - Tigela. Fragmento contendo porção do fundo

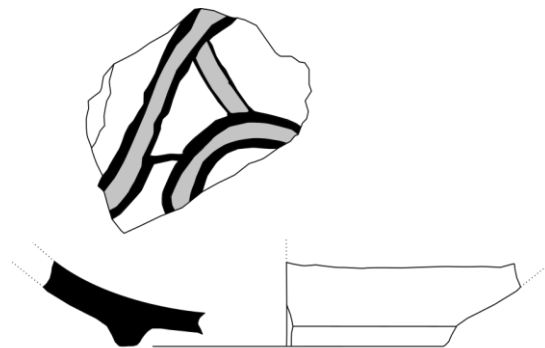
**Decoração** - A superfície exterior foi coberta com vidrado verde, com nuances um pouco mais escuras. O interior encontra-se coberto por esmalte branco, sobre o qual se aplicou decoração que consiste em círculo executado a negro e verde, que delimita a zona central do fundo e a partir do qual partem motivos fitomórficos, executados com a mesma técnica.

**Pasta** - Rosada, com núcleo bege, bem depurada, homogênea e compacta, com elementos não plásticos de grão fino a finíssimo.

**Dimensões** – Altura: 21.4mm; Diâmetro do fundo: 87mm; Espessura Máxima: 8mm; Espessura Mínima: 5.2mm.

**Depósito** - Museu Municipal de Moura.

**Bibliografia** - Inédito



SN-1



**Referência** - CM-23-3-F-260

**Proveniência** – Castelo de Moura

**Cronologia** – Século XI

**Matéria** – Cerâmica

**Forma** - Tigela. Fragmento contendo porção do fundo.

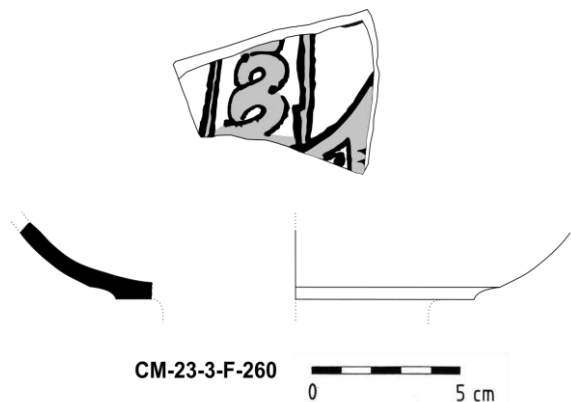
**Decoração** - O interior da peça foi coberto com esmalte branco, aderente e de boa qualidade, sobre o qual se executou uma cartela a negro, perpendicular ao centro, contendo no seu interior representação do “cordão da eternidade”. É ainda visível segmento de motivo fitomórfico, possivelmente correspondente a palmeta triangular ou flor de lótus.

**Pasta** - Rosada, com núcleo bege, muito bem depurada e compacta, com elementos não plásticos de grão fino a finíssimo.

**Dimensões** – Diâmetro do Fundo: 121mm; Altura:51.4mm; Largura:68.8mm; Espessura máxima:7mm; Espessura Mínima: 4.8mm

**Depósito** - Museu Municipal de Moura.

**Bibliografia** - Macias et alii, 2013, p.110



**Referência** - CM/9086

**Proveniência** – Castelo de Moura

**Cronologia** – Século X-XI

**Matéria** – Cerâmica

**Forma** - Jarra. Fragmento contendo porção do bordo.

**Decoração** - A superfície externa mostra decoração composta por linhas sinusoidais, executadas em verde e negro sobre fundo esmaltado branco, que se entrecruzam, sugerindo a representação de “cordão da eternidade”.

**Pasta** -

**Dimensões** – Diâmetro do Bordo:106.2mm; Altura:50.5mm, Espessura Máxima: 6mm; Espessura Mínima: 4mm

**Depósito** - Museu Municipal de Moura.

**Bibliografia** - Inédito



**Referência** - CM/9086D

**Proveniência** – Castelo de Moura

**Cronologia** – Século XI

**Matéria** – Cerâmica

**Forma** - Tigela. Fragmento contendo porção do corpo.

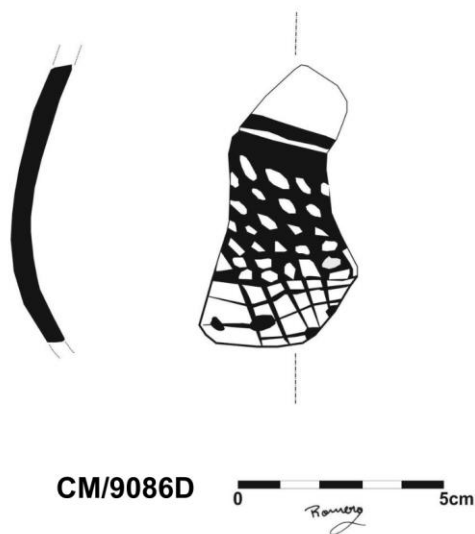
**Decoração** - O exterior encontra-se coberto por vidrado melado. No interior, sobre o esmalte branco, de boa qualidade e aderente, aplicou-se motivo reticulado delineado a negro, que corresponderá, muito provavelmente, a representação de bolbo de lótus.

**Pasta** - Bege, muito homogênea e compacta, com elementos não plásticos de grão fino a finíssimo.

**Dimensões** - Altura: 67.5mm; Largura: 36.4mm; Espessura máxima: 5.3mm; Espessura Mínima: 4.4mm.

**Depósito** - Museu Municipal de Moura.

**Bibliografia** - Macias et alii, 2013, p.110



**Referência** - S.N. 2

**Proveniência** – Castelo de Moura

**Cronologia** – século X

**Matéria** – Cerâmica

**Forma** - Tigela. Fragmento contendo porção de fundo, que seria plano.

**Decoração** - O exterior foi coberto com vidrado melado. No interior o motivo decorativo seria composto, muito provavelmente, por conjunto de oito triângulos, em que alternavam os representados a verde com contorno a negro, com os inteiramente executados a negro. No interior destes figuram, palmetas e flores de lótus, respectivamente.

**Pasta** - Bege, quase branca, muito homogênea e compacta, com elementos não plásticos de grão finíssimo a fino.

**Dimensões** - Largura: 76mm; Comprimento: 95.8mm; Espessura máxima: 8mm; Espessura Mínima: 6.4mm

**Depósito** - Museu Municipal de Moura.

**Bibliografia** - Inédito



**Referência** - CM/9070-1

**Proveniência** – Castelo de Moura

**Cronologia** – Século XI

**Matéria** – Cerâmica

**Forma** - Tigela. Fragmento contendo porção do bordo.

**Decoração** - A superfície exterior encontra-se coberta por vidrado verde claro. No interior, executou-se, a negro, motivo pseudo-epigráfico, sobre esmalte branco amarelado, pouco brilhante e pouco aderente.

**Pasta** - rosada, com núcleo bege, muito homogênea e compacta, com elementos não plásticos de grão finíssimo.

**Dimensões** – Diâmetro do Bordo:213mm; Altura:38mm; Espessura Máxima:5.8mm; Espessura Mínima: 4.3mm

**Depósito** - Museu Municipal de Moura.

**Bibliografia** - Inédito



**Referência** - CM/9070-4

**Proveniência** – Castelo de Moura

**Cronologia** – Século XI

**Matéria** – Cerâmica.

**Forma** - Tigela. Fragmento contendo porção do corpo e do fundo.

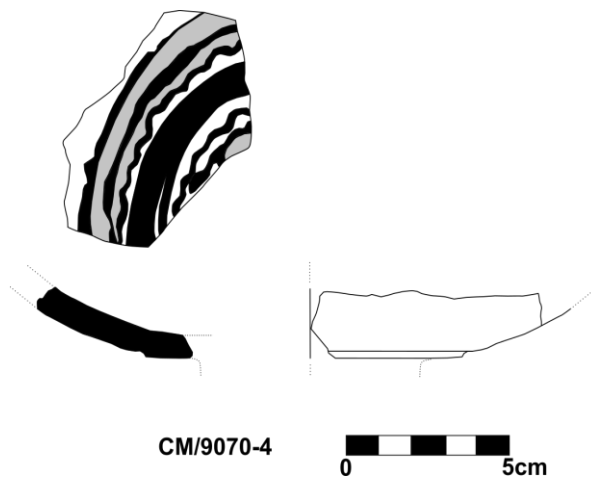
**Decoração** - A superfície exterior foi coberta com vidrado verde. No interior conjugam-se duas técnicas decorativas diferentes: decoração a verde e negro nas duas bandas circulares concêntricas e “corda seca” nas três linhas onduladas.

**Pasta** - Alaranjada, com núcleo bege, compacta e homogênea, com elementos não plásticos de grão fino a finíssimo.

**Dimensões** – Diâmetro do fundo: 96,7mm; Altura:44.2mm; Espessura Máxima:7.7mm; Espessura Mínima:6.6mm

**Depósito** - Museu Municipal de Moura.

**Bibliografia** - Inédito



**Referência** - CM/9068

**Proveniência** – Castelo de Moura

**Cronologia** – Século X-XI

**Matéria** – Cerâmica

**Forma** - Jarrinha. Fragmento contendo porção do bordo.

**Decoração** - A decoração, em “corda seca” parcial, consiste numa série de duas ou três linhas onduladas, delineadas a negro e preenchidas a verde, que se entrecruzam para formarem o designado “cordão da eternidade”.

**Pasta** - vermelha, homogênea e compacta com elementos não plásticos de grão fino a finíssimo.

**Dimensões** – Altura:35.3mm; Largura:26.4mm Espessura Máxima: 0.6mm; Espessura Mínima: 0.5mm.

**Depósito** - Museu Municipal de Moura.

**Bibliografia** - Macias et alii, 2013, p.110



## Bibliografia

BASÍLIO, Eva; SANTOS, José; LEAL, Rosária; SARMENTO, Ricardo; OLIVEIRA, Jorge de, (2019) - Salão Central Eborense: de covas de pão a sala de cinema, in *Revista Portuguesa de Arqueologia* 22, DGPC, pp.209-215

BERTI, Graziella, Mannoni, Tiziano, (1997) - Céramiques de L'Andalousie Décorées en "verde e manganese, "Parmi les "Bacini" de pise de la fin du X Siècle", in *La Céramique Médiévale en Méditerranée-Actes du VI Congrès de L' AIECM*, pp.435-438

BUGALHÃO, Jacinta ; FOLGADO, Deolinda, (2001) - O Arrabalde Ocidental da Lisboa Islâmica: Urbanismo e Produção Oleira”, in *Arqueologia Medieval* 7, Campo Arqueológico de Mértola/Edições Afrontamento, pp.111-146

BUGALHÃO, Jacinta, GÓMEZ, Susana, (2005), - Lisboa, Uma cidade do Mediterrâneo Islâmico, in *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (sécs. VIII a XIII)*, Câmara Municipal de Palmela/FLUP, pp.237-262

CARVALHO, António Rafael, FARIA, João Carlos, (1994) - Cerâmicas Muçulmanas do Museu Municipal de Alcácer do Sal, in *Arqueologia Medieval* 3, pp.101-112

CASMARRINHA, Helena, (2013) - Materiais Islâmicos do Sítio da Rua do Sembrano, Beja, dissertação de mestrado, FCSH, 172 p.

CATARINO, Helena, (1998) - O Algarve Oriental Durante a Ocupação Islâmica - Povoamento Rural e Recintos Fortificados Al-Ulyã, nº6, vols. 1-2-3, 1310 p.

CATARINO, Helena, (1993) - O Castelo de Paderne (Albufeira): Resultados da Primeira intervenção Arqueológica”, in *Arqueologia Medieval* 3, Campo Arqueológico de Mértola/Edições Afrontamento, pp.73-88

COELHO, António Borges, (1989) - Portugal na Espanha Árabe, vol.1-2, Lisboa, Caminho

CORREIA, Fernando Branco, PICARD, Christophe, (1992) "Intervenção Arqueológica no Castelo de Juromenha - Primeiros Resultados in *Arqueologia Medieval* 1, Mértola Campo Arqueológico de Mértola/ Edições Afrontamento, pp.71-87

FERNANDES, Isabel Cristina ; CARVALHO, António R., (1997) - Cerâmicas Muçulmanas do Castelo de Palmela', in *La Céramique Médiévale en Méditerranée-Actes du VI Congrès de L'AIECM*, pp. 327-336

FILIPE, Vanessa, (2012) - Contributo para o conhecimento da presença islâmica em Yäbura, Dissertação de Mestrado em Arqueologia, FCSH, 198p.

GOMES, Rosa Varela. (1988) - Cerâmicas Muçulmanas do Castelo de Silves  
Xelb 1, Silves, Câmara Municipal de Silves

GOMES, Rosa Varela, (1992) - Cerâmicas Muçulmanas de Silves, dos séculos VIII e IX, in 1 ªs Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval pp. 19-32

GOMES, Rosa Varela, (1998), O Barlavento Algarvio nos Finais da islamização, in “Portugal Islâmico- Os últimos sinais do Mediterrâneo”, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, pp. 133-142

GOMES, Rosa Varela, (2001) - Palácio Almoada da Alcáçova de Silves, Museu Nacional de Arqueologia, 159 p.

GÓMEZ, Antonio, (1997) - Cerâmica Emiral e Califal de Almuñecar" in Arqueologia Medieval 5. Campo Arqueológico de Mértola/Edições Afrontamento, pp.117-190

GÓMEZ, Susana, (1993) - La Cerâmica "Verde y Morado" de Mértola (Portugal)" , in Arqueologia Medieval 3, Campo Arqueológico de Mértola/Edições Afrontamento, pp. 113-132

GÓMEZ, Susana, (1997) - Cerâmica Decorada Islâmica de Mértola- Portugal (Sec. XII-XIII), in La Céramique Médiévale en Méditerranée -Actes du VI Congres de L'AIECM, pp. 31 1-326

GÓMEZ, Susana, (1998b) - A cerâmica de Verde e Manganés do Castro da Cola (Ourique)", in Actas das 2ª Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós Medieval, Câmara Municipal de tondela, pp. 57-66

GÓMEZ, Susana, (1998a), A Cerâmica no Gharb al-Andalus, in Portugal Islâmico os últimos sinais do Mediterrâneo, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa. Pp.121-132

GÓMEZ, Susana, (2006) - Cerâmica Islâmica de Mértola: Producción y Comercio, [on line]. Madrid: Servicio de Publicaciones de la Universidad Complutense de Madrid. <http://eprint.ucm.es/7087>

GÓMEZ, Susana, et alii, (2016) - El verde y morado en el extremo occidental de al-Andalus (siglos X al XII), in XI Congress AIECM3 on Medieval da Modern Period Mediterranean Ceramics Proceedings, Antalya, pp.21-30

GONÇALVES, Maria José, (2015) - Cerâmica em Corda Seca de um Arrabalde Islâmico de Silves: contributo para o seu estudo, in Actas do X congresso Internacional a Cerâmica Medieval no Mediterrâneo, Mértola/Silves, pp.934-937

GONÇALVES, Maria José, et alii, (2015), Vinte anos de Cerâmica Islâmica do Garb al-Andalus: ensaio crono-tipológico das formas abertas (I), in VII Encuentro de Arqueologia del Suroeste Peninsular, Aroche.

LEAL, Rosária, et alii, (2019) - O Salão Central Eborense - De Covas de Pão - a Sala de Cinema in Revista Portuguesa de Arqueologia, vol.22, pp.209-215

LOPES, David, "Moura" in Jornal de Moura, 7-6-1925

MACIAS, Santiago, (1990) - Fragmentos arquitectónicos tardo-romanos do Museu Municipal de Moura, in "Moura na época Romana". Moura, Câmara Municipal de Moura, pp.85-92

MACIAS, Santiago, (1993) - Moura na Baixa Idade Média: elementos para um estudo histórico e arqueológico, in *Arqueologia Medieval* 2, Mértola, Campo Arqueológico de Mértola/ Edições Afrontamento, pp.127-157

MACIAS, Santiago, (2005) - Islamização no Território de Beja - Reflexões para um debate, in *Análise Social*, vol XXXIX, pp.807-826.

MACIAS, Santiago, VALENTE, José, GASPAS, Vanessa, (2014) - Lacalt e Laqant: da toponímia antiga à islamização, in *O sudoeste peninsular entre Roma e o Islão*, Mértola, Campo Arqueológico de Mértola, 2014, pp. 168-177

MACIAS, Santiago, GASPAS, Vanessa, VALENTE, José, (2013) - Castelo de Moura. Escavações Arqueológicas 1989-2013, 2 vols, Câmara Municipal de Moura.

MARTINEZ LILLO, S ; MATESANZ VERA P., (1991) - Cerâmicas Cristianas y Musulmanas de la Marca Média Central: siglos X, XI y XII, in *A cerâmica Medieval No Mediterrâneo Ocidental* Campo Arqueológico de Mértola pp.273-285

MATOS, José Luis de, (1991) - Cerâmica Muçulmana do Cerro da Vila" in *A cerâmica Medieval No Mediterrâneo Ocidental*, Campo Arqueológico de Mértola pp.429-456

MONTEIRO, J. P.; CAEIRO, J. O; AMORÓS, P. M. (1980-1981) – Estudo arqueológico do Castelo de Moura. Policopiado, Arquivo Histórico Municipal João Francisco da Mouca

PAIXÃO, António Cavaleiro; FARIA, João Carlos, (2001) - Contributo para o Estudo da Ocupação Muçulmana no Castelo de Alcácer do Sal: o Convento de Nossa Senhora de Aracoelli, in *Arqueologia Medieval* 7, Campo Arqueológico de Mértola/Edições Afrontamento, pp.197-210

PÉREZ MACIAS, Juan Aurelio ; BEDIA GARCIA, Juana, (1993) - “Un Lote de Cerâmica Islâmica de Niebla, in *Arqueologia Medieval* 3, Campo Arqueológico de Mértola/Edições Afrontamento, pp.55-62

PÉREZ MACIAS, Juan Aurelio, (1999) - Cerro Salomón y la Minería Hispano Musulmana en Garb-Al-Andalus”, in *Arqueologia Medieval* 6, Campo Arqueológico de Mértola/Edições Afrontamento, pp.19-38

PICARD, Cristophe, (1998) - A Islamização do Garb al Andalus, in *Portugal Islâmico- Os últimos sinais do Mediterrâneo*, Museu Nacional de Arqueologia, losbol, pp.25-34

PICARD, Cristophe, (2000) - Le Portugal Musulman (VIII-XIII Siécle) - L'Occident d'al Andalus sous Domination Islamique, Maisonneuve et Larose Paris

RETUERCE Velasco M.; ZOZAYA, J, (1991) - Variantes e Constantes en la Cerâmica Andalusi, in *A cerâmica medieval No Mediterrâneo Ocidental*, Campo Arqueológico de Mértola pp.315-323

TORRES. Cláudio (1992) - Povoamento Antigo no Baixo Alentejo. Alguns Problemas de Topografia histórica, in *Arqueologia Medieval* 1, Mértola, Campo Arqueológico de Mértola/ Edições Afrontamento, pp.189-202

# Moura – A Roda dos Expostos

José Francisco Finha

Câmara Municipal de Moura | Arquivo Histórico Municipal

jose.finha@cm-moura.pt

## Introdução

Este é um daqueles temas que por certo tem gerado sempre alguma curiosidade junto de todos os mourenses, o texto que aqui se apresenta pretende estabelecer um pequeno passo na tentativa de mostrar que alguns dos factos que todos assumimos como certos ao longo dos anos, transmitidos na maioria das vezes através da tradição oral, podem indicar afinal uma realidade diferente. Afortunadamente que não sabemos tudo, pois é essa busca incessante de conhecimento que nos permite entender melhor a vastíssima história desta cidade e deste concelho.

Antes do tema central deste trabalho sobre a Roda dos Expostos em Moura é importante enquadrar, ainda que de forma sucinta, a questão dos expostos ou crianças abandonadas no plano histórico e cultural do país, sabendo de antemão que em Portugal, sobretudo até ao final do século XV, eram poucas as instituições portuguesas vocacionadas para o acolhimento das crianças abandonadas. Talvez à exceção de Lisboa onde no ano de 1330 a Rainha D. Beatriz, esposa de D. Afonso IV, fundou o Hospital dos Meninos Órfãos, esta situação não se verificava em relação às crianças do resto do país, uma vez que nos outros concelhos os enjeitados eram entregues a instituições de assistência geral, como os hospitais ou albergues que recebiam doentes, pobres, mendigos ou até peregrinos, mas sem qualquer condição especial para acolhimento de crianças. A primeira norma portuguesa consagrada às crianças abandonadas encontra-se nas Ordenações Manuelinas<sup>1</sup>:

*“Do Juiz dos órfãos, e cousas que a seu Officio pertencem:*

*10 – Porem se alguis orfaõs que nom forem de legitimo matrimonio forem filhos d’alguis homens casados, ou de solteiros, em tal caso primeiramente serem constrangidos seus pays, que os criem; e nom tendo eles por onde os criar, se criaram aacusta das mãys; e nom tendo huïs nem outros por onde os criar, sejam requeridos seus parentes que os mandem criar; e nom o querendo fazer, ou fendo filhos de Religiosos, ou Frades, ou Freiras, ou de mulheres casadas, por tal que as crianças nom mouram por mingua de criação, os mandaram criar aacusta dos bens dos Ospitaes, ou Alberguarias, se os ouuer na Cidade, Villa, ou Lugar ordenados pera criação dos enjeitados; e nom avendo hi taees Ospitaes ou Alberguarias, se criaram aacusta das rendas do Concelho; e nom tendo o Concelho rendas por onde fe possam criar, se lançará finta por aquellas pessoas que nas fintas, e encarreguos do Concelho ham de pagar, a qual laçaram os Officiaes da Camara.*

---

<sup>1</sup> Título LXVII do Livro I, nº 10 e 11, 1521

*11 – Item o Juiz dos osfaõs fará apregoar em fim da sua Audiencia quaesquer orfaõs de sua jurifdiçam, que se ajam de dar por soldada, ou a pessoas que se ajam de obrigar de os casar, tanto que forem em hidade de sete annos, o nom os dará senom aaquellas pessoas que por elles mais derem: e quando lhe forem dados fará obrigar por Escripturas pubricas aquelles a que os der, que lhe paguaram seus ferveços, casamentos, ou soldadas, segundo lhe foram dadas, aos tempos que se obriguaram pagar, e daram fiadores abastantes pera comprirem o em que se assi obriguarem...”*

Esta legislação previa a existência em todos os concelhos de uma instituição para acolher os órfãos e enjeitados, devendo ser lançado um imposto específico nos concelhos que não possuíssem instituições para esse fim. Devemos salientar que essas instituições só acolhiam menores de 7 anos, sendo a partir dessa idade, entregues a quem mais pagasse por eles, responsabilizando-se pela sua posterior criação, esta entrega não constituía no entanto qualquer vínculo jurídico entre a criança e a pessoa que a acolhia. Sem muitas alterações esta norma manteve-se também nas Ordenações Filipinas<sup>2</sup>.

No século XVII, foi decretado que todas as Casas da Misericórdia tivessem um procedimento para acolher as crianças abandonadas, e a responsabilidade da criação dos expostos passa assim a ser dividida entre as instituições de assistência social, como as Misericórdias, e as rendas das Câmaras Municipais, que chegam a lançar “fintas ou cabeções” para esse fim.

Importa referir que no campo assistencial, embora a actuação das câmaras fosse importante, foi sempre secundarizada em relação sobretudo às misericórdias, estas últimas, embora não obedecessem a um padrão uniforme no que diz respeito às relações institucionais, constituíam um relevante polo de poder na sociedade local.

O aumento de receita por parte das Câmaras permitiu a criação de novos cargos, aparecendo os “mordomos dos expostos”, “regentes da Casa de Roda”, “rodeiras” e “amas-secas”, que se juntam às tradicionais “amas-de-leite”. Em alguns locais do país chegou a ser registada também a existência de uma figura popularmente designada por “pai dos velhacos”, um homem que se encarregava das crianças com mais de 7 anos. A melhoria das condições financeiras para o apoio das crianças veio criar outra situação, uma vez que em casos de miséria extrema, pais conhecidos entregavam os seus filhos na roda dos expostos para que recebessem o tratamento inicial, mas iam buscá-los quando atingiam os 7 anos de vida, existindo igualmente casos de expostos que são entregues à própria mãe, assumindo esta a posição de ama-de-leite para receber o respectivo subsídio e fazer face à sua subsistência.

---

<sup>2</sup> Título LXXXVIII do Livro I, nº 11.

## Moura e a Roda dos Expostos

Por norma os relatos que nos chegam, repetidos vezes sem conta ao longo dos anos por via da tradição oral, passam em muitos dos casos a ser considerados como verdades absolutas. Ainda que às vezes possa ocorrer a deturpação de alguns factos, a tradição oral não deixa de ser um legado que deve ser respeitado e considerado para estabelecer caminhos de investigação. Foi certamente com base nesta tradição que todos nós mourenses, sempre nos referimos ao espaço da chamada “Casa da Roda” como sendo uma Roda de Expostos, até ao momento em que o contacto com novos dados, relativos a este assunto, sugerem uma utilização para aquele espaço distinta daquela que lhe era atribuída até então.

Estando perante estes novos dados e novos factos, que não eram conhecidos à época, importa sobretudo tentar esclarecer a questão, para tal foi imprescindível a preciosa colaboração do colega Octávio Patrício que quando elaborou a descrição de um fundo arquivístico da Câmara Municipal de Moura produziu e publicou um texto sobre o assunto, consultando para o efeito a documentação<sup>3</sup> existente no Arquivo Municipal de Moura.

Durante muitos anos, todos pensámos, incluindo eu, na Casa da Roda do Castelo como uma estrutura para recolher crianças. A documentação, tal como já foi dito, sugere outra utilização para o referido espaço, sendo este apenas a Roda do Convento, situada neste caso na Portaria de dentro, uma vez que existia igualmente uma Portaria de Fora<sup>4</sup>. A estrutura é comum a outros conventos de clausura na qual se depositavam bens entregues ao convento e cujo cilindro giratório impedia o contacto direto do interior com o exterior e vice-versa. É certo que embora criadas para esse fim, a função das Rodas dos Conventos foi desvirtuada, servindo por vezes para colocar crianças enjeitadas ainda que de forma esporádica, situação que poderá ter acontecido aqui, ajudando a criar a opinião generalizada de que seria essa a sua função.

A documentação existente é bem explícita, referindo que não era responsabilidade dos Conventos cuidar ou receber os expostos. A recolha e administração dos expostos era responsabilidade das Câmaras, Hospitais e Albergarias, passando a ser também entregue às misericórdias no século XVI. À Câmara competia recolher e criar os expostos abandonados, que à nascença eram largados de forma anónima junto

---

<sup>3</sup> Tombo da Santa Casa da Misericórdia de Moura, f.580 a f. 582v, AMMRA  
Registo de Termos de Entrada de Expostos na Roda; ui0001, f.6 e 7, AMMRA

<sup>4</sup> ASSUMPÇÃO, As Últimas Freiras, 1894, p. 223-255.

das portas de particulares; à Misericórdia competia a recolha e criação dos expostos cujos pais não os pudessem sustentar quer por motivos de doença ou indigência.

Em Moura no ano de 1602, cerca de 40 anos depois da construção do Convento, a não existência de Roda para Expostos, juntamente com o abandono de uma criança durante a noite numa praça da vila, opôs as duas entidades, Câmara e Misericórdia, cuja sentença confirmou de vez a separação de competências.

No ano de 1783 Pina Manique devido ao aumento do número de crianças abandonadas e crescimento da mortalidade infantil, ordena que sejam criadas Rodas em todas as vilas e cidades onde ainda não existissem, sendo este o caso de Moura. Em Agosto desse ano com o objetivo de dar cumprimento a essa ordem, deslocou-se a Moura o provedor da comarca, que escolheu para instalação da “Roda da Vila” umas casas na Rua dos Açougues que faziam esquina com a Rua da Verga, nas quais foi instalada para além da roda, um forno. Na Casa da Roda permanecia continuamente uma mulher, a Rodeira com a finalidade de receber as crianças para as entregar às autoridades municipais. A esquina onde funcionava a roda ainda hoje se encontra faceada<sup>5</sup>.

Conclui-se portanto que sendo relatado um conflito 40 anos depois da construção do Convento por não existir Roda dos Expostos, é porque aquela do Castelo não funcionaria para esse fim. Da mesma forma que a inclusão de Moura nas vilas obrigadas a instituir uma Roda dos Expostos no ano de 1783, significa que até esta data não tinha qualquer estrutura desse tipo. O Foral da Fazenda do Convento<sup>6</sup>, nos seus 380 fólhos compilados desde 1685, e no qual consta documentação anterior a esta data, não refere a existência de Roda de Expostos neste Convento nem de alguma despesa realizada para o efeito. Nos documentos compreendidos entre 1602 e 1783<sup>7</sup> também não consta qualquer referência ou afirmação sobre a existência de Roda dos Expostos em Moura até à data do decreto de Pina Manique, desconhecendo-se igualmente a existência de qualquer outro documento que o faça.

Voltando à estrutura em questão, importa referir que no testamento de D. Ângela de Moura, nas referências às dependências que constituem o Convento, não é mencionada a existência de roda dos Expostos nem outra estrutura para recolha de crianças, são sim mencionadas a Portaria de Fora, a Portaria de Dentro e os Locutórios, estes últimos sendo mencionados no plural deixa antever a existência de pelo menos dois, o locutório interno e o locutório externo, situação que era comum a outros conventos de clausura no país. Os Locutórios eram divididos por uma grade nos quais as freiras falavam com quem as visitava.

---

<sup>5</sup> Cit. 3.

<sup>6</sup> Arquivo Distrital de Beja, ADBJA

<sup>7</sup> Arquivo Municipal de Moura, AMMRA

Claro que existiram rodas em Moura, certamente que sim, a do Castelo é exemplo disso, e possivelmente todos os conventos de clausura as tiveram. Como já verificámos também existiram Expostos antes das datas referidas, a questão era bem antiga, eram recolhidos pelas entidades competentes, Câmara e Misericórdia, que os tomavam à sua guarda. Existiram igualmente amas-de-leite, as suas relações com as instituições estão devidamente documentadas<sup>8</sup> sobretudo no que diz respeito aos pagamentos e termos de entrega. E uma vez que a questão dos órfãos assolava todo o país já há vários séculos, também existiu Juiz dos Órfãos, assim o determinavam as Ordenações Manuelinas obrigando que existisse um Juiz *“em todas as vilas e lugares que, com os respectivos termos, tivessem mais de quatrocentos vizinhos”*, mas este constitui um assunto um pouco distinto do tema central que merecerá em outra ocasião uma análise mais cuidada.

Embora a exposição na Roda tenha sido desde muito cedo alvo de protecção legislativa, a questão assumiu proporções assustadoras no século XIX, tornando-se num verdadeiro drama social. Em Moura no ano de 1842 viu-se a Câmara forçada a adquirir a antiga casa que serviu de hospício aos religiosos da Tomina, localizada na Rua de Santa Catarina, para nela instalar uma Casa da Roda. Foi neste mesmo século que esta questão passou para a competência do poder central<sup>9</sup>, assumindo localmente as autoridades municipais a sua administração, mas sujeitas à fiscalização e decisão do Governo Civil e da Junta Geral<sup>10</sup>, pelo que a roda da Rua de Santa Catarina terá funcionado durante poucos anos, talvez até 1867, ano em que foram extintas as Rodas de Expostos pelo decreto de 21 de Novembro, substituindo-as por Hospícios, destinados não só a receber expostos mas também crianças abandonadas e com pais conhecidos. Em Moura a instituição criada para o efeito esteve instalada em vários locais ao longo dos anos, a Rua Serpa Pinto; a Rua do Escalatrim e Praça foram alguns desses locais<sup>11</sup>. Cada concelho passou então a enviar as crianças expostas, para estes estabelecimentos, os quais se encarregavam de distribuir as crianças pelas amas, cujo vencimento mensal era pago pelo concelho onde a criança era encontrada. Concederam-se igualmente

---

<sup>8</sup> Registo de Pagamento às Amas, 1696-1846, AMMRA

Registo de Termos de entrega de expostos às Amas, 1783-1820, AMMRA

Registo de entrada de expostos na Roda, 1783-1820, AMMRA

Folhas de Vencimento das Amas dos Expostos, 1840-1849, AMMRA

<sup>9</sup> Decreto de 19 de Setembro de 1836, retomado pelo Código Administrativo de 1842

<sup>10</sup> A Junta Geral foi um órgão da administração pública portuguesa, de natureza distrital, com competências alargadas nas áreas da instrução pública, fomento industrial e agrícola e das obras públicas. Criadas em 1832, as Juntas Gerais eram constituídas por 13 procuradores eleitos pelas Câmaras Municipais, os quais elegiam uma comissão administrativa de três membros, um dos quais presidia.

<sup>11</sup> CORREIA, Santa Casa da Misericórdia de Moura, 2016, p.625.

subsídios temporários aos pais indigentes e às amas de expostos maiores de 7 anos, assim como subsídios de lactação a mães pobres. Competia à Junta Geral estipular as quotas de dinheiro com que cada concelho devia contribuir para a administração dos expostos, bem como decidir as verbas atribuídas a cada um.

A 20 de Março de 1868 o decreto foi revogado, não sendo aplicado por falta de uma Lei Geral. Esta situação não foi no entanto impeditiva para que as Juntas Gerais fossem alterando progressivamente o serviço de assistência aos expostos, num processo moroso mas significativo para a resolução desta questão.

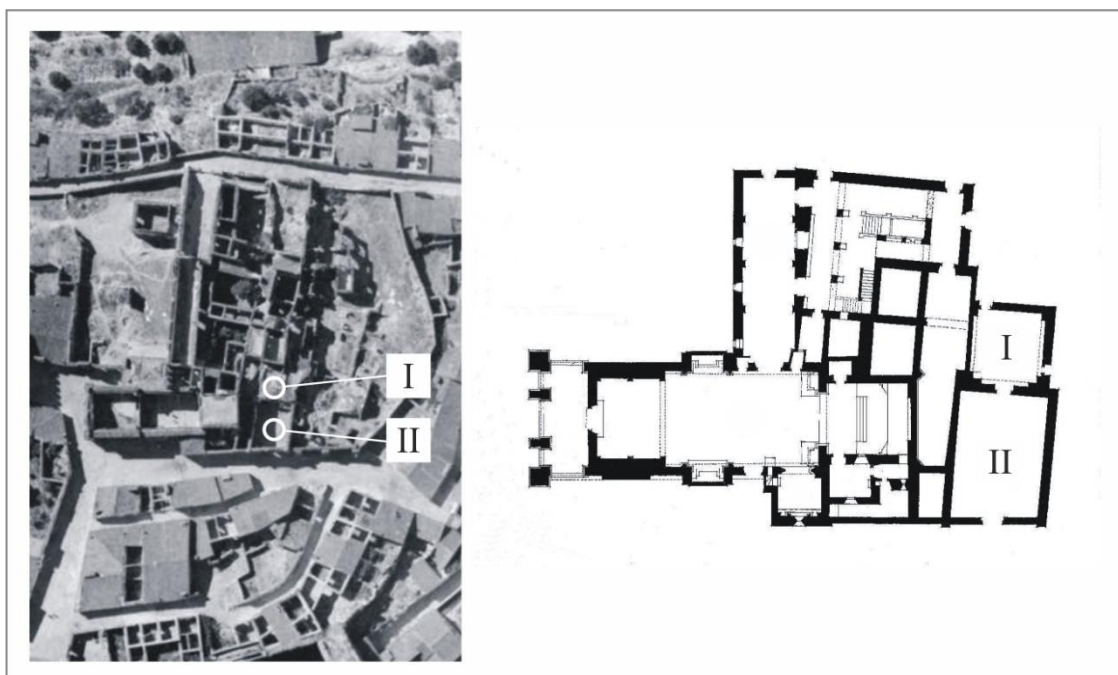


Fig.1 - Convento de Nª. Sra. da Assunção - Localização das Portarias.

I – Portaria de dentro

II – Portaria de fora



Fig.2 - Proposta de localização para a “Roda dos Expostos”(1783).

I – Rua da Verga | atual Rua Martinho Ganhão

II – Rua dos Açougues | atual rua 1º dezembro

## Bibliografia:

### Fontes Manuscritas

- Foral de toda a Fazenda deste Convento de Nossa Senhora da Assumpção, que o ilustríssimo Senhor D. Fr. Domingos de Gusmão, Arcebispo de Évora mandou fazer para notícia da fazenda deste Convento (1685-1857).
- Ordenações Manuelinas, Liv. I, Tit. 67 - Do Juiz dos Órfãos e cousas que a seus oficiais pertencem, 1521.
- Tombo da Santa Casa da Misericórdia de Moura, AMMRA
- Registo de Termos de Entrada de Expostos na Roda, AMMRA

### Fontes Impressas

ASSUMPÇÃO, Tomaz Lino da, (1894) - As Ultimas Freiras - Com uma carta por António Ennes, acêrca das ordens e instituições religiosas, Livraria Portuense de Lopes & C<sup>a</sup> - Editores, Porto,

CORREIA, José António de Oliveira, (2016) - Santa Casa da Misericórdia de Moura 1502-2014, Câmara Municipal de Moura, Moura,

INÁCIO, Nuno Campos, (2014) - Um Contributo para a História do Direito - Os Expostos, Jurismat: Revista Jurídica. Nº5, pp.345-360

— Fardar, alojar, alimentar, tratar —  
Dificuldades no abastecimento dos regimentos da Europa,  
na reconquista do Rio Grande do Sul, no século XVIII

---

Marisa Bacalhau

Câmara Municipal de Moura | DCPD

[marisa.bacalhau@cm-moura.pt](mailto:marisa.bacalhau@cm-moura.pt)

Se antes da campanha no Rio Grande do Sul eram já óbvios os problemas, não só no abastecimento dos regimentos de Moura, Bragança e Estremoz, bem como na prestação de cuidados de saúde e no seu alojamento aquando da sua permanência no Rio de Janeiro, onde chegaram a 1767; no decurso da campanha militar, e logo após a reconquista daquele território, esta dificuldade agudizou-se consideravelmente. Vários documentos fazem eco da complexidade no provimento de bens essenciais, de assistência, de alojamento ou fardamento, mas nenhum com a expressão que lhe conferiu o Tenente general Böhn, nas múltiplas cartas que dirigiu ao Marquês do Lavradio. Estas cartas, aliadas a uma descrição feita pelo cirurgião mor que acompanhou as tropas neste périplo, Francisco de Souza, oferecendo pormenores preciosos e minuciosos sobre o quotidiano destes militares, foram algumas das fontes que possibilitaram a presente reflexão.

No século XVIII a questão da delimitação de fronteiras na América do Sul é controversa, opondo portugueses e espanhóis, que lutam pela posse do território. Em 1750, tendo em vista sanar todos os desentendimentos entre as duas potências, e assim delimitar as respetivas colónias sul-americanas, é assinado o Tratado de Madrid. Este Tratado, assinado na Capital espanhola entre D. João V de Portugal e D. Fernando IV de Espanha, viria a substituir o Tratado de Tordesilhas, que na prática há muito que não era respeitado. Segundo o Tratado de Madrid, Portugal abdicaria da Colónia de Sacramento, e em contrapartida receberia entre outras zonas os Estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, e o atual Mato Grosso, numa hábil manobra portuguesa, bastante proveitosa, prevendo (entre outras coisas) a lucrativa criação de gado. O Tratado determinava que as fronteiras fossem marcadas pelos acidentes naturais do terreno e pela posse efetiva da terra. Seguiu o princípio de *uti possidetis*, fundamentada na ocupação do território, terras habitadas por portugueses seriam portuguesas de facto.

Contudo, o Tratado não comprazeu verdadeiramente aos espanhóis, que insatisfeitos por não dominarem o Rio Grande, trataram de invadi-lo em 1763.

A conquista levada a cabo pela coroa espanhola (sem que as forças do terreno tenham conseguido lograr a defesa) fez com que a guarda portuguesa se retirasse para o outro lado do canal lagunar, estabelecendo-se em S. José do Norte. Esta situação criou uma grande instabilidade no Brasil colónia e despoletou a reavaliação de todo o sistema defensivo, com a implementação de novas medidas, conducentes a uma melhor defesa do território.

Uma das medidas levadas a cabo de imediato foi: a transferência da Capital do estado do Brasil, de Salvador para o Rio de Janeiro, estrategicamente colocado em relação às recém- descobertas regiões mineiras, e facilitando, por outro lado, a coordenação de ações militares no Sul do Estado. Com a

transferência da capital do Estado do Brasil em 1763, de Salvador para o Rio de Janeiro, houve necessidade de reforçar a segurança naquela zona, por estarem as tropas daquela guarnição em estado calamitoso e as fortalezas e muralhas carecerem de obras e reparações<sup>1</sup>. Na verdade, em carta do então vice-rei D. António Álvares da Cunha<sup>2</sup> para Lisboa, transparece o estado caótico das tropas, sublinhando *“a má qualidade dos soldados provém de serem naturais desta Capitania e da Ilha dos Açores, serem moles, doentes e faltarlhes valor. Era esta a prova do que tinha acontecido na Praça da Colónia de Sacramento, entregue sem um tiro, pois por tal motivo não recrutarei aqui gente. Para suprir esta falta, necessito da vinda de soldados do reino, porque sem tropas regulares ou de linha não poderei cogitar a defesa do Brasil”*<sup>3</sup>.

Foram aumentados os efetivos militares da colónia<sup>4</sup>, criando o Regimento da Cavalaria da Guarda do Vice-Rei, que ficou alojado num quartel atrás da Casa do Trem, no Rio de Janeiro, atual sede do Museu Histórico Nacional.

Em 1764 cerca de 50 oficiais portugueses são enviados para o Rio de Janeiro, incumbidos da reorganização das tropas de forma a melhor preparar a defesa do território face ao ataque espanhol a Sul. Nessa mesma data D. António Álvares da Cunha manda construir entre o forte de Santiago e a Casa do Trem, o Arsenal de Guerra, que se destinaria ao reparo de armas e fabrico de munições. Até então, todo o material bélico vinha da metrópole.

D. José I designa João Henrique Böhn Tenente-general e nomeia-o “Encarregado do Governo e Comandante de todas as tropas de infantaria, cavalaria e artilharia em qualquer parte do Brasil onde se encontrassem, e da inspeção delas”<sup>5</sup>. Na sequência destas indicações, surge a ordem régia de 20 de Junho de 1767, que ditava que para o Rio de Janeiro fossem enviados os regimentos de Bragança, Estremoz e Moura, com a respetiva artilharia e munições de guerra necessárias. Estima-se que cerca de 2.300 homens tenham aportado ao Rio de Janeiro nesta altura, vindo a constituir, juntamente com os militares locais, aquele que seria o maior contingente luso-brasileiro reunido até então.

---

<sup>1</sup> Rodrigues, 2000, p. 15

<sup>2</sup> D. António Álvares da Cunha foi o primeiro Vice-Rei do Brasil Colónia, tomando posse em 19 de Outubro de 1763, no mesmo ano em que a capital foi transferida da Baía para o Rio de Janeiro. Logo ao chegar, ficou impressionado com as péssimas condições de higiene da cidade, ordenando logo à Câmara que aterrasse, com lajes grossas, a Rua da Vala, onde a população usualmente deitava todo o tipo de imundícies.

<sup>3</sup> Citado em IDEM.

<sup>4</sup> Mas foi essa preocupação em aumentar os efetivos militares que gerou uma das leis mais curiosas do Brasil Colónia. “Para moralizar o povo, aumentar a população e diminuir o número de vadios”, o Conde da Cunha obrigou os jovens a contrair matrimónio sob pena do ingresso num regimento militar. Parece que a maioria preferiu casar, fugindo ao serviço militar.

<sup>5</sup> IDEM, pag. 16. Böhn chegou ao Rio de Janeiro em 5 de Outubro de 1767, acompanhado do Brigadeiro Jacques Funck, que estava incumbido da reorganização das fortalezas do Rio de Janeiro.

Os três regimentos escolhidos não haviam sido escolhidos ao acaso<sup>6</sup>. Aquando da inspeção efetuada pelo Conde de Lippe às zonas fronteiriças, visitou Moura a 1 de Maio de 1764 e deixou-se impressionar com a disciplina e o rigor deste regimento. Böhn enquanto discípulo de Lippe não iria deixar de tomar em linha de conta estas diretrizes para a organização de um exército a ser enviado para a colónia. Para o Rio de Janeiro também foi destacada uma companhia da artilharia de Lagos, da qual não temos muitas informações<sup>7</sup>, mas sabemos que também participou nas campanhas do Rio Grande, integrada no Regimento de Estremoz.

Em 1774 os “Regimentos da Europa” são chamados a integrar a campanha de reconquista do Rio Grande do Sul. Com a partida de um grande contingente para o Sul, havia ainda a necessidade de não deixar o Rio de Janeiro vulnerável, pelo que em 1775, o mesmo ficou sendo guarnecido<sup>8</sup> por: o segundo regimento do Porto, o primeiro regimento da Baía, o segundo regimento do Rio de Janeiro, o Segundo regimento da Baía e um Regimento de artilharia. Somava um total de 3770 soldados, faltando ainda 263 homens para perfazer o estado completo que deveria ser de 4033. De entre os soldados, 250 tiveram baixa por moléstias incuráveis, pelo que antes da partida para o Sul, cerca de 61 soldados dos regimentos da Europa permaneceram no Rio de Janeiro, pela necessidade de reforçar este contingente<sup>9</sup>.

## Alojar

Desde logo, à chegada ao Rio de Janeiro, houve problemas de aquartelamento, porque não existiam quartéis onde as tropas pudessem ficar instaladas e as barracas que possuíam tinham já sido usadas em quatro campanhas na Europa<sup>10</sup>, bem como nos exercícios determinados pelo Conde de Lippe e estavam, portanto, em mau estado. Perante estas circunstâncias as tropas ficaram “aboletadas” inicialmente em casas

---

<sup>6</sup> Temos que ter em linha de conta que, a ociosidade destes corpos do Alentejo, neste momento particular da sua história, também motivou esta escolha. Não sendo imprescindíveis, este fator dita também o seu envio para a colónia portuguesa, de onde já não voltam, numa decisão que mais tarde, durante as invasões francesas, marcará a vulnerabilidade deste território a Sul de Portugal.

<sup>7</sup> Em 1779 embarcaram em dois navios, rumo a Lisboa vários militares desta companhia. A 15 de Abril, no navio Santa Roza embarcaram os seguintes oficiais: 1º Tenente Rodrigo Pimentel de Vabo, 2º Tenente Anastacio Gomes de Carvalho, Sargentos João Ribeiro Romas e António Francisco, Furriel António José de Britto, cabo de bombeiros José da Cruz Monteiro e tambor António Francisco. Os soldados embarcados no mesmo navio: Baptista da Silva, José Francisco Orada, Filipe de Santiago, Mauricio da Silva, Manuel da Silva, José Joaquim Lourenço, Caetano Rodrigues, António dos Santos, Joaquim Pedro de Britto, José de Campos, António da Lus, Manuel José de Magalhães e José de Almeida. AHU\_ACL\_CU\_017\_Cx109 D. 9106

A 14 de Maio embarcam na galera Nossa Senhora da Luz os soldados: José Joaquim Gonçalves, Domingos Nunes, Brás das Candeias e Sebastião Martins. AHU\_ACL\_CU\_017\_Cx109 D. 9123.

<sup>8</sup> AHU\_ACL\_CU\_17cx98 D:8447 “Mapa geral de toda a tropa que guarnece o Rio de Janeiro”

<sup>9</sup> Estes soldados dos regimentos da Europa, permaneceram no Rio de Janeiro por à data da partida “se acharem duentes e mal convalécidos quando os corpos a que elles pertencião marxarão para o Continente do Rio Grande...”

<sup>10</sup> AAVV, III vol, p. 13 “Les regiments d’estremos et de Moura avoient reçus des tentes en europe en 1764 qui leurs servirant lá en trois ou quatre Caps d’Exercice aux troupes du Marechal Général Comte de Lippe; ils les apportèrent néanmoins ainsi pourries, et furent obligés d’entrer em Campagne avec ces mêmes tentes. Au détachement de Braganza ou donnât d’autres, qui avoient déjà servi au Rio Grande avec un Détachement du Second Régiment du Rio”.

de particulares, situação que era colhida com desagrado por parte dos “cicerones”, e não fosse o regime de obrigatoriedade a que estavam sujeitos, certamente que a vontade dos habitantes não passaria por alojar estes militares.

Todos estes fatores originaram desavenças entre o Marquês do Lavradio, à data Vice-rei, e o General Böhn, disposto a demandar melhores condições para acomodar as suas unidades, numa postura que irá manter até ao fim da sua vida, e que lhe valeu alguns dissabores.

Só passado algum tempo é que o Regimento de Moura foi aquartelado na ponta do calabouço<sup>11</sup>, e posteriormente irá este regimento instalar-se em terrenos cedidos para esse fim pela Misericórdia num local que haveria de tomar o nome do regimento, “Largo do Moura”<sup>12</sup>, no Bairro da Misericórdia, que hoje é a Rua Marechal Âncora<sup>13</sup>.

Por sua vez, o Regimento de Bragança, é aquartelado na Rua dos Quartéis da Armada, que passou a ser chamada Rua do Bragança e é a atual Conselheiro Saraiva; e o Regimento de Estremoz, obtém quartel numa casa cedida pelos frades do Mosteiro de São Bento, na Rua dos Arcos de São Bento e atual Rua de São Bento.

No aquartelamento dos oficiais, o problema existente e persistente seria o gasto excessivo associado ao alojamento dos mesmos: “Nesta despesa parece haver muito que diminuir. A chegada dos regimentos do Reino no já dito anno de 1767 forão estes aquartelados por hum modo que parece se não observa em parte alguma. A cada official de alferes p<sup>a</sup> cima se derão casas sem reparar nos preços, isto de modo que aquartelando-se hum Coronel em casas de 60400 rs ou 70200 rs se derão a hum capitam engenheiro casas de 100000 rs por mês.<sup>14</sup>” Refere ainda que os pagamentos a estes oficiais eram “dobrados dos do reino”, e que por serem os soldos tão elevados para os oficiais superiores não deveriam ser pagas as casas também, apenas se deveria garantir o aquartelamento de soldados e oficiais inferiores.

O mesmo documento denuncia ainda que tiveram lugar alguns desacatos aquando da chegada das tropas ao Brasil, com questões relacionadas com o abastecimento de água às tropas. Parece que “*os soldados do regimento do Reino fazendo conduzir para os seus quartéis violentamente água pelos pretos que hião servir seus sn<sup>tes</sup> e isto sem lhes pagarem*”. Esta situação originou a encomenda de carros de água

---

<sup>11</sup> Local em S. Sebastião do Rio de Janeiro onde inicialmente foi criada a bateria de Santiago, construída numa ponta que avançava sobre o mar entre as praias de Piaçaba e Santa Luzia. Em 1603 esta bateria viria a constituir o Forte de Santiago, e a partir de 1693 o forte serve como prisão para escravos, ficando desde então conhecido como Ponta do Calabouço. Em tese a utilização deste espaço como local para açoitamento de escravos foi para que os castigos fossem aplicados “com moderação”. Assim, em 1668 uma carta régia determina que os senhores deviam pagar uma taxa no valor de meia pataca por cada cem açoites aplicados a cada escravo. Parte da renda conseguida na aplicação das penas na Ponta do Calabouço foi depois empregue na criação de um Passeio Público.

<sup>12</sup> Atualmente Praça Marechal Âncora, onde fica situado o Museu Histórico Nacional.

<sup>13</sup> Também o chafariz ali existente, mandado erigir pelo Vice-Rei Conde de Rezende, passou a chamar-se após a chegada do regimento “chafariz do Moura”. Este chafariz já não existe, mas ficou imortalizado na obra de Thomas Ender, pintor que em aguarela registou o chafariz em 1817. Ver outros contributos que revelam a influência dos regimentos da europa na toponímia do Rio de Janeiro em BACALHAU, p. 23.

<sup>14</sup> AHU\_ACL\_CU\_017 Cx113D.9367.

que abasteceriam de água a todos os regimentos, tanto dos enviados de Portugal, como dos soldados do Rio de Janeiro, o que ocasionou um acréscimo de despesas de 1200\$000, mais os arranjos pontualmente necessários, para manter os carros em bom estado de circulação.

Alojar em campanha obriga à existência de tendas ou barracas, que ofereçam abrigo durante as paragens que ocorriam durante a deslocação das tropas. Como tudo o resto, estes materiais eram escassos e de qualidade questionável, obrigando as tropas ao improviso na procura de abrigo.

Outra das dificuldades sentidas era a falta de transporte para as tendas de campanha, muitas vezes não acompanhavam as tropas de forma suficientemente célere:

*“Na primeira noite pernoitamos em Campo Bom, e como passamos sem barracas, tomamos por leito a terra (nossa may) por colxam a relva...no outro dia tomamos por pouzo a barra velha, e porque não chegarão a tempo as carretas com as barracas, muitos soldados a maneira de ratos formarão cavernas na areya, e de trez em trez juntos com as cabeças de fora poucas horas descansarão...fomos a descansar nas Lagoinhas...tomamos por barraca as fardas<sup>15</sup>”*. Nesta ultima paragem Francisco Ferreira de Souza noticia que uma tempestade e um furacão, que assolaram essa zona, *“lansou por terra as barracas todas ficando tudo reduzido em hum bom prato de ensopado”*.

A propósito da falta de resistência das tendas, perante as intempéries, Böhn refere mais tarde em carta de 20 de Março de 1775: *“As barracas voam pelos ares e a necessidade força nossa pobre gente a construírem cabanas. Digne-se Vossa Excelência a assistir-nos e salvar-nos da miséria”*. Pedido renovado a 16 de Abril de 1775: *“Como o frio já se fizesse sentir e as barracas estivessem todas apodrecidas, nossos soldados pediram permissão para construir cabanas para eles próprios, cobertas com as ervas cortadas nos alagadiços...”*

Os rigores do clima nesta zona do Brasil, fizeram as tropas vivenciar uma série de peripécias que dificultaram a viagem pelo território. Tempestades, frio, trovoadas, tudo, chuvas violentas, num ambiente hostil vivido no dia-a-dia pelas tropas conformadas:

*“as negras nuvens subindo o Zenit, romperão em trovejar, chover e ventar; em pé, ou assentado, ou como cada hum quis levar sobre seus ombros o duro pezo desta tormenta, experimentou sobre si o rigoroso temporal destes trez elementos, agoa, fogo e ar...”*

*“...Freguezia do Estreito, onde pellas seis horas da tarde nos vimos bem apertados de hua rigorosa chuva de pedras, hum tremendo furacão de vento, e hua bem furioza, e tremenda trovoada...procuramos todos a capela a pedir a Deos Mizericordia...”*

---

<sup>15</sup> Anais vol III, p. 239.

A necessidade aguçou o engenho, e as tropas improvisavam facilmente cabanas, com o recurso a ramos de árvores, providenciando um abrigo mais seguro e efetivo do que as (por vezes inexistentes) tendas e barracas.

## Tratar

A assistência no Brasil era deplorável e vários eram os problemas que acometiam os soldados durante a sua estadia no Brasil. Diarreias e febres eram os problemas recorrentes que mais afligiam os soldados. Apesar de ser conhecida com mais detalhe a tipologia de doenças dos oficiais superiores, aquelas que eram registadas nos mapas em virtude de os ditos oficiais estarem de baixa, podemos calcular e deduzir que para os soldados inferiores, com piores condições de aquartelamento e alimentação, as mazelas seriam mais frequentes, e possivelmente mais graves.

Assim sendo, para além das baixas sofridas durante a viagem Portugal-Brasil, uma vez estabelecidos no rio de Janeiro, as diferenças na alimentação, no clima, más condições de alojamento provocaram inúmeros problemas de saúde.

Em 1767, poucos meses após a chegada das tropas ao Brasil, o Tenente João Alberto Ribeiro, do regimento de Moura adoece com febres, do regimento de Bragança o Coronel Francisco de Lima da Silva adoece com dores nevíticas, o Tenente João Luis com reumatismo e o Tenente João Manuel com diarreia.

No mesmo ano, em carta de 18 de Dezembro<sup>16</sup>, Böhn entre outros assuntos, relata a sua preocupação ao Secretário de Estado da Marinha e do Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre as doenças que grassavam entre as tropas que chefiava. Existiam muitos oficiais doentes, correndo risco de vida, contando-se entre estes o comandante das tropas de Moura António Carlos Furtado de Mendonça e de Bragança o Coronel Francisco de Lima e Silva.

Atribuía estes problemas de saúde a “l’ardeur du soleil”, excessivo segundo o mesmo nos meses de Dezembro, Janeiro e Fevereiro, e que agravaria as doenças contagiosas. Refere ainda na mesma carta, que embora fosse paradoxal, vários produtos necessários e originários deste país eram mais baratos se adquiridos em Lisboa. Era o caso da quinquina, planta de ampla importação para a Europa, onde era conhecida como “casca do Peru”, e com propriedades anti maláricas. Em 1768, o mapa do mês de Maio do

---

<sup>16</sup> AHU\_ACL\_CU\_017 Cx84 D. 7434.

regimento de Bragança regista a doença do Tenente Luís Taveira, doente havia 15 dias com erisipela e o quartel mestre Bernardo José com sarna.

Todos os regimentos tinham um cirurgião mor, e era este quem observava e registava os doentes de baixa. Não temos um conhecimento profundo de outros problemas que afetavam os soldados e oficiais inferiores, porque não mereciam registo, mas podemos observar que no mesmo período de tempo atrás referido foram registados 3 mortos no regimento de Bragança, sendo que 11 estavam de baixa por doença.

No que diz respeito ao hospital de apoio a estes militares, o existente no Rio de Janeiro não era particularmente ativo antes de 1767, pelo que depois da chegada dos três regimentos ao Brasil as despesas com este estabelecimento cresceram consideravelmente.

O documento que fala da necessidade de minorar as despesas com este hospital, refere o valor fixo e avultado que era pago por cada galinha que se destinava a consumo dos doentes, bem como aconselhava a que, como acontecia antes de 1767, cada soldado se tratasse em casa. O referido manuscrito refere que assim seria mais económico pois a cada soldado que era tratado em casa apenas era devido o soldo e farinha, despesa menor do que aquela tida no Hospital.

Segundo o contador geral Luís José de Brito, numa apreciação que demonstra também a sensibilidade do autor para questões relacionados com a saúde, seria sempre preferível o doente ser tratado em casa. Refere *“em suas casas sempre são mais bem assistidos pelas suas famílias”* e que *“por mais aceyo que haja em hum hospital e por mais perfumado que seja não há ninguém que ao entrar nelle não experimente hum cheiro desagradável ao olfacto”* e que tudo isto seria *“perniciozissimo à saúde”*. Acrescenta a isto que por vezes males menores, passíveis de serem tratados com remédios caseiros, se transformavam em questões muito graves nos hospitais *“metidos entre vapores cheyos de partículas podres que continuamente estão exalando os corpos de enfermidades muitas vezes contagiosas”*.

*“Pelo meyo do anno de 1768 se determinou que todos os soldados se curassem absolutamente no Hospital a instancias do Tenente General João Henriques Böhn dizendo que muitos se fingião doentes por fugirem ao serviço. Com isto cresceu bem sencivelmente a Despesa, e depois nos annos seguintes muito mais de modo que olhando só para as despesas diárias e miúdas mais parecem ser feitas para o palácio de hum grande, do que para o Hospital.”*<sup>17</sup> Termina, propondo que se despeçam enfermeiros e solicitasse a ajuda de quatro religiosos de S. João de Deus.

---

<sup>17</sup> Para evitar que os soldados ficassem em casa, fingindo estarem doentes sugeria o mesmo autor do ofício que:

*“Cada regimento tem hum cirurgião mor e 6 ajudantes. Pelo novo regulamento millitar são os officiaes superiores obrigados a ir de dias em dias ao Hospital e hum official todos os dias. Nunca isto se praticou, só o Sargento mor que está de dia vai alguma vez ao hospital, quando vai rondar as guardas. Pois já que aquella obrigação se não executa parece que ao menos de dias em dias pode ir hum official superior de cada regimento acompanhado do cirurgião mor, ou ajudantes examinar os seus respectivos doentes que se acharem em casa, para ver se tem ou se afetão moléstias. E assim nesta parte se poupará na despesa annual do Hospital...”*

Como doença com maior índice de letalidade nesta altura poderíamos destacar a varíola ou “bexigas”, como também era chamada, doença à época especialmente ativa em São Paulo. Em 1775, ano em que as tropas de São Paulo são chamadas a reforçar os efetivos em Rio Grande do Sul, grande parte dos habitantes de S. Paulo padecia desta doença, que infetava também os soldados enviados para as campanhas do Sul. A varíola dizimou muitos soldados durante a marcha e à chegada as tropas paulistas foram colocadas numa espécie de quarentena, nos quartéis de Porto Alegre, até à data ocupados pelos regimentos de Moura e Bragança. Refere Böhn nas suas cartas: *”O Coronel Meixia chegou a primeiro deste mês a Porto Alegre, com as três ultimas companhias de seu Regimento, com deserções no deslocamento. Deixou mortos na praia e doentes de varíola por toda a parte.”* De resto em 1808 foi uma das primeiras medidas de D. João VI, foi promover a vacinação contra a doença que debelava neste século boa parte da população.

Os meios eram precários nas campanhas do Sul, embora existissem médicos estes restringiam-se a um médico por cada regimento e respetivos ajudantes. Era vulgar o uso da flora local como recurso medicinal, e para os soldados que viviam com uma ração não raras vezes inconstante, escassa e parca, sujeitos às intempéries locais, a saúde era preciosa e de manutenção difícil num local sem as condições consideradas básicas.

O fornecimento de medicamentos às tropas ficava normalmente a cargo de um boticário, que “contratualizava” o abastecimento previamente. Conhecemos o caso de Sebastião da Silva Brandão, padre do hábito de S. Pedro e boticário no Rio de Janeiro, que solicita ao rei o privilégio para o fornecimento de medicamentos para as tropas do Rio de Janeiro, guarnições do Rio Grande de S. Pedro e Ilha de Santa Catarina, em 8 de Maio de 1765. Alega que a sua botica era a mais bem provida do Rio de Janeiro “e aseada”, oferecendo 10% de abatimento no valor dos remédios necessários às tropas.<sup>18</sup>

A 9 de Fevereiro de 1775, Böhn remete carta ao Marquês do lavradio, depois da chegada à Fronteira do Norte, reportando a existência de um hospital desprovido do necessário. Em cenário de combate às enfermidades associam-se ferimentos, muitas vezes conducentes a amputações, que aconteciam em condições verdadeiramente tenebrosas. Afinal, nem todos podiam ter a mesma sorte do Brigadeiro Chichorro, do Regimento de Estremoz, que no calor dos acontecimentos que retumbaram na reconquista do Rio Grande, acabou por ser atingido por uma bala perdida, numa perna. Feliz foi a coincidência que fez com que Chichorro tivesse um relógio de bolso, que travou a bala. Apenas houve a registar uma leve contusão, e um relógio danificado, evitando o pior.

---

<sup>18</sup> AHU\_ACL\_CU\_17 Cx 74 D. 6764.

## Fardar

O fardamento dos regimentos constituiu uma preocupação para Böhn durante as campanhas no Brasil. Na verdade, o abastecimento a estes regimentos era complicado e não era efetuado com a periodicidade que demandava o “novo regulamento”, a matéria-prima para as fardas era limitada e por vezes inexistente no Brasil. Desse modo, os tecidos eram enviados de Portugal, o que se tornava oneroso, pois havia muitos soldados a fardar. Existia outra dificuldade acrescida à anterior: eram poucos os alfaiates existentes no Brasil, necessários à transformação dos “panos” em fardas.

Face à desorganização verificada em termos da aplicação de um uniforme generalizado, o Conde de Lippe lançou um Decreto para a regulamentação do uniforme do Exército e Infantaria da Marinha. Assim sendo, a aplicação deste decreto implicaria uniformes iguais no talhe e feitio<sup>19</sup>, e os elementos que iriam distinguir os Regimentos seriam as cores das golas, bandas de casaca, canhões das mangas, forros, calções e véstias. Só a partir de 1764 é que foi fixado com rigor o aspeto dos uniformes, com cortes semelhantes, sendo os elementos de distinção pequenos detalhes e as cores das golas, bandas, canhões das mangas, as abas do casaco, galões, entrançados, botões, forros e vestias. O exército do Reino fardaria todo de azul-ferrete, excetuando os tambores e pífaros, numa tentativa de anulação da miscelânea que grassava até então, levando a que muitas fardas fossem de cores diferentes. A cor verde estaria reservada apenas para a infantaria da marinha, pelo menos teoricamente, uma vez que até 1806 estas reformas foram difíceis de colocar em prática rigorosa.

Por cada soldado, e a cada dois anos era cedido pano para a casaca, véstia e calções, serafina para o forro da casaca, linhas para as casacas, aniagem para o forro da vestia e calção e um pente, três dúzias de botões de casaca e duas dúzias de botões de vestia e calção. As quantidades eram calculadas pelo “Novo Regulamento” que estipulava as porções de cada material para cada farda. Anualmente era cedida a fardeta, que era composta por um par de calções, composto por “1 v<sup>a</sup> e  $\frac{1}{2}$  de pano de linho dos arcos”, um chapéu com galão apresilhado da cor do galão com respectivas borlas, um laço de fita preta de lã para o chapéu ou  $\frac{2}{3}$  de fita para que fosse executado. Ainda e a cada seis meses deveria ser atribuído uma camisa, 1 “pescocinho”, um par de meias de linha, 1 par de sapatos, um par de solas e tacões “1 V<sup>a</sup> e  $\frac{1}{2}$  de fita preta de lã p<sup>a</sup> o cabelo”,  $\frac{2}{3}$  de Brim de Holanda e botões de metal “irmãos dos da farda”.

Apenas quase um ano após a chegada, em Setembro de 1768, ao regimento de Moura já se devia: a farda grande, 3 fardetas e alguns materiais necessários como a metade das cobertas, as machadinhas e as sarilhas das guardas do campo. Na mesma altura, o regimento de Bragança encontrava-se em condições

---

<sup>19</sup> Rodrigues, 1998, p. 64.

idênticas no que concerne aos fardamentos que estavam em falta, e por isso *“foi socorrido ca do armazém com huma fardetta”*. Ao Bragança faltava ainda todo o abarracamento e as cobertas, as machadinhas e os sacos das marmitas.

Na campanha do Rio grande do Sul, os Três regimentos da Europa, como eram apelidados, tinham um fardamento com base azul ferrete, distinguindo-se uns dos outros por vários elementos. O Mapa dos Uniformes do Reino descreve, entre outras, as fardas das tropas enviadas para o Rio de Janeiro, em 1767: Moura teria casaca azul, vestia amarela, calção amarelo, bandas azuis, canhões amarelos, gola amarela, forro branco, botões e galões em prata, polainas pretas. Os tambores teriam: casaca amarela, vestia azul, forro branco e calças azuis. As cores desta farda tão característica, fez com que o Regimento de Moura recebesse a alcunha de “Gaturamo”, pássaro que ostenta na variante macho cores intensas, um amarelo vivo no peito e dorso azul profundo. Na mesma altura a cavalaria de Moura (que havia ficado em Moura) contava com: casaca azul, véstia branca, calção azul, bandas amarelas, canhões amarelos, gola amarela, forro amarelo, galões e botões de prata.

As tropas de Estremoz presentes no Rio de Janeiro, apresentariam casaca azul, véstia branca, calção azul, bandas azuis, calções vermelhos, gola vermelha, forro branco, galões e botões prata e polainas pretas. Os tambores apresentavam-se com casaca vermelha, vestia vermelha, forro branco e calças vermelhas. Na mesma altura, e ainda segundo a mesma fonte, a artilharia de Estremoz tinha casaca azul, véstia azul, calção azul, bandas azuis, canhões azuis, gola azul, forro vermelho, botões e galões dourados e polainas pretas. Os tambores vestiam casaca vermelha, vestia azul, forro vermelho e calças vermelhas.

Quanto ao regimento de Bragança, o uniforme dos enviados para o Rio de Janeiro teria casaca azul, véstia branca, calção azul, bandas brancas, canhões vermelhos, gola vermelha, forro vermelho, galões e botões amarelos, polainas pretas. Os tambores tinham casaca vermelha, véstia azul, forro vermelho e calças azuis. Contrastava por isso do 2º regimento de infantaria que permaneceu em Portugal e que tinha casaca azul, véstia branca, calção azul, bandas amarelas, canhões amarelos, gola amarela, forro branco, galões e botões prata e polainas pretas. Quanto aos tambores, vestiam: casaca amarela, vestia branca, forro branco e calças brancas.

O cirurgião mor dos regimentos da Europa relata um curiosíssimo episódio, que tornou ainda mais difícil a manutenção do fardamento existente, porque ratos locais roubavam várias peças do uniforme: *“ratos tanto pequenos como de estranhável grandeza, finíssimos ladrões pois acarretam para suas cavernas ceroulas, camizas, e meyas, cuja roupa se tem desenterrado das subterraneas covas”*.

A 10 de Junho de 1776 Böhn notícia a previsão de chegada de uns panos, destinados à confecção de fardas, para os regimentos da Europa. Na mesma ocasião requer que os fardamentos sejam enviados já

concebidos, porque os armazéns que detinha para guardar os panos estavam infestados de ratos, e até conseguir a sua confeção já os tecidos estariam deteriorados. O pedido não é considerado e os poucos alfaiates disponíveis estavam nesta altura ocupados, na elaboração das fardas do 1º regimento do Rio de Janeiro, cujas fardas estavam em estado deplorável, com os militares “*qui se trouve quasi nud*”. A 29 de Julho ainda o problema do novo fardamento estava por resolver, apenas o Regimento de Moura recebeu camisas já confeccionadas.

Em carta de 20 de Agosto de 1777<sup>20</sup>, Böhn reforça o pedido de novos fardamentos, mas os materiais que lhe são encaminhados são poucos, desadequados e insuficientes. Ainda assim, tenta adaptar os materiais que recebe, às necessidades existentes nos regimentos. Nessa mesma carta revela que para o fardamento do regimento de Bragança em falta de serafina, substituiu-se por linho e que uma vez que não haviam chegado botões suficientes, foram usados os velhos. Nestas campanhas pelo Sul do Brasil não era raro, por falta de fazendas das cores apropriadas, os regimentos não usarem as divisas correspondentes às cores dos regimentos, e os fardamentos eram feitos ou reparados com os poucos materiais existentes<sup>21</sup>.

E se era complicado o fornecimento atempado do fardamento das tropas, era ainda mais grave o fornecimento de calçado, muito caro no local, uma vez que a matéria-prima vinha do Rio de Janeiro, e pelo facto de existirem escassos sapateiros no Rio Grande do Sul. Aos regimentos da Europa foram distribuídos, entre 1774 e 1778, um único par de calçado. Não esqueçamos que no trajeto feito a pé, entre Laguna e Tesoureiro, os militares percorreram mais de 500 quilómetros. Muitas vezes, pela deterioração e endurecimento do calçado de que dispunham, as tropas obtiveram muitas vezes autorização para poder circular descalças. O regimento de Santos, quando retorna à origem depois da reconquista, faz todo o caminho de regresso da forma mais confortável, descalço, pois os componentes de couro dos sapatos, endurecidos pelo ar da região, faziam feridas nos pés.

A conquista do Rio Grande do Sul em 1776 levou à retirada imediata dos espanhóis que aí se encontravam. Quando os militares chegaram à Vila do Rio Grande encontraram, entre outras coisas, 2000 pares de sapatos que não foram levados na fuga e foram imediatamente distribuídos pelos soldados vencedores.

Subsistiu portanto uma clara dificuldade no fornecimento às tropas, do fardamento preconizado, constituindo uma das lacunas graves, nunca colmatada, na campanha do Rio Grande do Sul.

---

<sup>20</sup> Bento, 1996, p. 199.

<sup>21</sup> Relativamente aos preços dos fardamentos, estes eram em 1780 moderados, mas noutro tempo eram “quasi o mesmo que os particulares pagavam por hum vestido”.

## Alimentar

Alimentar os regimentos deslocados em campanha, provendo o sustento necessário numa ocasião em que o aporte energético era necessariamente maior, constituía uma tarefa francamente difícil. A falta de meios, de recursos, de transporte, de géneros alimentícios, levou a que estes homens sofressem longos períodos de jejum.

O principal alimento das tropas, quer estivessem aquarteladas ou em campanha, era a farinha de pau ou mandioca, à qual os regulamentos militares chamavam “o pão do soldado”. Muitas vezes essa farinha podia ser também de milho, e a esse alimento juntava-se feijão, bacalhau ou arroz, peixe seco ou carne. O fornecimento desses alimentos era muitas vezes descurado, sendo que as tropas muitas vezes se apresentavam mal nutridas, adoecendo ou desertando pelo caminho. Esta alimentação não diferia muito quer em campanha, quer em quartel.

Desde logo Böhn denuncia problemas, que a fraca logística e a pobreza do território depressa fazem salientar. As dificuldades de suprimento das tropas torna a campanha militar penosa, e Böhn escreve ao Vice-rei salientando a necessidades de fornecimento de mais mantimentos, num território semi deserto e desprovido de víveres e meios essenciais à subsistência dos militares.

Na primeira carta<sup>22</sup> que escreve ao vice-rei, em 9 de Fevereiro de 1775, descreve o anseio em fornecer pão às tropas, ideia da qual teve que desistir forçado pela inexistência de moinhos para transformar o trigo em farinha, padeiros, fornos e lenha em número suficiente para a produção desse alimento. A presença das tropas da Europa no Rio Grande do Sul determinou o início do plantio de trigo, tendo em vista o complemento da sua alimentação. O trigo começa então a surgir com especial fulgor em torno de Porto Alegre e em povoações da margem Norte do Rio Jacuí. Na verdade, os alimentos para aprovisionamento das tropas estavam sujeitos a longos períodos de armazenamento, e a farinha de mandioca revelava-se mais resistente às condições de armazenamento, em detrimento da farinha de trigo.

Pouco tempo depois da chegada ao Continente do Rio Grande, Böhn é informado de que “quase toda a farinha que havia no Continente se consumiria na marcha e que a ajuda do Rio de Janeiro tardaria a chegar”<sup>23</sup>. Tomando um contacto mais direto com o território e suas gentes, na passagem por Vila de N<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> do Desterro, Böhn afirma<sup>24</sup>: “Tiram-se as farinhas dos pobres camponeses para se alimentar a colónia, prometendo pagamento.”

---

<sup>22</sup>AAVV, Vol III, p. 40.

<sup>23</sup> Bento, 1996, p. 57.

<sup>24</sup> IDEM, p. 48.

A 6 de Março de 1775 Böhn solicita novamente o envio de mantimentos ao Vice-rei<sup>25</sup> pedido esse que é renovado por inúmeras vezes durante toda a campanha a Sul, a 9 de Dezembro de 1775 refere a farinha de mandioca como o único género disponível para as tropas em campanha. Mostra a sua insatisfação através de carta a 5 de Janeiro de 1776, aquando da chegada de uma remessa de farinha, 100 barracas e 100 tendas, porque as sumacas chegavam ao lagamar carregadas de coisas inúteis, uma vez que os negociantes do Rio de Janeiro, interessados em explorar o magro soldo dos militares, enviavam apenas aguardente e vinho. As necessidades de farinha eram crescentes à medida que o contingente presente na zona aumentava e ainda a 5 de Janeiro de 1776 refere Böhn : *“Para dar farinha às tropas daqui, ao Comissariado e aos índios trabalhadores, são necessários pelo menos três mil alqueires por mês; e para o Rio Pardo, depois da chegada dos Voluntários de São Paulo, serão necessários, pelo menos dois mil alqueires. Ao todo 5.000 alqueires”*<sup>26</sup>. 1776 foi um ano com uma produção deficitária de mandioca, motivado por fortes chuvadas, e por isso mesmo, para economizar farinha, Böhn planeja estabelecer uma pequena padaria no acampamento, ideia que mantém desde o início.

A 24 de Outubro de 1776 relata a falta de pagamento aos soldados e a escassez de carne, o que levou o Governador do Rio Grande do Sul José Marcelino a propor que se alimentassem as tropas de peixe seco, salgado.

A carne provinha essencialmente de gado vacum, que também fazia o transporte das carretas que conduzia o equipamento militar. Este alimento era portanto auto transportável, e sempre que era necessária carne, esta resultava do abate desses animais. Eram os chamados de “bois de corte”. Quando era montado acampamento nas múltiplas paragens efetuadas, os bois e cavalos eram postos a pastar, e separavam-se os bois que seriam carneados (mortos) para provimento das tropas. A sua pele era também aproveitada no fabrico de pelotas e balsas.

A cada soldado deveria ser atribuída 1 libra de carne por dia, 0,4535970244 kg, que era grelhada e acompanhada com a farinha de mandioca. No decurso da campanha de reconquista do Rio Grande até este alimento faltou, porque era grande o número de soldados para alimentar. Em carta de 2 de Novembro de 1775<sup>27</sup>, Böhn a propósito da existência de carne bovina dizia: *“...o gado já se torna raro aqui, onde a carne de boi é um género de primeira necessidade. Este Continente não fornece carne suficiente para tanta gente. Só o consumo deste lado aproxima-se de 1000 bois por mês. Eles faltam também para as carretas...”*

---

<sup>25</sup> AAVV, Vol. III, p.43. “La rareté des substances pour les troupes n'étoit point exagérée, la récolte ne s'étoit pas faite encore ; il n'étoit entré qu'une seule sumaque dans le Lagamar avec de farine...”

<sup>26</sup> Bento, 1996, p. 114.

<sup>27</sup> Idem p. 103.

A Propósito da falta de víveres havia já escrito Francisco Ferreira de Souza<sup>28</sup> (cirurgião mor dos regimentos da Europa): “...levantamos barracas na Xarqueada, para onde desde o nascer, até o por do sol estivemos em jejum...depois de padecermos de faltas de sal, e de farinhas (logo no primeiro anno)...”

O sal, como se depreende era outro bem que rareava, não era estranho os soldados temperarem a comida com água do mar, era um bem essencial mas de fornecimento escasso:

*“desde o mês de Junho (do primeiro ano) té o mez de Novembro temperarão o comer com agoa salgada (por falta de sal q’a tropa se o queria comprava por hum exorbitantíssimo preço à sua custa)”*.

Em 1780, é referido que em Portugal era costume dar “pão de munição”, apenas de Tenente para baixo, mas que no Brasil “até aos Capitaens se dá farinha por ordem que veyo da corte com data de 25 de Fevereiro de 1751...”, e como medida para redução de despesas se determina que fosse fornecida farinha apenas aos soldados<sup>29</sup>.

Em 1778, após a reconquista, o fornecimento de víveres às tropas era pontuado por muitas faltas, Böhn diria mesmo em carta de Outubro de 1778<sup>30</sup>:

*“... os armazéns se acham sem um grão de farinha há mais de vinte dias. A caixa militar sem um real. O gado é tirado das terras vizinhas. E nós às vésperas da fome. Vi-me forçado ao extremo de deslocar da fronteira os regimentos de Moura e de Estremoz; marcharam, a 2 deste mês, para Mostardas, lá acampando, pois naquela região ainda se encontra gado – a única coisa que se pode dar às tropas.*

*...a fome me obrigará a procurar, pelo menos, com que atenuá-la, arruinando os pobres habitantes da região mais do que algum inimigo o poderia fazer. Há mais de 3 meses que não recebemos nada. Nem por mar, nem por terra.”*

Uma das particularidades mais interessantes relacionadas com a dieta alimentar dos regimentos da Europa, foi que a necessidade de ajustar a alimentação existente, levou ao incentivo ao plantio de trigo no Rio Grande do Sul, designadamente junto a Porto Alegre e na margem Norte do Rio Jacuí. Apesar das dificuldades existentes (não existiam moinhos, padeiros ou fornos), Böhn tinha o ensejo de fornecer pão de trigo aos militares e fez muitas diligências no sentido de suprir esta necessidade específica. A carência de alimentos para as tropas foi também a responsável por um número crescente de desertores, durante toda a campanha.

---

<sup>28</sup> AAVV, 1979, Vol. III, p. 257.

<sup>29</sup> V. AHU\_ACL\_CU\_017 CX 113 D. 9367

<sup>30</sup> Bento, 1996, p. 236.

## Conclusão

Podemos refletir e perceber, da leitura das páginas anteriores, em que condições os regimentos da Europa e restantes militares lograram reconquistar o Rio Grande do Sul. E é extraordinário pensar que apesar de todas as agruras passadas, tiveram sucesso na sua missão. Cabe também dizer, que mesmo no momento pós-reconquista, estes militares não foram devidamente reconhecidos e continuaram a sofrer com dificuldades várias de aprovisionamento.

Reforço o papel incansável do Tenente General Böhn que, mesmo doente, por dificuldades de adaptação ao clima, mesmo depois de sofrer uma aparatosa queda de cavalo que lhe deixou graves sequelas, sofrendo de alucinações, tudo escondeu aos seus homens, ocultando o seu estado de saúde para não enfraquecer a moral das tropas. Foram estes homens, com o quotidiano complexo que aqui narrámos, que fizeram escrever uma importante página da História do Brasil Colónia.

## Bibliografia

AAVV, (1979), Anais do Simpósio Comemorativo do Bicentenário da Restauração do Rio grande. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro/Instituto de Geografia e História Militar do Brasil(III Vol.).

BACALHAU, Marisa, Gaturamo, (2012) – os regimentos da Europa na Reconquista do Rio Grande do Sul. .Porto: Fronteira do Caos Editores.

BENTO, C. M. (1996) - A Guerra da Restauração (1774-76). Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército.

BICALHO, M. f. (1998) - A Cidade do rio de Janeiro e a articulação da região em torno do Atlântico-Sul: Séculos XVII e XVIII. In Revista de História Regional.

BORGES, A. M. (2009) - Reais Hospitais Militares em Portugal (1640-1834). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

COTTA, F. A. (2005) - O "sistema militar corporativo" na América portuguesa. Actas do congresso internacional "Espaço Atlântico do Antigo Regime: poderes e Sociedade" (pp. 1-29). Lisboa: FCSH/UNL.

DONATO, H. (1996) - Dicionário das Batalhas Brasileiras. Ibrasa.

FRANÇA, J. M. (2000) - Outras visões do Rio de Janeiro Colonial. Rio de Janeiro: José Olympio.

ISRAEL, C. L. (2006) - As Relações de fronteira no início do século XVIII a partir de um estudo demográfico de rio grande. Biblos , 20 , 51-64. Rio Grande.

MENDONÇA, M. C. (Abril-Junho de 1962) - O pensamento da Metrópole em relação ao Brasil. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

MOURA, A. (2001) - Os Regimentos Portugueses No Brasil - Moura, Bragança e Estremoz. In C. P. Militar, Actas do X Colóquio de História Militar (pp. 151-173). Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar.

RODRIGUES, M. (1998) - 300 Anos de Uniformes Militares do Exército de Portugal 1600-1960. Lisboa: Exército Português e Sociedade Histórica da Independência de Portugal.

RODRIGUES, M. (2000) - O Tenente-General Bohn e as forças expedicionárias para o Brasil, em 1767. Jornal do Exército , 15-17.

SOUZA, A. B. (2008) - A metamorfose de um militar nobre: trajetória, estratégia e ascensão social no Rio de Janeiro joanino. Tempo , 12, nº24

SOUZA, A. B. (jul-dez de 2009) - Experiência, configuração e ação política: uma reflexão sobre as trajetórias do duque de Caxias e do General Osório. *Topoi*, 10 n° 19, pp. 90-111.

TORRES, L. H. (2006) - A catedral de S. Pedro. In *Biblos* (pp. 55-64). Rio Grande: web.

TORRES, L. H. (2004) - A colonização açoriana no Rio Grande do Sul (1752-63). In *Biblos* (pp. 177-189), Rio Grand

# Fontes manuscritas

## Arquivo Histórico Ultramarino

AHU\_ACL\_CU\_17Cx 73 D. 6696

AHU\_ACL\_CU\_17Cx 74 D. 6733

AHU\_ACL\_CU\_17Cx 75 D. 6834

AHU\_ACL\_CU\_17Cx 84 D. 7433

AHU\_ACL\_CU\_17Cx 85 D. 7524

AHU\_ACL\_CU\_17Cx 85 D. 7545

AHU\_ACL\_CU\_17Cx 85 D. 7644

AHU\_ACL\_CU\_17Cx 87 D. 7634

AHU\_ACL\_CU\_17Cx 88 D. 7600

AHU\_ACL\_CU\_17Cx 89 D. 7816

AHU\_ACL\_CU\_17Cx 90 D. 7876

AHU\_ACL\_CU\_17Cx 93 D. 8091

AHU\_ACL\_CU\_17Cx 96 D. 8346

AHU\_ACL\_CU\_17Cx 97 D. 8399

AHU\_ACL\_CU\_17cx98 D. 8447

AHU\_ACL\_CU\_17Cx 101 D. 8677

AHU\_ACL\_CU\_17Cx 108 D. 9062

AHU\_ACL\_CU\_17Cx 113 D. 9367

AHU\_ACL\_CU\_17Cx 121 D. 9781

AHU\_ACL\_CU\_17Cx 122 D.9878

AHU\_ACL\_CU\_17Cx 132 D. 10488

AHU\_ACL\_CU\_17Cx 1

## Arquivo Nacional Torre do Tombo

ANTT, Chancelaria da Ordem de Avis, Liv.3 de D. Maria, Fl. 44 v.

ANTT, Feitos Findos, Juízo da Índia e Mina, Justificações Ultramarinas, Brasil, Mç 523, nº 8.

## Arquivo Histórico Militar

AHM – Div1-06-14-06

AHM – Div1-06-16-08

AHM – Div1 -06-38-17

AHM – Div1-06-48-59

AHM – Div1-06-52-27

AHM – Div1-07-2-15

AHM – Div1-11-06-12

AHM – Div2-01-02-05

## Biblioteca Pública de Évora

Cód. CXVI/1-2 fl 19 Mapa 1– Demonstração do combate

que houve no Rio Grande aos 19 de Fevereiro de 1776

Cód. CXVI/1-2 fl 24 -Demonstração da Villa de S. Pedro do

Rio Grande

## Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

C. 34-4- Guarnição do Rio de Janeiro em 1786

# A reestruturação do Exército Português no século XVIII

Mário Romero Machado

Câmara Municipal de Moura | DCPD  
mario.romero@cm-moura.pt

A criação de exércitos nacionais “regulares”, para distinguir os militares dos demais cidadãos, foi uma necessidade que começou a instituir-se em vários países, a partir da segunda metade de século XVII, logo após a Guerra dos Trinta Anos, e entre nós no final da Guerra da Restauração.

Assim, a primeira “tentativa” de uniformizar e fardar as nossas tropas, foi introduzida por influência do Conde Schoemberg, General alemão, que em 1660 foi contratado por D. Pedro II para vir servir e chefiar o Exército de Portugal, com o posto de Mestre-de-Campo-General.

Durante a Guerra da Sucessão de Espanha (1665-1712), quase todas as unidades militares nacionais, começaram a trajar com uniformes brancos alvadio (confeccionados em tecido de lã de cor clara, dando-lhe um tom branco acinzentado), com forros da cor do libré do respectivo comandante;

Nos inícios do século seguinte, as casacas, inicialmente, muito justas ao corpo começam a tornar-se mais folgadas, acrescentando-lhes um maior número de pregas laterais e os canhões das mangas muito grandes, fixos por três botões, quase junto aos cotovelos; Por volta de 1700, o uso da véstia começa a generalizar-se no uniforme militar, em virtude da casaca se ter tornado mais ampla.

As coberturas de cabeça, de feltro (inicialmente redondas e com aba direita, do tipo civil), começam ligeiramente a revirar as suas abas, cada vez mais, até que com o passar do tempo, iriam dar origem aos tricórnios, para mais tarde se transformarem em bicórneos.

A 15 de Novembro de 1707, é publicado o “Regimento das Novas Ordenanças” em que se reorganiza toda a estrutura orgânica do Exército Português, sendo a mais importante, a modificação dos Terços, na Infantaria, e das Tropas, na Cavalaria (estruturas-base do exército até então), em Regimentos de Infantaria e Regimentos de Cavalaria.

Este documento, regista ainda, algumas pequenas alterações em relação ao uniforme.

Em 20 de Fevereiro de 1708 é publicado o “Regimento das Ordenanças Militares” em que além de outras normas para o Exército, se tenta uniformizar o armamento das forças portuguesas, em particular o calibre das armas, uma vez que até então, este tinha sido um dos grandes problemas existentes, pois não haveria um calibre único.

A cada soldado ser-lhe-ia entregue, também, uma baioneta adaptável á espingarda, que serviria como arma branca; uma vareta de ferro; um saca-trapo; e uma agulha para limpar o ouvido da arma.

Em relação ao equipamento, cada soldado receberia bandoleira, patrona com correia, boldrié, e um guarda-fecho de couro. Além deste equipamento também teriam direito a uma cabaça (ou borracha) para água, e um saco de corda ou pano. Por cada barraca, seria distribuído uma caldeira (marmita), duas cobertas e um machado.

Ao longo da primeira metade do século XVIII algumas alterações foram feitas nos uniformes, não se conseguindo, no entanto, uma uniformidade geral no fardamento das nossas tropas.

Em 1762, sendo declarada guerra a Portugal por parte de Espanha (Guerra do Pacto de Família, integrada no conflito europeu conhecido como Guerra dos Sete Anos-1756/1763), chega a Portugal, Frederico Guilherme Ernesto, Conde Reinante de Schaumbourg Lippe, agraciado com os títulos de Marechal General dos Exércitos de Portugal e Field-Marshal dos Exércitos da Grã-Bretanha, para reorganizar e tomar o comando do Exército, por Decreto de 3 de Julho de 1762.

Primeiramente e com a urgência que a situação impunha, houve a necessidade de aumentar rapidamente o número de efectivos dos regimentos de Infantaria, o que fez com que a produção de uniformes para o Exército ficasse completamente desorganizada, pois não existiam uniformes suficientes para os novos recrutas que chegavam aos regimentos, nem nos armazéns militares, nem nas fábricas do Reino.

Assim, os regimentos tiveram que “fardar-se” com os panos que havia; o Exército português, interviu neste conflito, com uniformes de todas as cores: os regulamentares de cor branca alvadia, mas também com azuis, verdes, vermelhos, amarelos, etc.

Após a assinatura do Tratado de Paz, em 1763, tornou-se imperativo “reuniformizar” os diferentes corpos do nosso Exército.

No início de 1764, Conde de Lippe, executou uma das suas obras mais importantes, no que diz respeito aos uniformes do Exército. Trata-se da primeira regulamentação sobre fardamentos e que iria durar, com poucas alterações, até ao ano de 1806

Por força do Alvará de 24 de Março de 1764, Lippe regulamentou, finalmente, o uso dos uniformes para o Exército e Marinha, dando-lhes um aspecto igual, por Armas (infantaria, cavalaria, etc.) ou seja o mesmo feitio, sendo os regimentos distinguidos uns dos outros pelas cores das golas, bandas, canhões das mangas, forros, calções e véstias. O Exército do Reino fardaria todo de azul ferrete com excepção para os tambores e pífaros. A Marinha de verde.

No Alvará de 24 de Março de 1764 pode destacar-se, a esse respeito, o seguinte:

**Chapéus** - "Enquanto eu não tomar resolução sobre a dúvida de ser mais conveniente às minhas tropas o uso de cascos ou barretes, mando, que dos sobreditos três armazéns gerais se forneça a cada, um chapéu cada ano com um topo negro e com cordões que cruzem por fora a copa do chapéu, debaixo de um botão de metal. O botão que ordinariamente se coloca no lado esquerdo da aba do chapéu, será também de metal e o forro de pano de linho de cor preta." (...)

**Casacas, Calções e Véstias** - "Para as casacas e calções de setecentas e setenta e duas praças dos soldados e oficiais inferiores de cada regimento de infantaria se entregarão a seus devido tempo, dois mil e oitocentos côvados e uma terça de pano azul, à razão de três côvados e duas terças para cada. Para as véstias se entregarão mil cento e cinquenta côvados de pano, à razão de côvado e meio para cada um. Para as divisas,

se entregarão duzentos e cinquenta e sete côvados e uma terça, à razão de uma terça para cada farda. Para as dezassete casacas e calções do tambor-mor, tambor e pífanos se entregarão sessenta e oito côvados de pano, à razão de quatro côvados para cada um. E para as véstias se entregarão vinte e cinco côvados e meio de pano, à razão de côvado e meio para cada um." (...)

"Para os forros de setecentas e oitenta e nove casacas, se entregarão três mil quinhentos e cinquenta côvados e meio de serafina, à razão de quatro côvados e meio por cada farda. E para forros das véstias e calções se entregarão dois mil setecentas e uma varas e meia de estopa ou aniagem, à razão de três varas e meia para cada farda." (...)

"Ao mesmo tempo que se entregarem os referidos géneros, serão os mesmos providos de dois calções brancos cada, entregando-se ao comandante duas mil trezentas e sessenta e sete varas dos ditos panos brancos, à razão de uma vara e meia para cada calção." (...)

**Botões** - "Os botões, que devem ser fornecidos para os sobreditos uniformes, não serão de casquinha, nem de estanho, mas sim de metal duro, chatos e fundidos de modo que os pés deles sejam sempre seguros, formando um anel, pelo qual se possa passar, sem impedimento, um cordão, que os segure a todos juntamente para que possam durar, não só os dois anos que tem por termo o grande fardamento, mas até mudarem de um uniforme vencido para o outro que se seguir, se necessário. Por cada casaca distribuem-se três dúzias de botões, para as véstias e calções duas dúzias." (...)

**Gravatas** - "De linho, sendo umas tintas preto e outras de encarnado, que sejam largas com um dedo de dobra para a parte de dentro, de modo que nelas se possa meter um forro de papelão." (...)

**Camisas** - "De linho" (...)

**Meias** - "De fio dobrado de linho." (...)

**Polainas** - "De brim tintas de negro e a cada par corresponde o fornecimento de duas dúzias de botões de metal, fundidos e passados pelos anéis com cordões de linho." (...)

**Sapatos** - "Enquanto eu não resolver do mesmo modo a outra dúvida que é saber se é mais útil ou não ao meu serviço e mais cómodo para os soldados o uso de botinas, ordeno que no principio de cada semestre se forneça, um par de sapatos para cada um e que no fim dos três meses se forneça um par de solas com os seus competentes tacões, sendo isto tudo cortado por bitolas certas." (...)

**Pentes** - " De matéria que vulgarmente se chama tartaruga do Alentejo, o qual sirva, de -uma parte para limpar a cabeça e da outra para concertar o cabelo." (...)

**Fita para atar o cabelo** - "Negra de lã, com dois dedos de largura e seis varas de comprimento.

## Uniformes de Moura durante o século XVIII

Sendo a Vila de Moura, desde a Guerra da Restauração até 1805, considerada Praça de Guerra, devido à sua posição geo-estratégica na defesa da fronteira da Província do Alentejo, teve necessariamente as suas unidades militares que durante alguns períodos conturbados da História, a defenderam de incursões de forças exteriores.

Assim, apresento abaixo, um breve descritivo do seu historial e da forma como foram uniformizadas:

### Terço de Infantaria de Moura (1704)

O uniforme do Terço

**Chapéu tricorné** - de feltro preto adornado com laço preto (estes tricórnios, poderão ser talvez uma evolução do chapéu "braguês" de aba redonda, à qual se criou o hábito de a enrolar para dentro, e foi também muito utilizado em Portugal nos finais do séc. XVII);

Casaca e calção de cor branca alvado (branco acinzentado muito claro);

**Casaca** - bastante justa em cima e muito rodada em baixo, tem os canhões das mangas bastante grandes, quase até ao cotovelo;

**Calção** - justo, da mesma cor da casaca, até por baixo dos joelhos;

**Meias** - brancas que podiam ser de linho ou de lã;

**Sapatões** - de tacco (castanhos ou pretos), com fivela de metal amarelo, típicas deste período;

**Camisa** - de linho branco;

**Véstia** - (colete justo, mais comprido à frente do que atrás, em regra da cor do libré do Comandante da unidade;

**Gravata** - de linho branco;

Equipamento:

**Cinturão** - de couro natural, com bainha para suspensão da baioneta de alvado;

**Talabarte** - de couro natural, que sustem a patrona ou bolsa de pelouros;

**Sacola** - de corda ou pano, onde guarda os seus haveres pessoais;

**Cantil ou borracha** - para a água.



Figs. 1 - Representação à escala 1/6, do fardamento de Infantaria do terço de Moura no início do século XVIII.

## Regimento de Infantaria de Moura – 1764

Originário do Terço de Moura e Serpa, foi criado em 1641, e poucos meses depois toma a designação de Terço de Moura.

Por Decreto de 24 de Novembro de 1707, passa este Terço a designar-se por Regimento de Infantaria de Moura.

Durante a Guerra da Sucessão, é desdobrado em 1º e 2º Regimento de Infantaria, voltando estes de novo a serem reagrupados em 1714, com o término deste conflito; Em 1762 é novamente desdobrado em 1º e 2º Regimento devido à intervenção de Portugal na Guerra dos Sete Anos, sob as ordens do Conde de Lippe;

Reagrupa-se novamente por decreto de 10/5/1763;

Em 1 de Maio de 1764 a Vila de Moura e o seu regimento de infantaria são visitados pelo Marechal General do Exército, o Conde de Schaumburg Lippe, ficando este impressionado com a disciplina, instrução e arranjo da unidade;

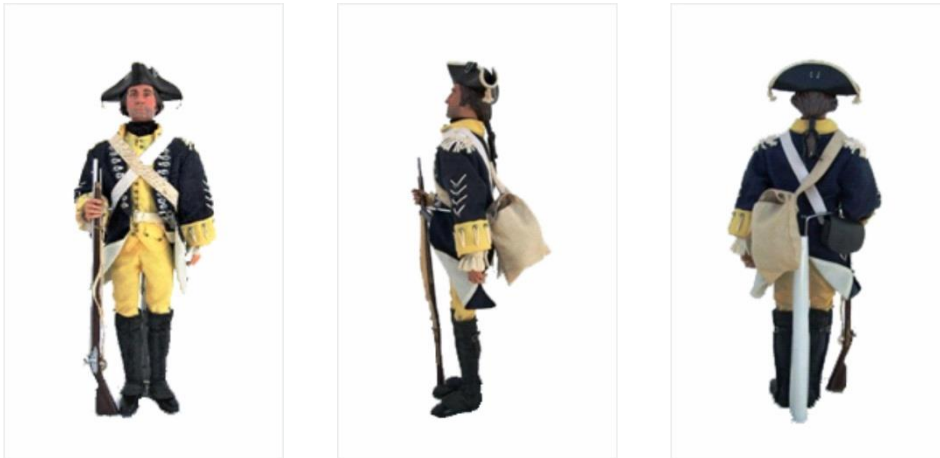


Fig. 2 - Representação à escala 1/6, do fardamento do Regimento de infantaria de Moura, após 1763.

Em 1767 é enviado para o Brasil, conjuntamente com os Regimentos de Estremoz e Bragança, para reforço do efectivo militar naquele território. Estes regimentos quando chegados ao Brasil foram apelidados como os "Regimentos da Europa", e o de Moura, muitas vezes chamado erradamente de "Elvas", ficou conhecido como "Gaturamo", nome de um pássaro de penas azuis e amarelas, cores do seu uniforme;

Em 1778 participa com sucesso, nas Campanhas do Rio Grande do Sul, contra os espanhóis;

Em 1792, aquartelado em Vila Rica, é incumbido da ingrata missão de escoltar da prisão até ao patíbulo, o Alferes Joaquim da Silva Xavier (Tiradentes), por este ter sido acusado e condenado como o cabecilha da Conspiração Mineira; Por Carta Régia de 23/10/1793, passa a designar-se como 3º Regimento de Infantaria do Rio de Janeiro;

Em 1822, com a independência do Brasil, separam-se os laços desta unidade com Portugal;

## O uniforme de Infantaria

### *Praça*

**Chapéu tricorne** – De feltro preto acairelado por um galão de seda branco, laço do mesmo material mas preto com presilha, botão, puxadores e borlas de canutilho. Todos estes artigos, com excepção do laço, eram de cor branca.

**Casaca** - Azul ferrete, confeccionada em pano, lã ou de tecido entrefino, com abas reviradas, mostrando o forro branco, sujeitas por um botão de latão; em cada aba lateral; é decorada com três alamares brancos de lã, sujeitos por um botão de latão; a casaca é adornada com nove botões de latão, em series de três, em cada

banda lateral da mesma, que são adornados por alamares brancos de lã, em forma de presilha; canhões das mangas amarelos, decorados com cinco botões de latão, que são adornados com alamares brancos de lã; no antebraço, acima dos canhões, as mangas são adornadas com quatro alamares brancos de lã, em aspa, sujeitos por um botão de latão, a gola, de cor amarela, revirada é decorada com “patches” (insígnias) de metal; dragonas, dispostas galões, terminando com franjas de canutilho, de cor branca, de lã.

**Véstia** (colete curto) - Amarelo, de lã ou linho, com forro da mesma cor, fechando pela frente por uma ordem de botões da mesma cor da farda, dois bolsos, um de cada lado, fechando por intermédio de uma pestana e três botões.

**Calção** - Amarelo, de alçapão; apertando em baixo, junto ao joelho, por intermédio de uma jarreteira fixa, que apertava por intermédio de uma fivela, tudo da respectiva cor, assim como os botões.

**Gravata** - de linho tingido de preto, com forro de papelão.

**Camisa** - de linho branco.

**Meias** - de fio dobrado de linho.

**\*Polainas** - de brim tingidas de negro, a cada par corresponde o fornecimento de duas dúzias de botões de metal, fundidos e passados pelos anéis com cordões de linho; São colocadas até acima do joelho.

**Sapatos** - de cordovão preto, afivelados.

**Fita para atar o cabelo** - de lã, negra.

Quanto ao equipamento e armamento de cada soldado:

**Talabarte** - de couro tingido de branco, de onde suspende a pala para a baioneta.

**Patrona** - de couro preto suspensa por uma correia de couro branco, colocada a tiracolo da esquerda para a direita.

**Bornal ou Sacola** - de corda ou pano, onde guarda os seus haveres pessoais.

**Cantil ou Borracha** - para a água.

**Mosquete** - de fechos de sílex, de carregamento pela boca e de diversos modelos fabricados no Arsenal do Exército e de vários calibres, além de outros modelos estrangeiros, que nos tinham sido fornecidos nomeadamente pela Grã-Bretanha, durante a Campanha de 1762.

**Baioneta** - de lâmina de secção triangular com goteiras nas faces, terminando por uma ponta de estoque e formando, posteriormente, um cotovelo ligado a um tubo (alvado) que servia de punho e para ligar ao cano do mosquete, havendo nesse tubo um mecanismo de encaixe para permitir uma sólida e segura união.

### ***Oficial***

Uniforme idêntico aos dos soldados com a particularidade dos galões e alamares da casaca, em vez de serem de lã branca, seriam bordados a fio de prata, o mesmo acontecendo com os botões de latão ou estanho, que nos oficiais superiores seriam em prata ou ouro. Também os “vivos” dos tricórnios, seriam orlados a prata, assim como as borlas pendentes do mesmo.

**Banda** - de retrós vermelho, atada por cima da véstia e por debaixo da casaca, terminando por duas borlas de fio de torçal de seda branca e da cor dos respectivos galões (ouro ou prata) sendo atados curtos, sob o lado esquerdo.

Equipamento e armamento dos oficiais

**Gola de serviço** - Em forma de meia-lua de metal dourado com as Armas de Portugal em prata. Utilizava-se suspensa ao pescoço preso por um cordão de fio de ouro ou prata, ou por fitas de seda geralmente brancas.

**Talabarte** - de couro branco com pala para o espadim, fivela dourada ou de prata.

**Fiador para a espada** - de liga de ouro ou prata, terminando numa borla com franjas de canutilhos.

**Bainha** - de couro preto com ponteira e bocal dourado ou prateado.

**Espada** - Espadim de Vela ou de Copo, com enrolamento de punho em fio de prata ou ouro, e lâmina de dois gumes, de folha direita e estreita.

### ***Tambor e Pífaros***

Uniforme idêntico aos demais soldados, apenas com as cores trocadas.

**Casaca** - de cor amarela, com canhões e gola azul-ferrete.

**Calção e Véstia** - de cor azul-ferrete.

\*O fardamento utilizado por este regimento quando chegou ao Brasil era o que estava estabelecido pelo Regulamento de Uniformes publicado pelo Alvará de 24 de Março de 1764 (Conde Lippe). Todas as tropas expedicionárias utilizavam o mesmo fardamento utilizado no reino, somente com a seguinte alteração: as polainas passavam a ser mais curtas, estas eram recebidas aquando o embarque ou após o desembarque.

## Regimento de Cavalaria de Moura (1715/1806)

O Regimento foi criado por Decreto de 20 de Agosto de 1715. Ficou aquartelado no edifício do antigo Convento de São João de Deus (composto igualmente por um Hospital Militar que em conjunto com o de Elvas, servia todas as unidades militares das Províncias do Alentejo e Algarve), em Moura. Durante a Guerra da Sucessão, toma posição na primeira linha (ala direita, Brigada Silveira), com três Esquadrões; Na Guerra dos Sete Anos, toma posição na primeira linha portuguesa (ala esquerda, sob o comando de D. José da Costa, seu comandante), com três esquadrões. Até 1806, faz serviço de protecção e defesa de toda a linha de fronteira com Espanha, ao longo das Províncias do Alentejo e Algarve.

## O uniforme de Cavalaria

### ***Praça***

***Chapéu tricorne*** – De feltro preto orlado por um galão de seda branco, laço do mesmo material mas preto com presilha, botão, puxadores e borlas de canutilho. Todos estes artigos, com excepção do laço, eram de cor branca.

***Casaca*** - Azul-ferrete, sem bandas; , confeccionada em pano, lã ou de tecido entrefino, com abas reviradas, mostrando o forro amarelo, sujeitas por um botão de latão; a casaca é abotoada com nove botões de latão; canhões das mangas amarelos decorados com cinco botões de latão; a gola, de cor amarela, revirada é decorada com “patches” (insígnias) de metal; dragonas, dispostas em cacho, de cor branca em lã.

***Véstia (colete curto)*** - De lã ou linho branco com forro da mesma cor, fechando pela frente por uma ordem de botões da mesma cor da farda, dois bolsos, um de cada lado, fechando por intermédio de uma pestana e três botões.

***Calção*** - Amarelo, de alçapão, apertando em baixo, junto ao joelho, por intermédio de uma jarreteira fixa, que apertava por intermédio de uma fivela, tudo da respectiva cor, assim como os botões.

***Capote*** - Rodado, da cor da farda.

***Gravata*** - de linho tingido de preto, com forro de papelão.

***Camisa*** - de linho branco, sem folhos na manga.

***Meias*** - de fio dobrado de linho.

***Polainas*** - de brim, tingidas de negro, a cada par corresponde o fornecimento de duas dúzias de botões de metal, fundidos e passados pelos anéis com cordões de linho; São colocadas até acima do joelho.

***Sapatos*** - de cordovão preto, afivelados.

***Botas de cano alto*** - de couro preto, polidas, quando faz serviço montado.

**Esporas** - de ferro, com correia de sustentação, pretas.

**Fita para atar o cabelo** - de lã, negra.

## Quanto ao equipamento e armamento de cada soldado

**Luvas** - um par, de couro grosso com canhão alto.

**Talabarte** - de couro natural, afivelado, que suporta a patrona de cor preta e o porta-mapas, de couro natural.

**Boldrié** - de couro natural, com bainha para suspensão da espada e do porta-mapas de couro natural.

**Bainha** - de couro preto com ponteira e bocal dourado ou prateado.

**Fiador para a espada** - cordão, terminando numa borla com franjas de canutilhos de couro natural.

**Espada** - com guarda de Vela ou de Copo, lâmina de um só gume e ligeiramente curva.

**Clavina** - espingarda mais leve e curta que os pesados mosquetões da Infantaria, provida de uma vareta de madeira, um sacatrapo, andadeira-de-parafuso e uma agulha para limpar o ouvido da clavina.

**Pistola** - de diversos modelos estrangeiros, que nos tinham sido fornecidos, em particular, pela Grã-Bretanha, durante a Campanha de 1762.

**Couraça ou “peitos de ferro”** - em ferro com correame de couro natural.

Para o serviço montado:

**Sela** - com pequenos arçõs, sendo o assento, mais largo e alto junto ao arção traseiro da mesma.

**Manta** - de pano azul-ferrete, que se coloca sob a sela, cobrindo a montada, desde as espáduas até aos quadris. Pele de cabra- que se coloca sobre a sela.

**Coldres com francelentes** - de couro, um de cada lado, na parte anterior da sela.

**Porta-clavina** - de couro.

**Arreios** - de couro preto.

**Mala** - de couro.

### **Oficial**

Uniforme idêntico aos dos soldados com a particularidade dos galões dos canhões da casaca, em vez de serem de lã branca, seriam bordados a fio de prata, o mesmo acontecendo com os botões de latão ou estanho branco, que nos oficiais seriam em prata. Também os “vivos” dos tricórnios, seriam orlados a prata, assim como as borlas pendentes do mesmo.

**Banda** - de retrós vermelho, atada por cima da véstia e por debaixo da casaca, terminando por duas borlas de fio de torçal de seda branca e azuis sendo atados curtos, sob o lado esquerdo.

**Gola de serviço** - Em forma de meia-lua de metal dourado com as Armas de Portugal em prata. utilizava-se suspensa ao pescoço preso por um cordão de fio de ouro ou prata, ou por fitas de seda geralmente brancas.

**Fiador para a espada** - de liga de ouro, terminando numa borla com franjas de canutilhos azul e prata.

**Espada** - com guarda de Vela ou de Copo, com enrolamento de punho em fio de prata ou ouro, lâmina de um só gume e ligeiramente curva.

Para o serviço montado:

**Xairel** - pano azul ferrete, decorado com um vivo da cor do forro da farda do oficial que se coloca sobre a sela.

### ***Trompeteiro e Timbaleiro***

Uniforme idêntico aos demais soldados, apenas com as cores trocadas.

**Casaca** - de cor amarela, com canhões e gola azul-ferrete.

**Calção e Véstia** - de cor azul-ferrete.

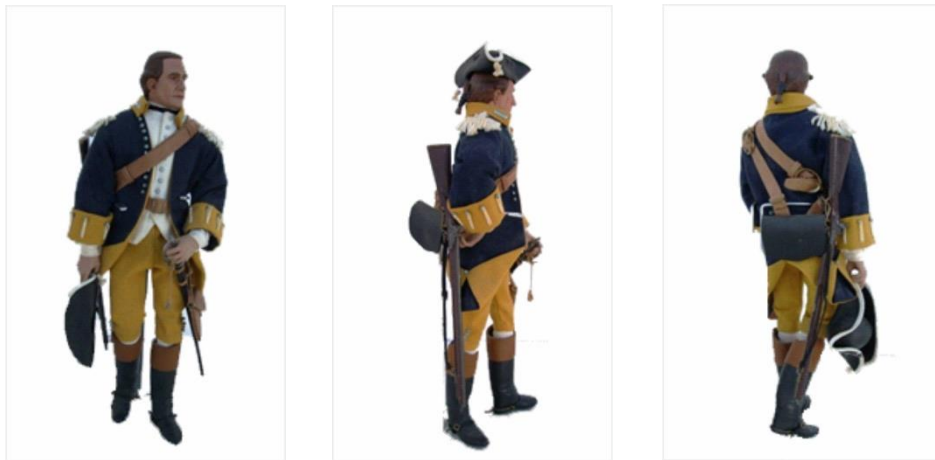


Fig. 4 - Representação à escala 1/6, fardamento do Regimento de Cavalaria de Moura, após 1763

| colecção particular do autor |

## Bibliografia

ANICA, Arnaldo Casimiro, (2012) - Tradições Militares do Baixo Alentejo (desde 1640);

BACALHAU, Marisa, Gaturamo (2012) – os regimentos da Europa na Reconquista do RiO Grande do Sul. Porto: Fronteira do Caos Editores

MENDES, Manuel- Moura Centro Militar, Jornal de Moura, 16-09-1961

LIPPE, Schaumbourg- Regulamento para o Exercício e Disciplina dos Regimentos de Cavallaria dos Exercitos de Sua Magestade Fidelissima. M.DCC.LXIV.

RODRIGUES, M. (1998) - 300 Anos de Uniformes Militares do Exército de Portugal 1600-1960. Lisboa: Exército Português e Sociedade Histórica da Independência de Portugal;

RODRIGUES, M., (2000) - O Tenente-General Bohn e as forças expedicionárias para o Brasil, em 1767. Jornal do Exército, 15-17;

RODRIGUES, M. (2011) - Exército auxiliar a Espanha, 1793 A 1795 (Rossilhão e Catalunha), Talabarte-marr.blogspot.com-

RODRIGUES, M., (2003) - Guerra Peninsular (II);Cavalaria 1806-1815; Colecção Guerra e Paz

Revista Jornal do Exercito- Artigos e anos vários.

SIMÃO, António de Saldanha Carvalho (1993) - Soldadinhos de Chumbo, Figurinos militares portugueses

VASCONCELOS, Vilanova - Algumas notas sobre Moura militar, (08-1925) - Jornal de Moura Ilustrado

VON WIEDERHOLD, (1997) - Barão-Percursos seguidos pelo príncipe Christian de Waldeck na viagem pelas províncias do Alentejo e Algarve.1798; Boletim do AHM (62º vol.) Lisboa

## Índice

|                                                                                                                                                                        |    |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Nota de abertura                                                                                                                                                       | 5  |
| Balanço de 8 anos de investigação sobre a Idade do Ferro no Concelho de Moura<br>Rui Soares                                                                            | 6  |
| Cerâmicas com decoração policroma do castelo de Moura (verde e manganés e corda seca).<br>Parte 1 - Escavações de 1980-81<br>José Gonçalo Valente                      | 39 |
| Moura – A Roda dos Expostos<br>José Francisco Finha                                                                                                                    | 62 |
| Fardar, alojar, alimentar, tratar – Dificuldades no abastecimento dos regimentos da Europa,<br>na reconquista do Rio Grande do Sul, no século XVIII<br>Marisa Bacalhau | 71 |
| A reestruturação do Exército Português no século XVIII<br>Mário Romero Machado                                                                                         | 91 |



